

Cristiane Elizete Fiorese, Jackson Gerson da Silva
Organizadores

**RELATOS DE EXPERIÊNCIAS EM PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS NAS LICENCIATURAS UNOESC ON-LINE:**

EDUCAÇÃO ESPECIAL E ENSINO INCLUSIVO



editora
unoesc

© 2023 Editora Unoesc
Direitos desta edição reservados à Editora Unoesc
É proibida a reprodução desta obra, de toda ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios, sem a permissão expressa da editora.
Fone: (49) 3551-2000 - Fax: (49) 3551-2004 - www.unoesc.edu.br - editora@unoesc.edu.br

Editora Unoesc

Coordenação
Tiago de Matia

Agente administrativa: Simone Dal Moro
Revisão metodológica: Carlos Libman
Projeto gráfico: Gustavo Goulart, Simone Dal Moro
Diagramação: Simone Dal Moro
Capa: Gustavo Goulart, Simone Dal Moro

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

R382	Relatos de experiências em práticas pedagógicas nas licenciaturas Unoesc on-line: educação especial e ensino inclusivo / Cristiane Elizete Fiorese, Jackson Gerson da Silva, organizadores. – Joaçaba: Editora Unoesc, 2023. 276 p. : il. ; 23 cm ISBN e-book: 978-85-98084-70-1 Inclui bibliografias 1. Educação inclusiva. 2. Inclusão escolar. 3. Educação – Estudo e ensino. I. Fiorese, Cristiane Elizete, (org.). II. Silva, Jackson Gerson da, (org.) CDD 371.9
------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca da Unoesc de Joaçaba

Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc

Reitor
Ricardo Antonio De Marco

Vice-reitores de Campi
Campus de Chapecó
Carlos Eduardo Carvalho
Campus de São Miguel do Oeste
Vitor Carlos D'Agostini
Campus de Videira
Carla Fabiana Cazella
Campus de Xanxerê
Genesio Téo

Pró-reitora de Ensino
Lindamir Secchi Gadler

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-
Graduação, Extensão e Inovação
Kurt Schneider

Diretor Executivo
Jarlei Sartori

Conselho Editorial - Editora Unoesc

Tiago de Matia
Sandra Fachineto
Aline Pertile Remor
Lisandra Antunes de Oliveira
Marilda Pasqual Schneider
Claudio Luiz Orço
Ieda Margarete Oro

Silvio Santos Junior
Carlos Luiz Strapazzon
Wilson Antônio Steinmetz
César Milton Baratto
Marconi Januário
Marceli Maccari
Daniele Cristine Beuron

Conselho Editorial

Cristiane Elisete Fiorese
Jackson Gerson da Silva
Roseli Rocha Moterle
Regina Oneda Mello

A revisão linguística é de responsabilidade dos autores.



APRESENTAÇÃO

A inclusão escolar transcende a simples presença de todos os alunos na sala de aula. Envolve a criação e o respeito por um espaço onde cada indivíduo, independentemente de suas diferenças se sinta valorizado, respeitado e capaz de atingir seu pleno potencial.

Neste e-book, reunimos registros de práticas pedagógicas desenvolvidas por estudantes do curso, fundamentadas em experiências vivenciadas em contextos escolares. Essas práticas são um testemunho do comprometimento com a construção de ambientes educativos que promovam a inclusão e o desenvolvimento de cada estudante, independentemente das suas singularidades.

Ao socializar esses relatos, convidamos você a mergulhar em narrativas que destacam a importância da inclusão na formação de um ambiente universitário enriquecedor. Que essas experiências sejam fonte de inspiração para todos os envolvidos na busca por uma educação mais inclusiva e diversificada.

Aproveite a leitura e participe conosco nessa jornada transformadora!

Cristiane Elizete Fiorese
Coordenadora do Curso





SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	3
O ENSINO INCLUSIVO E SEUS DESAFIOS.....	7
Andreza Manuela Ferrari	
Jackson Gerson da Silva	
EDUCAÇÃO ESPECIAL E ENSINO INCLUSIVO.....	21
Angelica Ludwig de Almeida	
Maria Eduarda de Almeida	
Jackson Gerson da Silva	
IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DO AMBIENTE ESCOLAR.....	35
Isabeli Caroline Prigol	
Jackson Gerson da Silva	
EDUCAÇÃO ESPECIAL E ENSINO INCLUSIVO.....	67
Karen Cristina Biffi	
Jackson Gerson da Silva	
EXPLORANDO A APRENDIZAGEM INCLUSIVA: UM PORTFÓLIO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS - EDUCAÇÃO ESPECIAL E ENSINO INCLUSIVO.....	79
Élen Khaliane Vieira da Silva	
Jackson Gerson da Silva	
AS ESCOLAS ESTÃO PREPARADAS PARA A DIVERSIDADE?.....	97
Lara Cristina Bedendo Piccinin	
Jackson Gerson da Silva	
IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E ENSINO INCLUSIVO NO ÂMBITO ESCOLAR.....	133
Naeli Vivian Blotz	
Jackson Gerson da Silva	
ENSINO INCLUSIVO.....	145
Cassia Bohn	
Jackson Gerson da Silva	
OS DESAFIOS DO ENSINO INCLUSIVO NA REDE REGULAR.....	159
Júlia Rodrigues	
Jackson Gerson da Silva	





PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: EDUCAÇÃO ESPECIAL E ENSINO INCLUSIVO.....	175
Michelli Ornieski Borges Seixas Jackson Gerson Rodrigues	
EDUCAÇÃO ESPECIAL E ENSINO INCLUSIVO.....	187
Andriele Becker Jackson Gerson da Silva	
O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	207
Claudia Regina Mota Jackson Gerson da Silva	
APÊNDICE A – PROTOCOLO DA PESQUISA	269





O ENSINO INCLUSIVO E SEUS DESAFIOS

Andreza Manuela Ferrari¹

Jackson Gerson da Silva²

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal Brasileira de 1988 em relação à educação diz no artigo 205 “É um direito de todos, e um dever do estado”. Visualizando este contexto, pensa-se que o ensino chega a todos, inclusive às pessoas com algum tipo de deficiência, mas na realidade não o que acontece. Aranha (2006, p. 8) ressalta que “A escola inclusiva é aquela que conhece cada aluno, respeita suas potencialidades e necessidades e a elas responde, com qualidade pedagógica”.

Diversas leis asseguram que o ensino inclusivo seja efetivo nas escolas, uma é a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 que no artigo 58 estabelece que a Educação Especial será oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais, isso mesmo inclui até a Educação Infantil. Recentemente também foi aprovada a Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que tem como objetivo assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

¹ Graduanda de Pedagogia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina.

² Mestre em Educação pela Univeridade do Oeste de Santa Catarina.





Essas leis sustentam e nos fazem lembrar que a inclusão é importante, na sociedade como um todo e no ambiente escolar. No decorrer dos anos houve uma melhoria do ensino inclusivo no ambiente escolar, mas ainda está longe de ser considerado efetivo, Mantoan ressalta que:

Embora tenhamos caminhados muito no Brasil, a inclusão ainda mexe com associações de pais que adotam paradigmas tradicionais de assistência às suas clientelas; afeta professores da Educação Especial, que se sentem temerosos de perder o espaço que conquistaram nas escolas e classes especiais; envolve ainda grupos de pesquisa das universidades (Mantoan, 2015, p. 25)

O que falta para que o processo de inclusão aconteça, é a falta de aprofundamento dos profissionais da educação, a falta de apoio e até mesmo questões familiares, às vezes a família não aceita o diagnóstico e não está disposta a ajudar o profissional no processo de inclusão e de aprendizagem, o que acaba dificultando o trabalho do docente com estes alunos.

O objetivo deste trabalho é observar e analisar como o processo de inclusão acontece dentro do ambiente escolar, quais os desafios encontrados e se os professores notam melhoria no desempenho ao decorrer do tempo nesses alunos que possuem deficiência. Observar a participação efetiva da família junto ao professor e como é o dia a dia desses alunos, em conjunto foi realizada uma pesquisa bibliográfica destacando os pontos de maior importância para o ensino inclusivo até os dias atuais.





2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

No Brasil existem leis que asseguram que os portadores de deficiência frequentem a escola de ensino regular. Uma escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades. Mas para que a escola seja inclusiva vai muito além de leis que assegurem a permanência. Mantoan ressalva:

A meta da inclusão é, desde o início, não deixar ninguém fora do sistema escolar, que deverá adaptar-se às particularidades de todos os alunos (...) à medida que as práticas educacionais excludentes do passado vão dando espaço e oportunidade à unificação das modalidades de educação, regular e especial, em um sistema único de ensino, caminha-se em direção a uma reforma educacional mais ampla, em que todos os alunos começam a ter suas necessidades educacionais satisfeitas dentro da educação regular. (MANTOAN, 1997, s/p).

Na Constituição Federal de 1988, no Artigo 208 inciso III diz que: “O atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino”. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, é imprescindível, o Artigo 54 diz que de dever Estado assegurar á criança e adolescente o atendimento especializado.

O documento que trata o termo Educação Inclusiva e que teve maior relevância é a Declaração de Salamanca de 1994.





Segundo esse documento: “O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade (...) Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva (...)”.

Segundo Alves (2009, p. 45-46), em seu relato este acredita que para uma efetiva educação inclusiva:

O importante não é só capacitar o professor, mas também toda equipe de funcionários desta escola, já que o indivíduo não estará apenas dentro de sala de aula. [...] Alguém tem por obrigação treinar estes profissionais. Não adianta cobrar sem dar subsídios suficientes para uma boa adaptação deste indivíduo na escola. Esta preparação, com todos os profissionais serve para promover o progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas.

Sabemos que o processo de inclusão nas escolas não é fácil, principalmente se os professores não tiverem o apoio necessário. Segundo Belisário (2005):

Para que as escolas sejam verdadeiramente inclusivas, ou seja, abertas à diversidade, há que se reverter o modo de pensar, e de fazer educação nas salas de aula, de planejar





e de avaliar o ensino e de formar e aperfeiçoar o professor, especialmente os que atuam no ensino fundamental. Entre outras inovações, a inclusão implica também em uma outra fusão, a do ensino regular com o especial e em opções alternativas/aumentativas da qualidade de ensino para os aprendizes em geral (BELISÁRIO, 2005, p. 130).

Sendo assim, os professores, os gestores, direção e aqueles que frequentam o ambiente escolar devem sempre procurar maior conhecimento, pois muitas vezes os alunos com deficiência são deixados “de lado”, porque os docentes não sabem como conduzir as aulas. Segundo Gómez e Terán (2008, p.30): “é importante ajudar essas crianças a conhecerem seus pontos fortes, a compreenderem que suas dificuldades não existem por falta de capacidade e, a descobrirem estratégias que sejam úteis ao seu aprendizado”.

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada em ambiente escolar é qualitativa pois seu objeto será compreender e descrever o que foi pesquisado. Segundo Mucchielli (1991, p. 3):

Os métodos qualitativos são métodos das ciências humanas que pesquisam, explicitam, analisam fenômenos (visíveis ou ocultos). Esses fenômenos, por essência, não são passíveis de serem medidos (uma crença, uma representação, um estilo pessoal de relação com o outro, uma estratégia face um problema, um procedimento de decisão...), eles possuem as características específicas dos “fatos humanos”. O estudo desses fatos humanos se realiza com as técnicas de pesquisa e análise que, escapando a toda codificação e programação sistemáticas, repousam essencialmente





sobre a presença humana e a capacidade de empatia, de uma parte, e sobre a inteligência indutiva e generalizante, de outra parte.

Os objetivos foram descritos trazendo as características do ambiente escolar e de que modo é feita a inclusão. Segundo Gil (1994), as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas é a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. Ainda segundo Gil (2010) “Entre as pesquisas descritivas, salienta-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental etc.”. (GIL, 2010, p. 27,28).

Trata-se de uma pesquisa de campo, fomos direcionados a escola de modo a aprender e conhecer o ambiente e buscar informações de como é o ensino inclusivo naquele ambiente. Segundo Geertz diz (1979, p.241):”

Trabalha para ganhar a aceitação do sujeito, não como um fim em si, mas porque isto abre a possibilidade de prosseguir os objetivos da investigação”. Ou seja, quanto mais natural a conversa mais informações do ambiente e de como é o ensino a gente vai ter.

A entrevista foi realizada na rede de Educação Infantil no município de Ibiam no Meio Oeste Catarinense que atende crianças de 0 a 3 anos de idade, a realização da pesquisa foi de modo





presencial junto à diretora da escola, com as devidas autorizações e com o roteiro da coleta de dados bem estabelecido. A diretora se mostrou compreensiva e bem aberta a conversar sobre o processo de inclusão e como era o dia a dia dos alunos, posteriormente lhe foi entregue um questionário.

Tratou-se de uma entrevista semiestruturada pois além das perguntas que já haviam sido disponibilizadas pelo professor, durante a conversa foi possível realizar alguns questionamentos para completar o objetivo da pesquisa em conjunto com a pesquisa bibliográfica. Segundo DiCicco-Bloom e Crabtree (2006) asseguram que esta entrevista é: “Organizada em torno de um conjunto de questões abertas predeterminadas, com outras questões emergindo a partir do diálogo entre entrevistador e entrevistado” (p. 315).

Observa-se também como é o ambiente, como as crianças se sentem e uma reanálise dos ambientes que vi. Segundo Bardin (2011, p.15)” A análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”. Por isso é importante reanalisar pois por meio dela percebe-se como a escola se organiza para melhor se sair na pesquisa.

Concluída a fase de reanálise seguimos com a exploração do material que é a continuação do que foi feito anteriormente. Bardin diz: “Esta fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas (1977, p.101).”

A interpretação dos resultados feita na análise de conteúdo por meio da inferência, que para Bardin (2010, p.41) é a “operação





lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude da sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras”.

2.3 RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÃO

Em entrevista com a diretora ela relata que a escola possui 3 crianças com algum tipo de deficiência. A primeira criança tem 3 anos e possui paralisia cerebral a condição foi descoberta na própria escola com cerca de 1 ano e meio de idade, conseqüentemente por ter ficado sem tratamento nesse tempo ela não anda, porém no tempo em que ela está na escola já teve uma grande evolução, ela já consegue falar algumas palavras e a diretora relata que ela é muito inteligente, que entende tudo que eles fala, mas precisa da ajuda da professora ou da auxiliar de turma para fazer as atividades, ela frequenta a APAE uma vez na semana, o restante da semana ela vai para a creche, e duas vezes na semana faz fisioterapia.

No segundo caso a diretora relatou que se tratava de uma criança com síndrome do espectro autista de nível moderado que possui 3 anos também. Nesse caso tanto a diretora como a professora explanam certa dificuldade em lidar com a situação, pois a criança não fala, não entende quando falam com ela e muitas vezes é agressiva com os professores e colegas. Eles não conseguem realizar quase nenhuma atividade pois não para sentada, e expõe que fica “presa” dentro da sala de aula. Esta criança vem no período da tarde na creche e pela manhã frequenta o AMA (Associação dos Amigos dos Autistas).

Outra criança que possui cerca de 1 ano e meio possui uma deficiência física, porém essa criança ainda não possui um laudo



estabelecido, para saber ao certo o que é. Mas relatam que essa criança faz todas as atividades propostas. Ela tem uma deficiência em um dos pés e parte da perna o que lhe impossibilitava de caminhar, mas há pouco tempo devido a fisioterapias ela já está conseguindo andar, mesmo que devagar, mas já consegue. Essa criança vai uma vez na semana na APAE e o restante da semana frequenta a creche.

Todas elas são acompanhadas na escola por um profissional especializado para ver como esses e os outros alunos estão, se estão evoluindo ou não, até mesmo para verificar se mais alguma criança apresenta algum comportamento de deficiência. E também é um apoio para os professores, pois esse profissional geralmente dá um suporte para os docentes de modo a facilitar o modo de agir e ensinar para esses alunos especiais.

Nas perguntas que foram feitas, impressas e entregues a diretora destaco algumas perguntas:

1- A escola participa de ações de formação continuada para a educação especial? Se sim, como avalia isso? “Sim participa. Acho de extrema importância, porque só assim os profissionais vão desenvolver um trabalho de qualidade dando maior suporte à criança e a escola num todo.”

Na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base de sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a atuação no atendimento educacional



especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, os centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos da educação especial. Esta formação deve contemplar conhecimentos de gestão de sistema educacional inclusivo, tendo em vista o desenvolvimento de projetos em parceria com outras áreas, visando à acessibilidade arquitetônica, os atendimentos de saúde, a promoção de ações de assistência social, trabalho e justiça. (BRASIL, 2008, p.17 & 18)

2- As práticas pedagógicas referentes à inclusão no seu ambiente escolar são desenvolvidas em conjunto com os alunos? Se sim, qual a importância desse contato? Se não, justifique sua resposta. “De uma certa forma é sim, porque cada aluno tem uma necessidade em especial, então é observado e adaptado conforme a necessidade. No ambiente escolar, nossa maior e única prioridade é o bem-estar e desenvolvimento das crianças, então buscamos sempre adaptar as práticas pedagógicas às necessidades de cada aluno em individual.”

Segundo Diniz:

A Escola Inclusiva está afinada com os direitos humanos, porque respeita e valoriza todos (as) os (as) alunos (as), cada um (a) com as suas características individuais. Além disso, é a base da sociedade para todos (grifo da autora), que acolhe os sujeitos e se modifica para garantir que os direitos de todos (as) sejam respeitados (DINIZ, 2012, p. 9)



3- Você acredita que é importante pensar em práticas inclusivas no ambiente escolar? “Sim é importante para a criança num todo. Para que haja mais desenvolvimento, interação com outras crianças, convívio social, além de desenvolver uma maior conscientização sobre os direitos e necessidades, mostrando que a inclusão deve ser estendida a todos os ambientes, para que as crianças e adultos com necessidades especiais tenham uma vida digna.”

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação de alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2008, p. 10).

Nota-se que a escola está bem preocupada e está buscando novos conhecimentos acerca do ensino inclusivo que é muito importante, pois com carinho e dedicação esses alunos especiais no futuro irão prosperar assim como os demais alunos, mas tanto à diretora como os professores sentem dificuldades para o trabalho em equipe com a família desse aluno, pois de nada adianta incentivar na escola se os pais não fazem o mesmo em casa.



3 CONCLUSÃO

Diante dos relatos apresentados, nota-se que o ensino inclusivo nessa escola acontece de modo crescente e que os gestores e alguns professores estão interessados e buscando formação continuada e maior conhecimento a respeito do ensino inclusivo e das técnicas de como trabalhar e quais atividades fazer para atrair esses alunos a fazer as atividades propostas.

Diante da vivência nessa rede de ensino e com as conversas trocadas, concluo que a escola está bem preocupada em fazer com que esses alunos se sintam incluídos no ambiente escolar. Nota-se também que esses alunos são bem tratados, têm bastante atenção dos profissionais, e são felizes na escola. O que falta é um professor especializado para melhor atendê-los, mais pessoas para ajudar, pois é perceptível que não é fácil para somente um professor e um auxiliar de turma darem conta de tantas crianças ao mesmo tempo, incluindo os alunos especiais, a busca por cada vez mais conhecimentos acerca de como incluir e atividades desenvolver maiores estímulos para os alunos.

O importante é permitir que a criança tenha acesso às experiências e vivências que o ambiente possa lhe proporcionar. É saber que a pessoa com deficiência é diferente entre os outros, mas que são extremamente capacitados.

Considerar que as crianças são diferentes entre si, implica propiciar uma educação baseada em condições de aprendizagem que respeitem suas necessidades e ritmos individuais, visando ampliar e a enriquecer as capacidades de cada criança, considerando-as como pessoas singulares e com características próprias. Individualizar a educação infantil, ao contrário do que se poderia supor, não é





marcar e estigmatizar as crianças pelo que diferem, mas levar em conta suas singularidades, respeitando-as e valorizando-as como fator de enriquecimento pessoal e cultural (BRASIL, 1998, p. 33).

REFERÊNCIAS

ALVES F. **Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio**. Rio de Janeiro, WAK EDITORA, 2009.

ARANHA, Maria Salete Fabio (org.). **Educação inclusiva: a escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial, 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa edições, 70, 225, 1977.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229p.] Revista Eletrônica de Educação. São Carlos, SP: UFSCar, v.6, no. 1, p.383-387, mai. 2012. Disponível em <http://www.reveduc.ufscar.br>.

BELISÁRIO, J. **Ensaios pedagógicos: construindo escolas inclusivas**. Brasília: MEC, SEESP. 2005.JG

BRASIL. MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federal do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.





DICICCO-BLOOM, B.; CRABTREE, B. F. **The qualitative research interview**. Medical Education, v. 40, n. 4, p. 314-321, 2006.

DINIZ, M. **Inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas avanços e desafios**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

GEERTZ, C. **“From the native’s point of view: On the nature of anthropological understanding”**. In P. Rabinow and W. Sullivan (eds.), *Intelpretive social science*. Berkeley: University of California Press, 1979.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed São Paulo: Atlas, 1994.

GÓMEZ, A.M.S.; TÉRAN, N.E. **Dificuldades de aprendizagem. Detecção e estratégias de ajuda**. Tradução de Almeida Navarro. São Paulo: Grupo cultural, 2008.

MAANEN, John, Van. **Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface**. In *Administrative Science Quarterly*, vol. 24, no. 4, December 1979 a, pp 520.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. (Org.). 1997. **A integração de pessoas com deficiência**. São Paulo: Memnon. SENAC. WAK EDITORA, 2009.

MUCCHIELLI, R. (1991). **Les Méthodes Qualitatives**. Paris: Presses Universitaires de France.





EDUCAÇÃO ESPECIAL E ENSINO INCLUSIVO

Angelica Ludwig de Almeida¹

Maria Eduarda de Almeida²

Jackson Gerson da Silva³

1 INTRODUÇÃO

É importante contextualizar a Educação Especial desde os seus primórdios até a atualidade, para que se perceba que as escolas especiais são as principais responsáveis pelos avanços da inclusão, longe de serem responsáveis pela negação do direito das pessoas com necessidades educacionais especiais, de terem acesso à educação. Evidencia-se que a inclusão ou a exclusão das pessoas com deficiência estão intimamente ligadas às questões culturais.

No Brasil, até a década de 50, praticamente não se falava em Educação Especial, foi a partir de 1970, que a educação especial passou a ser discutida, tornando-se preocupação dos governos com a criação de instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais e estaduais e de classes especiais. A educação especial surgiu com muitas lutas, organizações e leis favoráveis aos deficientes e a educação inclusiva começou a ganhar força a partir da Declaração de Salamanca (1994), a partir da aprovação da constituição de 1988 e da LDB 1996.

¹ Graduanda de Pedagogia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina.

² Graduanda de Pedagogia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina.

³ Mestre em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina.





Segundo Brasil (2009, art.1) “promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente.”

A educação é responsável pela socialização, que é a possibilidade de uma pessoa conviver com qualidade na sociedade, tendo, portanto, um caráter cultural acentuado, viabilizando a integração do indivíduo com o meio. Tem-se a Declaração de Salamanca (1994) como marco e início da caminhada para a Educação Inclusiva.

A educação da pessoa com deficiência possui um histórico de exclusão e abandono. Com o processo denominado de inclusão escolar, alunos com diferentes deficiências e necessidades educacionais especiais (NEE), são matriculados nas escolas regulares e precisam de um atendimento que os auxilie no processo de aprendizagem. A inclusão é um processo educacional através do qual todos os alunos, incluído, com deficiência, devem ser educados juntos, com o apoio necessário, na idade adequada e em escola de ensino regular.

A pesquisa em que este trabalho se baseou, ocorreu através de uma observação em uma escola municipal localizada no município de Luzerna/SC. Onde foi possível observar de que forma esta escola procede com relação as práticas educacionais inclusivas e educação especial, como os professores se comportam, de que forma é adaptado os planejamentos, quais são os equipamentos que a instituição possui e como a professora de AEE trabalha com seus alunos. Posteriormente foi realizado uma entrevista com a coordenadora pedagógica da instituição. Desta forma, esta pesquisa tem como objetivo analisar e verificar quais são as





práticas inclusivas e de que forma são concretizadas em uma escola municipal de Luzerna.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 AEE, PROFESSORES, ESCOLA E FAMÍLIA: JUNTOS PARA ALCANÇAR O ÊXITO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

A política educacional brasileira prevê que haja, nas escolas regulares ou instituições especializadas, um Atendimento Educacional Especializado (AEE), que seja um suporte para que a educação inclusiva ocorra em nosso país. Um dos fatores de relevância para o alcance deste objetivo é um trabalho colaborativo entre professores do AEE e professores da sala regular.

Os documentos que atualmente subsidiam a política de inclusão por meio dos serviços especializados são, principalmente, a Resolução nº 4, de outubro de 2009, que Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial e o Decreto nº 7.611/11 (BRASIL, 2011, p. 12) que dispõe sobre a educação especial, atendimento especializado e outras providências.

O atendimento educacional especializado (AEE), de acordo com o Artigo 1º da Resolução nº 4/2009, é aquele “ofertado nas salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de Instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos” e





tem como função complementar ou suplementar a formação dos alunos em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

Garcia (2008, p. 18) explica que “[...] os atendimentos especializados expressam uma concepção de inclusão escolar que considera a necessidade de identificar barreiras que impedem o acesso de alunos considerados diferentes.” Com o respeito à diversidade, o objetivo do trabalho educacional deve ser o de permitir acesso à educação a todas as crianças, jovens e/ou adultos.

O público-alvo do AEE são alunos com deficiência; com transtorno global do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação. Quanto ao atendimento a ser realizado, na Resolução 4/2009, o artigo 5º prevê que o mesmo seja

[...] prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições, comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (BRASIL, 2009).

O Artigo 8º assegura que os alunos matriculados em classe comum do ensino regular e que tiverem matrícula concomitante no AEE serão contabilizados duplamente no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), conforme o Decreto nº 7.611 de 2011.





Além das salas de recursos, o governo lançou o programa sala de recursos multifuncionais. A sala de recursos multifuncionais (SRM) é “[...] um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais.” (ALVES, 2006, p. 14), e cujo objetivo é oferecer um atendimento especializado aos alunos que apresentem alguma necessidade educacional especial, temporária ou permanente, no seu processo de aprendizagem. Este projeto foi iniciado em 2005, prevendo a implantação de salas com equipamentos, mobiliários e materiais didáticos pedagógicos funcionais e adequados às pessoas que deles irão dispor, tais como computadores, impressoras, lupa eletrônica, dominó com texturas, dentre outros. É fundamental que o AEE seja estendido a todos os alunos que possuam alguma necessidade especial, a fim de que suas necessidades educacionais sejam atendidas com o intuito de que a aprendizagem seja efetivada.

Na escola observada, em seu PPP (Plano Político Pedagógico) diz que o AEE é um serviço da educação especial desenvolvido na rede regular de ensino que organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. O aluno necessita de um laudo profissional, para auxiliar o trabalho realizado pela profissional que atua.

Na sequência, o PPP fala o que faz o AEE, ele apoia o desenvolvimento do aluno com deficiência, transtornos gerais de desenvolvimento e altas habilidades, disponibiliza o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização,





também oferece tecnologia assistiva – TA, adéqua e produz materiais didáticos e pedagógicos, tendo em vista as necessidades específicas dos alunos e oportuniza ampliação e suplementação curricular (para alunos com altas habilidades). O AEE deve se articular com a proposta da escola comum, embora suas atividades se diferenciem das realizadas em salas de aula de ensino comum.

Com base no PPP da instituição, o AEE se destina a alunos com deficiência, aqueles que tem impedimento de longo prazo de natureza física, intelectual, sensorial (visual e pessoas com surdez parcial ou total) Alunos com transtornos gerais de desenvolvimento e com altas habilidades (que constituem o público alvo da educação especial), também podem ser atendidos por esse serviço. O AEE é realizado no período inverso ao da classe comum frequentada pelo aluno, preferencialmente na própria escola do aluno e em sala de recursos multifuncionais. Essa escola também oferta aulas de reforço e se necessário mais um atendimento no período escolar em que a criança frequenta.

Em conversa com os professores, gestores, coordenadores e professora do AEE chegou-se à conclusão que para o trabalho ser realmente efetivado com sucesso e alcançar com êxito o objetivo do AEE e da educação especial inclusiva, ele deve ser feito em conjunto, uma vez que apenas o trabalho realizado no atendimento não será da forma mais efetiva se a família não apoiar e colaborar. Da mesma forma, os educadores precisam se adaptar e trabalhar em conjunto com o AEE. A escola como um todo e a comunidade devem estar em harmonia para que haja um trabalho concreto.

Essa escola possui diversos equipamentos na sala de AEE que facilitam a aprendizagem do público-alvo, a escola possui acessibilidade e os professores sempre estão em busca de avanços e





melhorias em suas aulas, planejamentos, cursos e atividades para facilitar ainda mais o desenvolvimento destes alunos e da escola como um todo.

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se por uma pesquisa de campo qualitativa, de campo e descritiva, respondendo a questões específicas. Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. Nesse sentido Creswel (2007, p. 186) chama atenção para o fato de que, na perspectiva qualitativa, o ambiente natural é a fonte direta de dados e o pesquisador, o principal instrumento, sendo que os dados coletados são predominantemente descritivos. Além disso, o autor destaca que a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto, ou seja, o interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar “como” ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas.

A pesquisa foi composta por 01 coordenadora pedagógica e 01 professora do AEE em uma escola municipal na cidade de Luzerna. Para os procedimentos da pesquisa não houve dificuldade, pois, a acadêmica trabalha na unidade escolar, entretanto foi solicitado pelo professor a assinatura da declaração e dos documentos para que fosse possível efetuar a pesquisa. Após a autorização foi iniciado a observação e a pesquisa na escola e na sala do AEE. A





entrevista foi feita presencialmente na sala da coordenadora onde prontamente respondeu às perguntas e explicou o funcionamento, com o acompanhamento dela fomos até a sala do AEE onde a profissional me mostrou a sala e me deu um breve resumo sobre as atividades executadas em sala e como é o funcionamento.

À vista disso, optou-se pela entrevista semiestruturada. O uso da entrevista não é uma exclusividade da abordagem qualitativa, tampouco é a única maneira de se fazer pesquisa qualitativa, pois não há vínculo obrigatório entre ambas e o caráter qualitativo se efetiva com o referencial teórico-metodológico eleito para a construção do objeto de pesquisa e análise do material coletado no trabalho de campo, não necessariamente o recurso de que se faz uso (DUARTE, 2004).

Contudo, a entrevista é utilizada com mais frequência na pesquisa qualitativa, reconhecida como uma técnica de qualidade para a coleta de dados. Nas ciências sociais a entrevista qualitativa é uma metodologia de coleta de dados amplamente empregada. Isso se deve ao fato de que a inter-relação, às experiências cotidianas e a linguagem do senso comum no momento da entrevista é condição indispensável para o êxito da pesquisa qualitativa (GASKEL, 2014; MINAYO, 2011). Dessa forma, ao discorrer sobre a entrevista na pesquisa se faz necessário abordar sobre as características, definições e delineamento do método qualitativo.

Segundo Minayo (2010) combina perguntas fechadas e abertas. Nesse tipo de entrevista o entrevistado tem liberdade para se posicionar favorável ou não sobre o tema, sem se prender à pergunta formulada. Em caso específico a entrevista semiestruturada obedece a um roteiro que é apropriado fisicamente e utilizado pelo pesquisador. Por ter um apoio claro na sequência das questões,





essa modalidade de entrevista facilita a abordagem e assegura, aos investigadores menos experientes, que seus pressupostos sejam cobertos na conversa (MINAYO, 2010).

Desta forma, optou-se por realizar a análise de conteúdo de Bardin (1997), a primeira que corresponde a reanálise é a fase em que se organiza a pesquisa propriamente dita fase de organização propriamente dita. Correspondendo por um determinado período tendo como objetivo a sistematização das ideias iniciais do estudo. Estabelecendo um programa que seja flexível e que permita a introdução de novos procedimentos durante o discurso da análise. Já a segunda etapa se refere a exploração do material onde trata os procedimentos tanto manualmente como em operações direcionados pelo computador. E a terceira é a interpretação e resultados, que a partir deles o analista pode propor inferências e interpretações diante dos objetivos alcançados (BARDIN, 1997).

2.3 ANÁLISE DOS DADOS

A partir da entrevista com a coordenadora pedagógica de uma escola municipal de Luzerna/SC, foram apresentadas várias informações referentes as Práticas Pedagógicas da Educação Especial. Diante da pesquisa observamos as respostas trazidas pela profissional que aponta como deve ser feita a inclusão no ambiente escolar. No que se refere a observação e avaliação da educação inclusiva no ambiente escolar a coordenadora destaca que:

“Avalio como um processo de aprendizagem e contribuição na evolução dos alunos através de planejamentos contínuos e respeito mútuo. Cabe a nós





como educadores procurar novas posturas e habilidades que permitam compreender e intervir nas diferentes situações.” (COORDENADORA)

A coordenadora evidencia que é preciso ter respeito mútuo e formas de interação e planejamentos para a melhorar cada vez mais a inclusão.

Flexibilizar, adaptar, adequar, diferenciar ou diversificar ou qualquer outro termo que venha ser acrescentado na intenção acessar caminhos para que o aluno com deficiência obtenha êxito ao ser incluído na escola regular quer nas estratégias, nos métodos, nos recursos, nas formas e quer ainda nos instrumentos de avaliação não pode significar simplificação do currículo, mas garantia que as necessidades, desse aluno, sejam atendidas em nível de igualdade com os demais companheiros da sala de aula. (LOPES, 2010, p.45)

Na pergunta 2, que se refere a participação da escola em ações de formação continuada para Educação Especial a coordenadora respondeu:

“Sim, nossa escola oferece cursos e palestras de formação para professores, estagiários e a professora do AEE com profissionais altamente capacitados. Todos os professores possuem graduação na sua respectiva área e 90% possui pós-graduação. Temos também um acompanhamento com uma neuropsicopedagoga onde mensalmente vem a unidade escolar para observar, analisar e proceder juntamente com a professora do AEE o atendimento para o público-alvo, onde há trocas de ideias, atividades e sugestões e muitas delas são atreladas em sala e no AEE, para que haja um resultado mais significativo.” (COORDENADORA)



Conforme resposta obtida pela coordenadora pedagógica, entende-se que é preciso sempre melhorar e ao mesmo tempo valorizar os interesses e atender às necessidades de cada aluno, desenvolvendo a compreensão, a conversa, as qualidades e as limitações, buscando sempre se aperfeiçoar e adquirir mais conhecimento. Sobre isso é evidenciado em Manjón (1995) citado Carvalho (2008, p.105):

Quando se fala em adaptações curriculares se está falando, sobretudo e em primeiro lugar, de uma estratégia de planejamento e de atuação dos docentes e, nesse sentido, de um processo para tratar de responder às necessidades de aprendizagem de cada aluno [...] fundamentado em uma série de critérios para guiar a tomada de decisões a respeito do que o aluno e a aluna devem aprender, como e quando, e qual é a melhor forma de organizar o ensino de modo que todos saiam beneficiados.

3 CONCLUSÃO

Este trabalho evidencia as limitações acerca do processo de inclusão e a necessária formação continuada de professores sobre o processo. Manifesta as tentativas de adaptações de ensino para a inclusão, mas adaptações que são compreendidas como facilitação ou simplificação do ensino. Porém, mesmo com os desafios impostos a inclusão é necessária para todos os sujeitos uma vez que potencializa a compreensão das singularidades humanas objetivando o respeito a todos, elementos importantes na formação humana. Também, é preciso discutir sobre a inclusão de forma efetiva excluindo opiniões preconceituosas e desatualizadas



que prejudiquem o trabalho desenvolvido pelos professores em detrimento da qualidade de vida das crianças.

As ações para consolidação do AEE exigem firmeza e envolvimento de todos os que estão se empenhando para que as escolas se tornem ambientes educacionais plenamente inclusivos. Nessa caminhada em favor de uma escola para todos, a educação especial brasileira tem tomado decisões e iniciativas que surpreendem pela ousadia de suas propostas e coerência de seus posicionamentos com que a nossa Constituição de 1988 prescreve como direito à educação.

A inclusão de todos é um ponto primordial para boa convivência em sociedade, pois representa que estamos evoluindo como seres humanos capazes de nos adaptar às mudanças, colaborar e conviver de forma respeitosa e harmoniosa em diferentes espaços sociais. A possibilidade de inventar o cotidiano (CERTEAU, 1994) tem sido a saída adotada pelos que colocam sua capacidade criadora para inovar, romper velhos acordos, resistências e lugares eternizados na educação. É a determinação e um forte compromisso com a melhoria da qualidade da educação brasileira que está subjacente a todas essas mudanças que estão propostas pela Política atual da Educação Especial.

REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira et al. Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado. **Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.**





BATISTA, Eraldo Carlos; DE MATOS, Luís Alberto Lourenço; NASCIMENTO, Alessandra Bertasi. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, v. 11, n. 3, p. 23-38, 2017.

Bido, D., Barbosa, O. D., Groth, P. P., Schmitt, C. C. S., Campos, M. M. C. de, & Schwertz, C.J. (2022). A EXPERIÊNCIA DOCENTE EM CONTEXTOS INCLUSIVOS. **Seminário De Iniciação Científica E Seminário Integrado De Ensino, Pesquisa E Extensão (SIEPE)**, e31002.

BONDEZAN, Andreia Nakamura; GOULART, Aurea Maria Paes Leme. O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: O QUE DIZEM AS PROFESSORAS DAS SALAS REGULARES? = SPECIALIZED EDUCATIONAL ATTENDANCE: WHAT IS THE OPINION OF TEACHERS IN REGULAR CLASSES?. **CAMINE: Caminhos da Educação= Camine: Ways of Education**, v. 5, n. 1, 2013.

CERTEAU, M. de. A Invenção do cotidiano: artes de fazer. **Petrópolis: Vozes**, 1994
ESCOLA MUNICIPAL SÃO FRANCISCO. PPP. **Plano Político Pedagógico**. Luzerna, 2023.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Políticas inclusivas na educação: do global ao local. **Educação especial: diálogo e pluralidade. Porto Alegre: Mediação**, v. 1, p. 11-23, 2008.

ROGALSKI, Solange Menin. Histórico do surgimento da educação especial. **Revista de Educação do IDEAU**, v. 5, n. 12, p. 1-13, 201





IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DO AMBIENTE ESCOLAR

Isabeli Caroline Prigol¹
Jackson Gerson da Silva ²

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como finalidade analisar os benefícios que a educação inclusiva traz ao ambiente escolar, bem como as dificuldades encontradas pelos professores na inserção da mesma. Esse portfólio foi elaborado no curso de Pedagogia da Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC, desenvolvido para o componente curricular de Práticas Pedagógicas: Educação Especial e Ensino Inclusivo.

O tema escolhido se constitui de grande relevância, visto sua demanda nos dias atuais, já que o número de crianças com algum transtorno ou deficiência sobe a cada dia, neste sentido o trabalho visa ampliar os conhecimentos acerca da educação inclusiva, para que quanto futuros docentes, se consiga um ensino mais inclusivo para todos, pois é através deste ensino que os alunos conseguem desenvolver-se, ampliando assim, suas potencialidades e superando as dificuldades.

Os procedimentos metodológicos abordados no decorrer do trabalho foram, pesquisa documental, bibliográfica e de campo buscando embasamento teórico acerca do tema, também foram

¹ Graduanda de Pedagogia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina.

² Mestre em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina.





realizadas duas entrevistas, uma das entrevistadas é gestora de uma escola municipal de Educação Básica no município de São José do Ouro/RS, a outra é professora de um Centro de Atendimento Educacional Especializado, cujo é vinculado a todas as escolas do município.

O objetivo geral deste trabalho é investigar a importância da educação inclusiva no ambiente escolar. O trabalho divide-se em 4 sessões sendo elas: a primeira irá explorar a importância e dificuldade do ensino inclusivo, já a segunda apresenta a relevância que o Atendimento Educacional Especializado- AEE traz para os alunos com algum tipo de deficiência ou transtorno. Na sessão seguinte, se tem os procedimentos metodológicos que foram utilizados no decorrer do trabalho, na última sessão trazendo como fechamento, a análise dos dados, bem como, fotos do ambiente visitado.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 IMPORTÂNCIA E DIFICULDADE DO ENSINO INCLUSIVO

Nos últimos tempos, muito se fala sobre educação inclusiva, visto que possui grande relevância principalmente no ambiente escolar, cujo ambiente serve para que os alunos se desenvolvam, interajam e principalmente que participem ativamente de todas as atividades realizadas. Segundo Scotto, 2008:





Educação Inclusiva exige o atendimento de Necessidades Especiais, não apenas dos portadores de deficiências, mas de todas as crianças. Implica trabalhar com a diversidade, de forma interativa - escola e setores sensíveis. Deve estar orientada para o acolhimento, aceitação, esforço coletivo e equiparação de oportunidades de desenvolvimento. Requer que as crianças portadoras de necessidades especiais saiam da exclusão e participem de classes comuns. Para isso, é necessário um diagnóstico cuidadoso que levante as necessidades específicas de cada criança (SCOTTO, 2008, p.1).

Conforme a citação de Scotto, é possível entender que a educação inclusiva tem como pilar base a diversidade, da qual todos independente de suas especificidades possam ser entendidos e acolhidos, bem como, que possuam acesso igualitário à educação, sem qualquer tipo de exclusão.

A discussão sobre educação inclusiva iniciou-se a muito tempo atrás e vem sido debatida ao longo dos anos, principalmente na era que estamos, cujo conhecimento, informações estão na palma de nossas mãos. Atualmente ainda se deparamos com notícias e reportagem das quais mostram que práticas excludentes ainda acontecem, nesse sentido de acordo com Cunha, 2015:

Estamos no século XXI e precisam ser banidos os erros de segregação cometidos nos séculos passados quando as pessoas com deficiência eram excluídas da sociedade sob a alegação de que eram incapazes ou incapacitadas, e por isso eram postas à margem do convívio social, inclusive da acessibilidade a escola. Esse processo passa por mudanças atitudinais e, principalmente, pela existência de leis que assegurem direitos às pessoas com deficiências (CUNHA, 2015, p.70-71).





Em concordância com Cunha, é de suma importância que as crianças que possuem algum transtorno ou deficiência passem a ser olhadas com respeito pela sociedade e também pelo ambiente escolar. Neste sentido, leis foram criadas para garantir o acesso à educação. De acordo com MEC:

O Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Especial, considerando a Constituição Federal de 1988, que estabelece o direito de todos a educação; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de janeiro de 2008; e o Decreto Legislativo nº 186, de julho de 2008, que ratifica a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), institui as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica, regulamentado pelo do Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008. (BRASIL, 2008,p.1).

Diante disso, é possível perceber que depois que foram criadas essas leis houve um avanço em relação ao ensino inclusivo, porém ainda se tem muito a evoluir.

2.1.2 Relevância que o atendimento educacional especializado - Aee traz para os alunos com algum tipo de deficiência ou transtornos

O Atendimento Educacional Especializado, está interligado com todos os níveis de educação básica, possuindo uma grande importância para crianças com dificuldades em geral. Segundo MEC:





O atendimento educacional especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. (BRASIL,2008, p.1).

Sendo assim, o AEE, foi criado como o intuito de dar suporte para as crianças com transtornos ou deficiência para que aprendam e participem das atividades, onde o professor deve analisar a criança ver suas habilidades e dificuldades, a fim de posteriormente elaborar um recurso pedagógico ou um Plano Educacional Especializado de acordo as especificidades de cada aluno.

Neste sentido, deve haver um diálogo entre a escola e o professor de AEE, com vista a planejar as ações de maneira conjunta, associando os conteúdos e atividades da sala de aula. O professor de AEE deve ouvir atentamente as solicitações e observações feitas pelo professor, podendo assim adaptar as atividades da melhor forma possível, focando em um aprendizado efetivo regular com o planejamento de AEE. De acordo com o Decreto nº 6571, de 17 de setembro de 2008:

Art. 1º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

§ 1º Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.





§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. (BRASIL, 2008).

Portanto o Atendimento Educacional Especializado buscar atender as demandas de todas as crianças com dificuldades, com um professor especializado, formado nessa área para ensinar talvez de uma maneira divertida e interativa onde envolve a criança e para que ela participe de forma efetiva no desenvolvimento das atividades propostas entre a família, escola e professor de AEE.

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para expandir essa pesquisa foram seguidos procedimentos metodológicos que visam a qualidade e relevância dos resultados obtidos. Diante disso, encaminhou-se como procedimento metodológico uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com abordagem qualitativa, visando a importância da educação inclusiva na perspectiva do ambiente escolar.

Foi definido como público alvo a gestora da escola a qual entrei em contato pelo WhatsApp para agendar um horário disponível para realizar as perguntas que o professor disponibilizou na trilha. Também foi possível conversar com a professora de AEE que atende todas as escolas da rede municipal e que foi elaborado algumas perguntas de pesquisa em relação ao Atendimento Educacional Especializado.

A coleta de dados é efetuada através de uma entrevista com uma gestora da escola e uma professora de AEE, as quais serão





denominadas como entrevistada 1 e entrevista 2 respectivamente. A entrevista foi elaborada de acordo com a função de cada entrevistada, contou com 5 perguntas descritivas.

2.3 ANÁLISE DOS DADOS

No dia 16 de novembro de 2023 iniciou-se uma escola da rede municipal localizada no município de São José do Ouro/RS, a qual atende um total de 293 estudantes. Nesta escola, são atendidos alunos do 1º ao 9º ano. Para atender a demanda dos alunos e o espaço físico ser limitado a escola é dividida em dois campus diferentes, sendo eles: campus I e campus II.

No Campus I, são atendidos alunos das séries iniciais do 1º ao 5º ano do ensino fundamental no período matutino e vespertino, este campus, conta com a estrutura de 13 salas, incluindo também a cozinha, todas as salas de aula possuem ventiladores e ar condicionado, mas na cozinha, sala dos professores e secretaria não tem.

Já no campus II, estudam alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. Este espaço é composto por, 6 salas de aula, 1 sala dos professores, 1 secretaria, 1 refeitório e 3 banheiros. O período de aula deste campus, ocorre apenas pela manhã. O quadro de funcionários, se dá ao total de 25 professores, 1 diretora, 2 coordenadoras e 1 secretária. Em relação a formação dos mesmos, todos os professores possuem especializações (pós-graduações). A secretária da escola tem graduação, e outras 5 funcionárias possuem o ensino médio.





A escola possui recursos audiovisuais e tecnológicos tais como: 1 TV, 2 rádios, data show, 4 computadores, caixa de som, 1 plastificadora, microfone, 4 impressoras preta e branca e uma colorida, alguns equipamentos são utilizados nos dois campuses. Para ter uma visão ampla e crítica da realidade da escola realizou-se uma entrevista com o gestor da escola, o mesmo possui graduação em Pedagogia e Letras, tem especialização em interdisciplinaridade, novas tecnologias e gestão, atua nesses serviços há 22 anos.

A primeira pergunta que foi interrogado a diretora como o educador observa e avalia a educação inclusiva no seu ambiente escolar, a mesma relata que a escola procura incluir todos os alunos tentando promover a adaptação curricular quando necessário. Neste sentido, sabemos da importância que a educação inclusiva tem no ambiente escolar, pois é ali onde as crianças conseguem interagir, se desenvolver e relacionar com os demais.

A segunda pergunta questiona se a escola participa de ações de formação continuada para a educação especial? Se sim, como avalia isso? Ela responde que a escola participa sempre que é proporcionada pela secretaria de educação e alguns professores procuram por conta própria para adquirirem mais conhecimentos a qual é bem importante para toda e escola. Diante disso, percebemos que a formação continuada é essencial para a prática dos docentes sendo momentos para discutir e avaliar como está sendo executada na realidade escolar.

Na sequência foi indagado se as práticas pedagógicas referentes à inclusão no ambiente escolar são desenvolvidas em conjunto com os alunos? Se sim, qual a importância desse contato? Se não, justifique sua resposta. A gestora responde que não, as práticas pedagógicas são desenvolvidas pelos professores e equipe





diretiva da escola. Foi perguntado também se a gestora acredita que é importante pensar em práticas inclusivas no ambiente escolar? Justifique. Obtivemos como resposta que com certeza, pois todos saem ganhando.

Em relação a essas questões é notório que as práticas inclusivas no ambiente escolar necessitam de um planejamento conjunto entre professores e diretores com vista a planejar sempre o melhor atendendo às especificidades de cada criança. Ao final da entrevista questiona se a escola possui um plano de Apoio Escolar Especializado (AEE) para acompanhamento do aluno com deficiência? Se sim, como você avalia esse apoio? Se não, você acredita que seria importante ter esse apoio no seu ambiente de trabalho? A gestora respondeu que possui sala de apoio pedagógico, compartilhado pelos alunos da rede municipal, mas que não é exclusivo para os alunos da escola.

Em decorrência dessa última pergunta, no dia 20 de novembro resolvi entrar em contato com a professora de AEE que atende os alunos da escola e de toda a rede municipal e que atua há 3 anos nessa área, montei um roteiro de perguntas para conhecer como é o trabalho dela e quais são suas práticas.

A primeira pergunta foi: quantos alunos são atendidos na sala de AEE e quais tipos de alunos ela atende? Ele relata que hoje são atendidos 21 alunos, com diagnóstico de Autismo, TDAH, Síndrome de Down, Síndrome de Wolf, Transtorno de aprendizagem e dificuldade de aprendizagem, entre outros...

A pergunta dois questiona quais são os principais desafios que enfrenta ao atuar na educação especial? Ela comenta que o principal desafio é fazer com que a inclusão aconteça com





naturalidade, e seja constante em todas as etapas da aprendizagem e para todos.

Bem como foi questionado quais materiais e recursos utiliza no atendimento? Tive como retorno que os materiais são pensados de acordo com a necessidade de cada criança e se necessário adaptados. Na maioria das vezes usamos materiais lúdicos, sensoriais, que despertem o interesse e a atenção da criança, e reaproveitando materiais não estruturados

A questão número quatro é: se há uma troca de diálogo com a escola com o professor de AEE? Segundo a professora: “sim, sempre, mesmo que às vezes se torna mais difícil devido as escolas estarem em outro espaço através de outros profissionais como psicóloga ou a psicopedagoga é mais fácil a comunicação”.

Para finalizar o roteiro das perguntas foi demandado se é traçado algum Plano Educacional Especializado (PEI)? Se sim, é feito em conjunto com a escola? A professora diz que o Plano Educacional Especializado é feito em conjunto com a professora regente da turma em que o aluno especial está inserido e após é discutido entre todos os profissionais que atendem esse aluno, tanto na escola como no Centro de Apoio Pedagógico. Se necessário são feitas adequações.

Sendo assim, entende-se que várias crianças atendidas, ambas com suas dificuldades e particularidades, necessitando que o professor de AEE possua conhecimento acerca dos transtornos e deficiências existentes, bem como saiba como auxiliar os alunos da melhor maneira, favorecendo assim um processo de ensino e aprendizagem totalmente efetivo. Fotos do Campus I.





Figura 1 – Fachada da Escola



Fonte: os autores.

Figura 2 – Escola visitada



Fonte: os autores.





Figura 3 – Sala de aula



Fonte: os autores.

Figura 4 – Sala de aula



Fonte: os autores.





Figura 5 – Cozinha



Fonte: os autores.

Figura 6 – Cozinha



Fonte: os autores.





Figura 6 – Banheiro



Fonte: os autores.





Figura 7 – Despensa/Almoxarifado



Fonte: os autores.





Figura 8 – Área Coberta



Fonte: os autores.





Figura 10 – Espaço para guardar materiais



Fonte: os autores.





Figura 11 – Área Externa



Fonte: os autores.

Figura 12 – Área Externa



Fonte: os autores.





Figura 13 – Recurso Técnico



Fonte: os autores.





Figura 14 – Recurso Técnico



Fonte: os autores.





Fotos do Campus II

Figura 15 – Fachada do Campus II



Fonte: os autores.

Figura 16 – Sala de aula



Fonte: os autores.





Figura 16 – Secretária



Fonte: os autores.

Figura 17 – Secretária



Fonte: os autores.





Figura 18 – Espaço para guardar livros



Fonte: os autores.





Figura 19 – Quadro da cozinha



Fonte: os autores.

Figura 20 – Cozinha



Fonte: os autores.





Figura 21 – Cozinha



Fonte: os autores.

Fotos do Centro de Apoio Pedagógico

Figura 22 – Fachada



Fonte: os autores.





Figura 23 – Recepção



Fonte: os autores.

Figura 24 – Recursos utilizados



Fonte: os autores.





Figura 25 – Sala de AEE



Fonte: os autores.

Figura 26 – Sala de AEE



Fonte: os autores.





Figura 27 – Sala da Psicóloga



Fonte: os autores.



Figura 28 – Sala da Psicóloga



Fonte: os autores.



Figura 29 – Outra sala da Aula



Fonte: os autores.

3 CONCLUSÃO

Contudo, a partir do exposto durante o trabalho foi possível verificar a importância da implementação de práticas inclusivas no ambiente escolar, sendo um fator crucial no aprendizado dos alunos, bem como para a construção de uma sociedade mais igualitária,



indo além da inclusão de estudantes com alguma necessidade especial no ambiente escolar, mas na sociedade como um todo, sendo assim as escolas possuem papel imprescindível para a quebra de barreiras sociais, promovendo momentos de interação e troca de conhecimento entre os alunos.

Entretanto nesta prática inclusiva, é inegável que são encontrados inúmeros desafios, pois cada aluno tem suas limitações e habilidade a serem desenvolvidas, cabendo ao professor planejar e adequar os conteúdos e temas de acordo com as necessidades de cada aluno, além disso a escola deve disponibilizar-se de recursos e infraestrutura adequada dando suporte ao professor.

Neste sentido, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) se constitui de grande relevância pois visa suprir as dificuldades dos alunos, oferecendo oportunidade de potencializar e assegurar uma educação efetiva.

Em resumo a prática inclusiva associada ao AEE, trazem inúmeros benefícios na superação dos desafios encontrados por alunos/ crianças que possuem algum tipo de transtorno ou deficiência, disponibilizando que se tenham as mesmas oportunidades que as demais contribuindo assim para uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS



BRASIL, **Ministério da Educação, Lei nº 6.571, de 18 de setembro de 2008**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192#:~:text=O%20atendimento%20educacional%20especializado%20-%20AEE,alunos%2C%20considerando%20suas%20necessidades%20espec%3%ADficas. Acesso em: 22 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6571**. Brasília, 2008. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6571-17-setembro-2008-580775-publicacaooriginal-103645-pe.html>. Acesso em: 22 nov. 2023.

CUNHA, M. S. **Ensino da língua portuguesa na perspectiva da inclusão do aluno cego no nível fundamental**. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, 2015. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/ent_a.php?t=004. Acesso em: 20 nov. 2014.

SCOTTO, Arlete. **A Inclusão escolar na rede de ensino estadual**. 2008.





EDUCAÇÃO ESPECIAL E ENSINO INCLUSIVO

Karen Cristina Biffi ¹

Jackson Gerson da Silva ²

1 INTRODUÇÃO

Esse é um trabalho realizado no curso de Pedagogia na Universidade do Oeste de Santa Catarina elaborado para o componente curricular de Práticas Pedagógicas: Educação especial e ensino inclusivo. Nele serão apresentados os temas propostos na disciplina, qual a real importância sobre os assuntos nela tratados, abordar a importância e o impacto que uma educação de qualidade tem na vida do estudante.

Toda escola tem objetivos que deseja alcançar, metas a cumprir e sonhos a realizar. O conjunto dessas aspirações, bem como os meios para concretizá-las é o que dá forma e vida ao chamado Projeto Político Pedagógico – o famoso PPP. É considerado um projeto pois reúne propostas de ação concretas a executar durante determinado período de tempo. É político por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão de maneira individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir. É pedagógico porque define e organiza as atividades e projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

¹ Graduada de Pedagogia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina.

² Mestre em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina.





Este trabalho tem como tema: Inclusão escolar. E com ele buscamos melhor compreender a importância de uma escola inclusiva para o contexto atual de sociedade e de educação. No contexto da educação inclusiva, o PPP deve expressar a igualdade de direitos e a valorização das diferenças como princípios fundamentais e inegociáveis da instituição a serem respeitados em todas suas atividades.

A inclusão escolar, além de assegurar esse direito, também tem o importante papel de auxiliar no desenvolvimento socioemocional das crianças com necessidades especiais. É papel do corpo docente realizar atividades que atendam e incluam esse estudante, considerando as suas habilidades e limitações. No Brasil a Educação Inclusiva somente começou a fundamentar-se a partir da Conferência Mundial de Educação Especial em 1994, quando foi proclamada a Declaração de Salamanca. E apenas no decorrer dos anos 2000 é que foi implantada uma política denominada “Educação Inclusiva”.

Para que a inclusão escolar aconteça, é essencial que se conheça as necessidades de cada aluno, que a escola promova campanhas de inclusão escolar, faça avaliações individuais e invista em tecnologia e na contratação de profissionais especializados, que conheçam diferentes metodologias de ensino e que estejam preparados para lidar com alunos de diversos perfis (como autismo, dislexia, TDAH e outras neurodivergências).

Educação inclusiva é conhecer os alunos, tratá-los sem preconceitos e de maneira inclusiva, possibilitando que possam participar das aulas em equidade de condições, com os demais. O objetivo geral deste trabalho é conhecer e analisar quais são





as práticas inclusivas e a forma como estas são organizadas e implementadas pelos professores no ambiente escolar.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 PRÁTICAS INCLUSIVAS NO AMBIENTE ESCOLAR

Este trabalho tem como objetivo geral as Práticas inclusivas no ambiente escolar. Entendendo a inclusão como um fenômeno social complexo e que depende essencialmente de planejamento e capacitação dos agentes envolvidos, o presente trabalho vem com o objetivo de conhecer e estabelecer condições para que os membros da comunidade da escola pública municipal dessa cidade apresentem atividades que tornem o ambiente escolar inclusivo.

A inclusão de alunos com algum tipo de deficiência no sistema regular de ensino tem sido tema de uma série de debates desde que, em 1994, a Declaração de Salamanca foi assinada, divulgando uma série de diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais, a partir do conceito ampliado de necessidades educacionais especiais (NEE) e da necessidade da educação especial aplicar-se ao princípio “educação para todos”, iniciado a partir dos anos 90 (UNESCO, 1994). A partir da Declaração de Salamanca, o conceito de NEE passou a incluir, além das pessoas com deficiência, aquelas com dificuldades temporárias ou permanentes, oriundas de situações como exclusão social e abusos sofridos.





As ações de inclusão na escola influenciam nos resultados da educação que ela oferece, sendo que para favorecer uma inclusão escolar com equidade, seguem seis dicas para garantir a inclusão na escola. São elas: conhecimento do aluno em sua totalidade, formação dos profissionais, integração efetiva entre o professor da sala de recurso multifuncional e os do ensino regular, atendimento na sala de recurso multifuncional, uso da tecnologia dentro da escola e parceria escola e família (Souza, 2017, p. 2-3).

A educação inclusiva tem sido um grande desafio para diferentes profissionais que trabalham na promoção do desenvolvimento de alunos com deficiência. Este tem a escola como um espaço fundamental para promover o desenvolvimento social, emocional e acadêmico, a partir de oportunidades de vivências estimuladoras de interação para a aprendizagem trazendo significado e sentido para este processo de evolução do ser.

Foram observados alguns pontos importantes para realizar um bom planejamento que promova a diversidade nas escolas: implementação e apoio de políticas públicas, boa gestão escolar, estratégias pedagógicas, inclusão da família e apoio de parcerias.

A escola tem papel fundamental para estas crianças pois ela é responsável por estimular a socialização dessas crianças e democratizar o acesso ao conhecimento. Dessa forma, é fundamental haver uma relação de colaboração e confiança entre a escola e a família. Para superar as barreiras e favorecer a acessibilidade metodológica, é necessário que haja “Inexistência de barreiras nos métodos e técnicas de estudo, de trabalho, de ação comunitária e familiar” (CRPG, 2012, p. 1).



Alguns desafios foram encontrados dentre eles foram observados: a infraestrutura inadequada para alunos especiais. Investimentos insuficientes pelo estado para implantar os recursos de acessibilidade aos alunos especiais. Dificuldade de a escolar lidar com a família do aluno com necessidades especiais. São vários os desafios encontrados diante deste contexto, mas o mais importante de tudo isso é que precisamos saber que: Toda pessoa tem o direito de acesso à educação. Toda pessoa aprende. O processo de aprendizagem de cada pessoa é singular. Por isso precisamos acima de tudo respeitar cada ser com suas particularidades.

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho foi desenvolvido através de uma pesquisa qualitativa de campo e descritiva. Na visão de Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa é aquela que não se pode mensurar apenas com números e dados obtidos por meio de um questionário, por exemplo. É uma pesquisa focada em entender alguns aspectos, como comportamentos, ideias e pontos de vista.

A pesquisa foi composta pela aluna, estudante de pedagogia e pela gestora da escola de Educação Básica da cidade de Xaxim/SC. Em primeiro momento estive na escola para me apresentar e explicar o motivo pelo qual eu estava lá, dá importância deste trabalho de pesquisa pra mim e meus colegas, diante disso foi entregue a autorização que a instituição me concedeu para me apresentar na escola, e a gestora preencheu e assinou a declaração para eu poder realizar a coleta de dados na escola.



Sendo assim optou-se pela entrevista semiestruturada consiste em um modelo de entrevista flexível. Ela possui um roteiro prévio, mas abre espaço para que o candidato e entrevistador façam perguntas fora do que havia sido planejado. Dessa forma, o diálogo se torna mais natural e dinâmico. Foi realizada entrevista com a gestora da escola, a qual salientou a importância deste assunto no âmbito escolar e social. Foi entregue um questionário com 5 perguntas principais e está respondeu prontamente as perguntas que serão descritas posteriormente neste trabalho.

Desta forma, optou-se por realizar a técnica de pesquisa Análise de Conteúdo defendida por Bardin (2011), sendo que, os dados foram submetidos a esta análise seguindo as etapas que se estrutura em três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material, categorização ou codificação; 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação.

2.3 ANÁLISE DOS DADOS

A partir da entrevista realizada com o gestor da unidade escolar observou-se conforme questionado na primeira pergunta, que, a educação inclusiva no ambiente escolar como a gestora enfatiza, não se resume apenas a presença da criança na escola. Mas sim é preciso conhecer a particularidade de cada um e garantir acesso e permanência conforma a sua necessidade.

A Educação Inclusiva é um direito adquirido por todas as crianças, inclusive daquelas com deficiência. A Educação Inclusiva desses alunos possibilita diversos benefícios não só para o próprio indivíduo em questão, mas também



para todos os agentes envolvidos neste processo. (Silva; Contreras, 2017, p. 2).

Na sequência foi questionado se a escola participa de ações de formação continuada para a educação especial? E a gestora informou eu sim, que a secretaria Municipal de Educação garante essa formação a qual prevê que os professores e todos os profissionais envolvidos no processo de ensino, para mim eles possam entender cada particularidade de cada aluno. Essas formações acontecem em forma de encontros presenciais e contínuos.

Freire (1996) ressalta que: “[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”. (FREIRE, 1996, p. 39).

Na terceira pergunta é questionado sobre as práticas pedagógicas referentes a inclusão no seu ambiente escolar se são desenvolvidas em conjunto com os alunos e qual a importância deste contato. A gestora responde que os alunos portadores de necessidades especiais sempre acompanham os alunos da turma em todas as atividades e seu professor faz as adequações necessárias para garantir seu acesso.

O termo adaptação curricular, relacionado ao modelo médico-psicológico de organizar as atividades educacionais aos diagnósticos e prognósticos clínicos sobre o desenvolvimento dos sujeitos, continua presente nas proposições políticas. A adaptação curricular ganhou historicamente, no campo da educação especial, o sentido de adequar métodos, técnicas e recursos aos diferentes diagnósticos dos alunos, a partir das categorias



de deficiência: surdo, cego, deficiente físico, mental, múltiplo; das condutas típicas e das altas habilidades. (GARCIA, 2007, p. 15)

Na próxima questão foi perguntado se ela acredita que é importante pensar em práticas inclusivas no ambiente escolas? E a resposta foi sim, que é fundamental considerar praticas educativas inclusivas para garantir que todos os alunos independentes de suas diferenças possam ter acesso à educação de qualidade. Além de lhes garantir interação social e o principal que é o respeito. Conforme Vygotsky destaca que através do processo de mediação e da relação e interação entre todos de forma inclusiva é possível que o processo de desenvolvimento integral e a aprendizagem das pessoas com deficiência possa ocorrer, mostrando da importância da relação social entre pessoas com deficiência inclusos de forma igualitária

E para encerrar foi perguntado se a escola possui um plano de Apoio Escolar Especializado (AEE) para acompanhamento do aluno com deficiência e como é avaliado esse apoio? A gestora respondeu que o apoio pedagógico é fundamental para garantir sucesso no desenvolvimento integral dos alunos especiais. Através de plano de ensino individualizado, adaptações curriculares, suporte em sala de aula, apoio e orientação para professores. Segundo Freire (2008) afirma que a inclusão, enquanto forma de flexibilizar a resposta educativa de modo a fornecer uma educação básica de qualidade a todos os alunos, tem sido apontada como uma solução para o problema da exclusão educacional.





3 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo central mostrar como é feita a inclusão das crianças especiais no sistema do ensino regular e demonstrar as atividades de apoio realizadas na escola. Abordar e discutir quais são os desafios encontrados no processo de ensino e aprendizagem.

Após a pesquisa, conheceu-se melhor o processo da educação inclusiva, enfatizando a importância da formação docente na busca de uma educação de qualidade. A escola para ser inclusiva tem a necessidade que o gestor, os educadores e a comunidade façam um trabalho em conjunto, sabe-se que na realização desse trabalho é preciso utilizar uma diversidade de ações pedagógicas que favoreçam a construção desse espaço.

Tendo a consciência que nem todos aprendem da mesma forma, e por isso, o professor precisa ser o mediador, buscar a partir dos conhecimentos e interesses o caminho para o desenvolvimento da capacidade de crescimento dessas crianças. Os profissionais da área da educação precisam estar atentos para as particularidades da aprendizagem de cada aluno com deficiência, respeitando-os e atendendo-os como cidadãos capazes e não devem ser estigmatizados como aqueles que não aprendem.

É necessário que o município ofereça recursos que possibilite o aumento da demanda de profissionais qualificados e escolas com acessibilidade que assegure um melhor atendimento e conforto à essas crianças. Oferecer cursos de capacitação para os docentes dessa área, com o intuito de se especializarem para atender esse público alvo.





Por fim, a inclusão só será uma realidade que beneficie alunos, professores, familiares e sociedade, quando todos realmente abraçarem essa causa e se conscientizarem de que incluir é fazer com que todos sejam considerados capazes de produzir e compartilhar saberes.

REFERÊNCIAS

ANDRADE Francisco Ari de; RIBEIRO, Disneylândia Maria; MUNIZ NETO, João Silveira (org.). **EDUCAÇÃO BRASILEIRA: caminhos a percorrer**. Curitiba: CRV, 2018 p. 73-86

ANTUNES, Kátiuscia C. Vargas. **Exclusão e inclusão: dois lados da mesma moeda**. v. 2, nº 3, jan. /jun. 2016. Disponível em: <http://www.ufjf.br/facesdeclio/files/2014/09/3.Artigo-D2.Katiuscia.pdf>.

Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>.

BRASIL. **Lei n. 9.394** de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf.

FEDERAL, Zuleide Araújo Teixeira–Senado. **Reexaminando a educação básica na LDB: o que permanece e o que muda**. 2008. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2009-2/3SF/PEREIRA&TEIXEIRA-2008Educacao%20Basica.pdf>. Acesso em: 03 set. 2023.

NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. **Projeto político-pedagógico (PPP): guia prático para construção participativa**. São Paulo Erica 1 recurso online.



NOZI, Gislaine Semcovici; VITALIANO, Celia Regina. Saberes necessários aos professores para promover a inclusão de alunos com necessidades Educacionais Especiais. **Revista Educação Especial**. Santa Maria, RS, v. 25, n. 43, p. 333-348, maio/ago.2012.



EXPLORANDO A APRENDIZAGEM INCLUSIVA: UM PORTFÓLIO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS - EDUCAÇÃO ESPECIAL E ENSINO INCLUSIVO

Élen Khaliane Vieira da Silva¹

Jackson Gerson da Silva²

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho é realizado pelo curso de Pedagogia da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), idealizado a partir da disciplina: Práticas Pedagógicas: Educação Especial e Ensino Inclusivo. É por objetivo demonstrar a partir dele as competências adquiridas através das aulas e tarefas realizadas.

Será explanado neste trabalho o decorrer deste componente curricular, visto que o mesmo foi composto por 10 semanas, sendo elas distribuídas em web aulas, atividades de auto estudo, além de um projeto de pesquisa realizado por meio de uma investigação na escola, investigação esta que é enfoque neste expositivo.

O assunto principal do componente foi, como seu título já denuncia, educação especial e ensino inclusivo. Pode-se adentrar nos conceitos de educação especial, sua história até o momento, além de serem explanados exemplos práticos de situações de inclusão em escolas regulares, levando em consideração seus desafios e sua variedade constante. As atividades complementares

¹ Graduanda de Pedagogia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina.

² Mestre em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina.





e não avaliativas foram ricas em conhecimento e apresentaram grande relevância para maior aproveitamento da aprendizagem.

A partir das explanações sobre o assunto, foi planejado e construído um projeto de pesquisa que posteriormente foi aplicado em uma escola municipal na área de atuação da pedagogia, foi realizada através de uma entrevista com perguntas argumentativas. A escola escolhida foi uma instituição municipal que contempla o ensino fundamental e educação infantil, situada em São Miguel do Oeste SC. Em relação a pesquisa, esse portfólio contempla a história da educação inclusiva, a importância e o funcionamento ideal do AEE (Atendimento Educacional Especializado) e os desafios encontrados neste cenário.

É constatado que, historicamente, as pessoas com deficiência enfrentaram um percurso educacional predominantemente em instituições especializadas, distanciadas das escolas convencionais. Entretanto, o reconhecimento dos processos discriminatórios e excludentes a que essa população foi submetida impulsionou a formulação de políticas públicas. Estas políticas visam favorecer e assegurar a participação desses indivíduos em diversas esferas sociais, incluindo o acesso, a permanência e a efetiva aprendizagem em ambientes escolares inclusivos e regulares (BRASIL, 2008).

A Declaração de Salamanca, em 1994, foi um marco importante nesta questão, enfatizando a necessidade de uma educação inclusiva para todos. Esse documento promoveu a ideia de que as escolas regulares deveriam adaptar-se para atender às necessidades de alunos com deficiência, em vez de segregá-los. Isso foi seguido por legislações em diversos países que reforçaram o direito à educação inclusiva. Isso envolve adaptações curriculares,





suporte pedagógico especializado, acessibilidade física e a promoção de uma cultura inclusiva.

Após anos de história e sempre em desenvolvimento, a educação especial é pauta presente em todos os níveis de ensino, em constante evolução para que possa haver abrangência da grande diversidade de deficiências encontradas nos alunos matriculados em nosso sistema educacional.

Por esse motivo é de suma importância a construção de um estudo sobre educação especial e atendimento educacional especializado, levando em consideração suas trajetórias, benefícios oferecidos, e o mais pertinente, o funcionamento ideal desses recursos e as respectivas presencialidade nas escolas. Sendo o objetivo geral desta pesquisa: Importância de salas de AEE e desafios encontrados no caminho da real inclusão de alunos com deficiência.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 CAMINHO DA INCLUSÃO

Abordar os temas da educação especial e educação inclusiva requer uma compreensão da história, do comportamento, do contexto e dos padrões sociais de determinadas épocas. A Educação Especial surgiu em um período em que o acesso à educação era restrito à minoria econômica. Assim, de acordo com Blanco (2003), nesse processo, podemos fragmentar o tratamento dado às pessoas com deficiência em quatro fases diferentes:





A primeira delas corresponde ao período anterior ao século XIX, chamada de “fase da exclusão”, na qual a maioria das pessoas com deficiência e outras condições excepcionais era tida como indigna da educação escolar. Nas sociedades antigas era normal o infanticídio, quando se observavam anormalidades nas crianças. Durante a Idade Média a Igreja condenou tais atos, mas por outro lado, acalentou a ideia de atribuir a causas sobrenaturais as anormalidades de que padeciam as pessoas, explicando-as como punição, em decorrência de pecados cometidos. Assim, as crianças que nasciam com alguma deficiência eram escondidas ou sacrificadas (BLANCO 2003, p. 72).

Na segunda fase, que ocorreu durante o Renascimento, testemunhamos uma mudança significativa na mentalidade, caracterizada pela evolução da compreensão da anormalidade. Nesse contexto, emergiu uma concepção diferente da anormalidade, influenciada pelos avanços na área da Medicina. Esses desenvolvimentos deram origem à noção patológica, que guarda semelhanças com o conceito contemporâneo.

Posteriormente, emerge a fase da integração, conforme descrito por Sassaki (1997). Essa fase é identificada no período em que ocorre a expansão das classes especiais nas instituições de ensino regular. Essas salas eram fundamentadas na ideia de que, ao serem segregados em ambientes separados dos estudantes sem deficiência, os indivíduos considerados “excepcionais” não interfeririam no processo educacional dos demais.

A partir da década de 1970, surgiram demandas significativas. Segundo Nascimento (2014), indivíduos com deficiência, até então educados em instituições especializadas, começaram a empenhar-se para a reintegração na comunidade. Esse período testemunhou mudanças substanciais na educação especial, impulsionadas pelas





mobilizações dos pais de crianças com deficiência, que almejavam a inclusão de seus filhos nas escolas regulares. Essas mobilizações resultaram no estabelecimento do direito à educação pública gratuita para todas as crianças com deficiência.

É crucial destacar que não apenas os pais, mas também os profissionais, passaram a reivindicar e pressionar a sociedade de forma mais ampla para garantir direitos essenciais e prevenir discriminações. Conforme observado por Nascimento (2014), as conquistas decorrentes dessas manifestações contribuíram para a diminuição da ênfase na educação especial paralela à educação regular. Além disso, houve uma mudança na nomenclatura, substituindo o termo «deficiência» por «Necessidades Educativas Especiais». Essa alteração ampliou as possibilidades de integração da pessoa com deficiência nas escolas regulares.

Com a promulgação da Declaração de Salamanca em 1994, estabeleceu-se que toda criança possui o direito fundamental à educação, devendo ser proporcionada a oportunidade de alcançar e manter um nível adequado de aprendizagem. Reconheceu-se que cada criança é única, possuindo características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem distintas. Nesse contexto, os sistemas educacionais devem ser estruturados de forma a considerar a ampla diversidade dessas características e necessidades.

As escolas regulares, orientadas para a inclusão, são identificadas como os meios mais eficazes para combater atitudes discriminatórias, fomentar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade inclusiva e alcançar a educação para todos. Além disso, tais instituições proporcionam uma educação eficaz para a maioria das crianças.





Dessa maneira, a Declaração de Salamanca representa um avanço significativo ao enfatizar a valorização da individualidade de cada educando, independentemente de possuir deficiência sensorial ou não. Propõe uma visão de escola capaz de atender a todos, reconhecendo e respeitando suas diferenças e dificuldades individuais.

2.1.2 AEE E SUA IMPORTÂNCIA

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma modalidade de ensino que oferece suporte e serviços especializados a alunos com necessidades educacionais especiais. Integrado ao sistema educacional inclusivo, o AEE visa garantir a igualdade de oportunidades, promovendo a participação e o aprendizado efetivo de todos os alunos.

A importância do Atendimento Educacional Especializado é ampla e diversificada. Primeiramente, contribui para a inclusão efetiva desses alunos no ambiente escolar regular, proporcionando um suporte personalizado. Além disso, atende às demandas específicas de cada educando, promovendo um desenvolvimento mais completo e equitativo.

O AEE também oferece estratégias e métodos pedagógicos diferenciados, adaptados às características individuais dos estudantes, visando otimizar o processo de aprendizagem. Esse suporte não apenas beneficia os alunos com necessidades especiais, mas também colabora com os educadores regulares, fornecendo recursos e estratégias para lidar com a diversidade presente na sala de aula.





A sala de atendimento especializado funciona como mediador da relação de aprendizado em sala de aula regular e desenvolvimento das competências, sendo assim um recurso da educação especial na rede regular de ensino. É verdade que os professores, na realidade escolar brasileira de salas lotadas, muitas vezes, não tem condições ou oportunidades de ter esse olhar sensibilizado a respeito dos alunos deficientes. É nessa etapa que se encaixa o AEE, possibilitando essa atenção especial ao aluno, atendendo às suas necessidades (PAIVA NUNES, 2015, p. 4).

Além de contribuir para a aprendizagem eficaz, o AEE facilita a integração dos alunos com deficiência na comunidade escolar e, por extensão, na sociedade. Isso promove uma cultura inclusiva, respeitando as diferenças e garantindo que todos tenham acesso a uma educação de qualidade.

2.1.3 Desafios no caminho da inclusão

A integração da inclusão escolar traz consigo desafios consideráveis tanto para alunos quanto para professores. No caso dos alunos, o estigma e o preconceito podem ter impactos adversos na autoestima e na integração social. Questões como dificuldade de socialização e o risco de isolamento tornam-se preocupações relevantes, sendo que barreiras físicas e ambientais, como a falta de acessibilidade, são desafios concretos. Ademais, as necessidades educacionais diversificadas dos alunos inclusos exigem estratégias pedagógicas adaptadas, o que nem sempre é alcançado de maneira simples. A resistência de alguns colegas à diversidade também pode criar um ambiente desafiador.





Quanto aos professores, a carência de recursos, como tecnologias assistivas e materiais adaptados, emerge como um desafio que afeta diretamente a qualidade do ensino inclusivo oferecido. A constante necessidade de adaptar práticas pedagógicas para atender às variadas necessidades representa outro desafio significativo. Essas dificuldades ressaltam a importância de suporte contínuo, formação profissional e disponibilidade de recursos adequados para garantir o êxito da inclusão escolar.

Segundo Freire et al. (2002), a relevância da formação continuada e a busca por qualificação acadêmica são fundamentais para promover aprimoramento e crescimento profissional dos professores, capacitando-os para exercer sua profissão de maneira mais eficaz. Embora o acesso ao conhecimento deva ocorrer durante a formação acadêmica, em algumas situações, esse processo é notoriamente precário. Portanto, é importante continuar em busca de conhecimento, proporcionando maior agilidade e habilidade para lidar com os desafios da prática educacional inclusiva.

Diferentes barreiras são apontadas por vários pesquisadores da área como dificultadores da efetivação da educação inclusiva com qualidade como; Sant'Ana (2005); Barros (2015); Zulian (2015), apontam por ordem de prioridades questões como: formação insuficiente dos professores, necessidade de articulação entre professores do ensino regular e do ensino especializado, dúvidas e melindres quanto às melhores formas e estratégias para trabalhar com o aluno com deficiência em sala de aula; baixos salários, falta de apoio pedagógico, infraestrutura, inadequada e condições de trabalho precárias (ZULIAN, VEDOVATTO e SILVA, 2017, p. 3).



Com embasamento teórico absorvido, foi realizada uma pesquisa em uma escola municipal que contempla o ensino fundamental e educação infantil, no município de São Miguel do Oeste, SC. De 491 estudantes matriculados na instituição, 12 possuem alguma deficiência. A pesquisa se deu por meio de uma entrevista com um gestor da instituição, além de contar com observação do ambiente e registros do mesmo, com o objetivo de analisar os desafios encontrados na inclusão, juntamente com a importância do AEE.

A escola em questão oferece AEE aos alunos portadores de alguma deficiência, com uma professora especializada, segunda professora no ensino regular e com uma estrutura para acolher o aluno da melhor forma. A sala de recursos opera duas vezes na semana, no turno inverso às aulas habituais.

O gestor relatou que os maiores desafios encontrados na inclusão, segundo sua experiência, se trata da grande demanda de alunos e com isso a grande diversidade de NEE (Necessidades Educativas Especiais), além da dificuldade de receber esses alunos na prática, adaptando o ambiente para cada estudante. O entrevistado explicou que profissionais sem formação continuada é outro obstáculo no processo da educação especial.

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.2.1 Tipo de Pesquisa

Para conduzir esta pesquisa inicialmente realizou-se uma revisão bibliográfica e documental abrangente, abordando tópicos



relacionados a práticas pedagógicas: educação especial e ensino inclusivo. Em seguida, conduziu-se uma investigação de campo em uma escola de educação básica localizada em uma cidade da região do oeste catarinense. Utilizou-se uma entrevista como instrumento para coletar dados de um profissional atuante na gestão, alimentada por uma conversa e complementada por observações. Finalmente, procedemos à análise qualitativa dos dados obtidos, levando em consideração o estudo teórico previamente realizado. Cabe observar o que Godoy fala sobre pesquisa qualitativa:

Algumas características básicas identificam os estudos denominados “qualitativos”. Segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno (GODOY, 1995, p. 2).

2.2.2 Participantes e Instrumentos

Entrevistou-se um profissional atuante na instituição escolhida, sendo ele diretor. O instrumento de coleta foi uma entrevista onde o sujeito respondeu seis perguntas sem selecionadas, além de outros questionamentos que surgiram ao decorrer da vivência, perguntas essas com embasamento no intuito principal que se define em entender a importância de salas de AEE e desafios encontrados no caminho da real inclusão de alunos com deficiência.

Pode-se analisar a significância de perguntas semiestruturadas através de Triviños (1987, p. 146), o autor diz que a entrevista





semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Triviños acrescenta “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

2.2.3 Procedimentos para coletas de dados

Primeiramente a escola foi acionada por meio de ligação telefônica a fim de que a realização da entrevista fosse autorizada, o contato estabeleceu-se com a secretária que prontamente se dispôs a contribuir. Após ser entregue uma carta de responsabilidade da Universidade do Oeste de Santa Catarina onde apresentava o caráter da pesquisa, e a devida autorização da secretaria municipal da educação, o questionário pode ser então aplicado.

Posteriormente, foi organizado cópias para o sujeito, onde o mesmo se prontificou a responder de forma voluntária, não somente as perguntas preestabelecidas como também os demais questionamentos que surgiram a respeito do tema. A entrevista foi aplicada estando presentes apenas o entrevistador e entrevistado, ocorrendo de maneira organizada e plena.

2.3 ANÁLISE DOS DADOS





Com os procedimentos de coleta de dados já informados e conhecendo como foi o desenrolar da entrevista, cabe destacar algumas perguntas que se sobressaíram tanto por sua respectiva pertinência como também pelas respostas obtidas por elas.

Foi indagado sobre os maiores desafios encontrados na inclusão na instituição, a resposta se listou em dificuldades com a acessibilidade por conta da grande demanda, obstáculos na preparação da escola para receber esses estudantes e a falta de formação continuada por parte dos profissionais.

Segundo Silva (2007) O trabalho em educação inclusiva tem sido visto como desafio, diante do pouco conhecimento sobre métodos de estimulação em meio às necessidades educativas apresentadas e à falta de recursos aos professores e alunos, sendo verificada uma lacuna entre as crenças, atitudes e práticas pedagógicas. Silva sugere mais investimentos no ensino universitário e na produção de práticas inclusivas mais adaptadas ao contexto brasileiro. O autor lembra que ainda há falta de preparo dos profissionais envolvidos e da participação da família, além de uma rede de serviços que ofereçam conhecimento e apoio relacionados à saúde e à educação. Cita a falta de materiais, problemas na adaptação do ambiente e recursos, dificuldades na efetivação de políticas educacionais, problemas organizacionais, além de falhas na formação acadêmica.

De forma subsequente levantou-se o questionamento sobre a estrutura e suporte que a escola dispõe a alunos com NEE, o entrevistado pontuou que a escola oferece acompanhamento com segundo professor, acessibilidade nos principais ambientes, materiais adaptados às necessidades, sala de atendimento





educacional especializado, sendo dois atendimentos semanais a cada aluno, além da adaptação curricular.

Cabe evidenciar o que as autoras Frias e Menezes falam sobre o papel da escola no processo de inclusão:

Então, a Educação Inclusiva, diferentemente da Educação Tradicional, na qual todos os alunos é que precisavam se adaptar a ela, chega estabelecendo um novo modelo onde a escola é que precisa se adaptar às necessidades e especificidades do aluno, buscando além de sua permanência na escola, o seu máximo desenvolvimento. Ou seja, na educação inclusiva, uma escola deve se preparar para enfrentar o desafio de oferecer uma educação com qualidade para todos os seus alunos. Considerando que, cada aluno numa escola, apresenta características próprias e um conjunto de valores e informações que os tornam únicos e especiais, constituindo uma diversidade de interesses e ritmos de aprendizagem, o desafio da escola hoje é trabalhar com essa diversidade na tentativa de construir um novo conceito do processo ensino e aprendizagem, eliminando definitivamente o seu caráter segregacionista, de modo que sejam incluídos neste processo todos que dele, por direito, são sujeitos (FRIAS, MENEZES, 2007, p. 10).

Como assunto destaque nesse expositivo, também foi interrogado sobre a importância do AEE na instituição de ensino, a resposta obtida se resume em que o Atendimento Educacional Especializado desempenha um papel fundamental na escola ao promover a inclusão e atender às necessidades específicas de alunos com deficiência. Essa abordagem personalizada visa garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, promovendo a equidade e a diversidade no ambiente escolar.

Fundamentando o que o sujeito respondeu, pode-se citar o que as autoras Santana e Teixeira explanam sobre a questão:





O AEE possui uma grande relevância no processo educacional do aluno com deficiência, sendo que, o mesmo irá, através da mediação do professor identificar as dificuldades de aprendizagens de cada educando e ao concluir essa análise, o mediador fará a adequação dos recursos pedagógicos, voltado para as especificidades de cada indivíduo. Então, as salas desse atendimento na rede pública de ensino, visa contribuir para a melhoria da inclusão e também promover a plena participação do educando da classe comum (SANTANA, TEIXEIRA, 2022, p. 3).

Evidenciando essas perguntas, pois mostraram-se de maior pertinência, foi possível analisar que por mais atual que seja a discussão e o avanço considerado já obtido, as escolas e professores ainda enfrentam desafios e obstáculos no processo de inclusão. Verifica-se que a instituição onde a pesquisa foi realizada, apresenta grandes esforços para real inserção e bem-estar desses alunos, visando garantir sua aprendizagem com todos os recursos disponíveis no ambiente escolar.

Mesmo com o descrito empenho, ainda há melhorias que devem ser realizadas, como a formação continuada dos professores da área por exemplo, juntamente com acessibilidade para todas as deficiências presentes no meio (aluno com deficiência visual possui dificuldade para se comunicar por falta de uma adaptação do ambiente com braile), além de garantir um preparo e apoio à rede escolar que irá receber esses estudantes.





3 CONCLUSÃO

Através dessa pesquisa pode-se alcançar um conhecimento histórico mais aprofundado sobre a trajetória da inclusão no meio escolar, além de conhecer pessoalmente a realidade desse cenário, seus desafios e também os esforços dos profissionais para que possam obter bons resultados. Entende-se a necessidade de mais estudos sobre esse assunto, buscando sempre mais clareza em sua compreensão e bons resultados.

Obteve-se o conhecimento dos obstáculos que existem na educação especial, mas sabe-se que por conta da grande variedade de deficiências e suas limitações, ainda há muitas surpresas que a escola e professores irão se deparar e precisar se adaptar para o novo e desconhecido. Concluiu-se que a instituição pesquisada realmente aplica esforços nesse âmbito e entendeu-se que deveria ser dessa maneira em todas as demais.

Compreendeu-se que a sala de Atendimento Educacional Especializado é fundamental para promover a inclusão de alunos com necessidades especiais no ambiente escolar regular e que a mesma contribui para a construção de uma escola mais inclusiva, que respeita a diversidade e atende às necessidades individuais de cada estudante.

O caminho da inclusão é surpreendente, cheio de superação, entusiasmo, conquistas e até mesmo frustrações, mas pode-se garantir que essa trajetória é de grande gratificação, repleta de afeto e cuidado, de ambas as partes.





REFERÊNCIAS

AMARAL, L. A. **Pensar a Diferença/Deficiência**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. 2001.

BLANCO, R. **Aprendendo na diversidade**: Implicações educativas. Foz do Iguaçu: 2003. Disponível em:. Acesso em 08 de mar de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

FREIRE, E. S.; VERENGUER, R. C. G.; REIS, M. C. C.. Educação Física: pensando a profissão e a preparação profissional. **Revista Mackenzie de Educação Física**. Barueri SP. Vol. 15. N.1. 2002.

FRIAS, Elzabel Maria Alberton; MENEZES, Maria Christine Berdusco. Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais. **Dia a Dia Educação**. Disponível em: <http://diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8>. Pdf. v. 26, 2009.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, p. 2, 1995.

NASCIMENTO. L. B. P. **A importância da inclusão escolar desde a educação infantil**. 2014. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia). Departamento de Educação – Faculdade Formação de Professores. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2014.





PAIVA NUNES, Anna Paula; DE FREITAS NEGOCIO, Polianny Ágne. A Importância e o Papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e do Auxiliar na Educação de Crianças com Deficiência. **II Seminário Potiguar: Educação, Diversidade e Acessibilidade – Uma Questão de Efetivação de Direitos.** 2015.

SANTANA, A. M. N.; TEIXEIRA, V. R. DE L. A Importância de Atendimento Educacional Especializado na Educação Especial em Escolas Públicas. **Revista de psicologia**, v. 16, n. 63, p. 299–313, 31 out. 2022.

SASSAKI, Romeu K. Inclusão. **Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: 1997, WVA.

SILVA, K. F. W. **Inclusão escolar de alunos com deficiência mental:** possíveis causas do insucesso. 2007.185f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

ZULIAN, M. A. R.; VEDOVATTO, T. Z. N.; SILVA, E. C. Á. Uma Reflexão Quanto As Principais Dificuldades Vivenciadas Pelos Professores De Sala De Aula Regular No Processo De Educação Inclusiva: Identificar dificuldades para pensar soluções. **Revista de Educação do Vale do Arinos-RELVA**, v. 4, n. 1, 2017.





AS ESCOLAS ESTÃO PREPARADAS PARA A DIVERSIDADE?

Lara Cristina Bedendo Piccinin¹

Jackson Gerson da Silva²

1 INTRODUÇÃO

A história das pessoas com deficiência, desde os seus primórdios, é marcada por um processo de exclusão e preconceito, onde eram vistas como seres incapazes e doentes e não tinham seus direitos garantidos, incluindo o acesso à educação. Foi apenas com muita luta e reivindicações, que tais pessoas conquistaram seus direitos, mas ainda hoje é possível notar a dificuldade de aceitação do diferente no âmbito familiar e social, principalmente de alunos com deficiências múltiplas e graves, que apresentam dificuldades de aprendizagem na escolarização (BRASIL, 2004).

Ao longo do tempo, muitas conquistas foram alcançadas, principalmente no que diz respeito aos documentos legais. A Constituição Federal Brasileira de 1988, garante a educação para todos no seu Art. 205, que diz: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). Além disso, no seu Art. 208, Inciso III, garante atendimento educacional especializado aos alunos com

¹ Graduanda de Letras – Inglês pela Universidade do Oeste de Santa Catarina.

² Mestre em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina.





deficiências preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

Outros documentos que podem ser destacados são: A Declaração de Salamanca de 1994, que especifica que são as escolas que devem se adaptar e se transformar para receber os alunos e não o inverso. Que elas devem garantir acesso, aprendizagem e permanência de todos os alunos, incluindo aqueles que possuem necessidades educacionais especiais (UNESCO, 1994); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, que pela primeira vez tem um capítulo reservado à Educação Especial. O Art. 58 do capítulo V diz: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (BRASIL, 1996); A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, cujo objetivo é “assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação” (BRASIL, 2008); entre outros.

Desta maneira, a discussão acerca da inclusão de alunos com deficiências e necessidades educacionais especiais nas escolas regulares brasileiras, é de suma importância, uma vez que ainda existem desafios e dificuldades para que tais políticas públicas sejam efetivadas na prática:

[...] diante da nossa realidade, penso que deveríamos rever o conceito de inclusão e o que queremos quando usamos essa palavra. Porque se inclusão é simplesmente tirar a pessoa com deficiência de dentro de casa e colocar ela dentro da escola, bom, podemos dizer que estamos incluindo [...]. Se, contudo, entendermos a inclusão como a tentativa de proporcionar oportunidades justas





para todas as pessoas, e propiciar um ambiente acessível, estamos bem longe (DALCUL; BERSELLI, 2020, p. 21).

Sendo assim, a problemática a ser averiguada no presente portfólio, é se a escola visitada realmente está preparada para lidar com alunos em processo de inclusão e se esse procedimento realmente acontece na prática.

O respectivo trabalho foi realizado através de uma pesquisa de natureza básica, onde a abordagem do problema foi feita de forma qualitativa. Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, onde foram encontrados dados de coleta em livros, artigos científicos e em sites acadêmicos seguros. Uma pesquisa documental onde foram coletados dados em documentos oficiais também aconteceu. Além disso, foi realizada uma pesquisa de campo pois a coleta de dados foi feita através da observação de uma escola localizada no município de Herval d' Oeste, Santa Catarina. Durante a observação uma entrevista semiestruturada com a gestora escolar contendo cinco perguntas descritivas foi efetuada. Porém, outras questões foram elencadas durante a entrevista. Esta também foi gravada com a permissão da gestora, para que não se perdesse nenhuma informação importante.

A partir do componente curricular de Práticas Pedagógicas – Educação Especial e Ensino Inclusivo, foram realizadas aulas on-line por web conferências, onde o tema foi apresentado e explicado, bem como materiais para suporte e aporte teórico foram disponibilizados. A partir disso, foi proposto a realização deste portfólio reflexivo como avaliação para a aprovação da disciplina.

O trabalho é composto pela introdução, trazendo um breve contexto histórico e contextualização do tema, assim como





a problemática e objetivo; o desenvolvimento, contento dois títulos relacionados ao Atendimento Educacional Especializado e à Acessibilidade, assim como assuntos correlacionados; os processos metodológicos da pesquisa; os resultados e análise dos dados coletados; e por fim uma conclusão.

A partir das informações aqui elencadas, o objetivo desta pesquisa é analisar se a escola visitada está preparada para receber e incluir alunos com deficiências e necessidades educacionais especiais, bem como observar se existe acessibilidade nos aspectos ambientais, metodológicos e atitudinais da mesma.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Com o objetivo de complementar e suplementar os aprendizados das salas comuns de ensino, assim como buscar estratégias diferenciadas para propiciar ao aluno com necessidades educacionais especiais, condições para o pleno desenvolvimento acadêmico e social, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é criado a partir da Resolução nº 4 de outubro de 2009, que institui Diretrizes Operacionais para o mesmo. O Art. 1º do documento especifica que:

[...] os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento





Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos (BRASIL, 2009).

Esse processo também é subsidiado pelo Decreto nº 7611/11, cujo entre outras providências, no seu Art. 2º especifica que a educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado para que se eliminem as barreiras que existem no processo de ensino e aprendizagem de alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2011). Assim, o Atendimento Educacional Especializado se configura como uma tentativa de permitir o acesso à educação de todas as pessoas, levando como princípio o respeito à diversidade. Segundo Alves (2006, p. 13), as Salas de recursos Multifuncionais (SRM) são:

[...] espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar.

Ainda segundo a autora, as SRM são “um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais” (ALVES, 2006, p. 14). Dessa maneira, o objetivo desses ambientes é garantir que o aluno com deficiência desenvolva competências intelectuais e sociais, aprendizados, saberes e uma educação que garanta sua inclusão no ambiente escolar e na





sociedade. O intuito também é que esses alunos aproveitem e explorem todos os equipamento e recursos pedagógicos dessas salas, uma vez que eles se adequam a cada necessidade educacional especial. Esse atendimento pode acontecer individualmente ou em pequenos grupos no contraturno do ensino regular em que se encontram matriculados.

É importante ressaltar também, que o Atendimento Educacional Especializado deve ser realizado por intermédio de um professor especializado, ou seja, que possua alguma formação que o habilite trabalhar com a Educação Especial. Muitas são as atribuições desses professores, e compreende-se que são quase impossíveis de serem totalmente realizadas, no entanto, segundo o Art. 13º da Resolução nº 4, de outubro de 2009, os professores especializados devem:

- I – Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II – Elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV – Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V – Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI – Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;





VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (BRASIL, 2009).

Outra questão a ser pontuada é a importância de um trabalho colaborativo entre os professores das salas regulares e os professores das salas de recursos multifuncionais. Segundo Silveira (2020, p. 19) para que a inclusão realmente aconteça é necessária uma formação continuada e permanente, e além disso, uma “articulação e diálogo entre professor regular e professor de educação especial nas salas de recursos multifuncionais, para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra de forma harmoniosa e com sucesso para os discentes”.

A escola visitada não conta com Atendimento Educacional Especializado, no entanto, ele é ofertado em outras duas escolas do município, onde os alunos com necessidades educacionais especiais diagnosticados podem frequentar no horário oposto ao que estão matriculados.

2.2 ACESSIBILIDADE

Ao falar-se de acessibilidade, o termo é imediatamente associado aos ambientes e estruturas que garantem a locomoção de pessoas com deficiências, principalmente as deficiências físicas e visuais, o que de fato, é uma preocupação pertinente. A Lei nº





10.098, de 19 de dezembro de 2000 tem como objetivo estabelecer normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2000). Em seu Art. 2º, acessibilidade é definida como a:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2000).

O Decreto-lei nº 5.296/04, que regulamenta as Leis nº 10.048/00 e 10.098/00, também traz providências sobre a acessibilidade. Em seu Art. 24º, especifica que os estabelecimentos de ensino, públicos ou privados e de qualquer nível, etapa ou modalidade, devem propiciar condições de acesso de todos os seus ambientes para pessoas com deficiências ou com mobilidade reduzida, o que incluem as salas de aula, biblioteca, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários (BRASIL, 2004).

No entanto, é necessário pensar além da questão arquitetônica, isto é, em uma educação que garante acessibilidade nos seus aspectos metodológicos e atitudinais. Segundo Pires e Mendes (2019, p. 10), o termo “adaptações escolares” aparecem com bastante frequência em produções científicas brasileiras na Educação Especial. Como cada aluno aprende de uma forma, é importante que haja essa adaptação nos currículos, para que as



diferentes necessidades de aprendizagem sejam atendidas da melhor forma possível. A partir disso, Sebastian Heredero (2010, p.199), define as adaptações curriculares como “toda e qualquer ação pedagógicas que tenha a intenção de flexibilizar o currículo para oferecer respostas educativas às necessidades especiais dos alunos no contexto escolar”. Sendo assim, as adaptações curriculares, constituem uma possibilidade de atender às dificuldades específicas dos alunos, incluindo-os no processo de ensino e aprendizagem.

Além disso, é necessário que todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência, entendam suas limitações, mas ao mesmo tempo, os incluam em todas as atividades acadêmicas, propiciando uma educação realmente inclusiva, que os faça se sentir pertencentes da sociedade e do ambiente escolar. Para que sua aprendizagem seja efetiva, é necessário um olhar empático e paciência para lidar com as diferenças. Afinal, segundo Zanato e Gimenez (2017, p. 10):

É de grande importância que os alunos com necessidades educacionais especiais possam vivenciar as experiências escolares no ensino regular juntamente com seus pares, sendo garantido a todos um ensino de qualidade e uma participação ativa no processo de aprendizagem.

A escola visitada está passando por reformas para estar de acordo com a legislação vigente em relação aos ambientes e ter a possibilidade de atender alunos com deficiências. Com as observações realizadas, notou-se que um elevador e piso tátil estão sendo instalados. Além disso, cada sala da educação infantil (pré-escola), recebeu um banheiro próprio, com adaptações nos



tamanhos das pias e vasos sanitários. Há também uma rampa de acesso para o refeitório.

Figura 1 - Corrimão



Fonte: os autores.





Figura 2 – Piso Tátil



Fonte: os autores.





Figura 3 – Banheiro



Fonte: os autores.





Figura 4 – Banheiro



Fonte: os autores.





Figura 5 – Rampa de acesso ao refeitório



Fonte: os autores.





Figura 6 – Rampa de acesso ao refeitório



Fonte: os autores.





Figura 7 – Instalação de um elevador



Fonte: os autores.





Figura 8 – Instalação de um elevador



Fonte: os autores.





Figura 9 – Banheiro adaptado



Fonte: os autores.

Figura 10 – Banheiro adaptado



Fonte: os autores.



Figura 11 – Bebedouro adaptado



Fonte: os autores.



Figura 12 – Bebedouro adaptado



Fonte: os autores.





Após a observação, pode-se notar um significativo esforço em relação à tentativa de fazer com que os ambientes da instituição estejam propícios para receber alunos com necessidades educacionais especiais no que tange à locomoção. No entanto, como visto anteriormente, é necessário esforços para se garantir a educação para todos em todo o processo educacional, o que inclui as práticas pedagógicas dentro e fora de sala de aula. Para verificar se de fato a inclusão está ocorrendo, uma pesquisa mais aprofundada foi realizada com a gestora da escola.

2.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada para este estudo caracteriza-se como qualitativa, uma vez que, buscou-se entender o fenômeno da inclusão na escola visitada, a partir da visão de um sujeito sobre o assunto e, segundo Denzin e Lincoln (2006, p.17):

[...] a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalista, interpretativa, para mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

Ainda segundo os autores, nesse tipo de pesquisa, como o próprio nome diz, são enfatizadas as qualidades em relação ao processo e aos significados, que não são medidos em números. Há uma íntima ligação entre o pesquisador e o objeto estudado, e uma valorização da investigação para buscar soluções para as questões sociais (DENZIN; LINCOLN, 2006).





A pesquisa realizada também pode ser classificada como descritiva. Segundo Gil (2008), o objetivo desse tipo de pesquisa é descrever detalhadamente as características de determinado grupo, fenômeno ou a relação entre variáveis, no caso desta pesquisa, a inclusão e a educação especial. Uma de suas principais características é a utilização de técnicas de coleta de dados. Além do mais, as pesquisas descritivas são “as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática” (GIL, 2008, p. 28). Por esse motivo, são as mais solicitadas por instituições educacionais.

Além disso, foi efetuada uma pesquisa de campo, onde, segundo Severino (2007), o objetivo ou a fonte é abordado em seu próprio meio ambiente. A coleta de dados é realizada nas condições naturais em que os fenômenos acontecem, sendo observados diretamente e sem intervenção do pesquisador.

Sendo assim, os procedimentos desta pesquisa ocorreram de tal maneira: primeiramente, uma mensagem via WhatsApp foi enviada para a diretora da escola escolhida, onde a pesquisadora se identificou, explicou como aconteceria o trabalho e pediu uma autorização prévia para a realização da pesquisa. Depois da autorização ser concedida, foi agendado o dia e hora específico para a visitação. O segundo passo foi completar os documentos de apresentação e autorização com as informações necessárias e imprimi-los. Não foi necessário autorização da Secretaria de Educação do Município pois a acadêmica já havia estudado na instituição e já era familiarizada com os sujeitos e o ambiente.

No dia marcado, a acadêmica dirigiu-se até a unidade escolar, onde apresentou novamente a proposta de trabalho, os documentos foram assinados, a pesquisadora pôde observar todos





os ambientes da escola com a companhia da diretora, que também autorizou a captura de fotos sem a identificação de alunos. E por fim, uma entrevista semiestruturada foi realizada com a gestora. Foi possível observar também, o Projeto Político-Pedagógico da escola, contendo informações valiosas.

Para Manzini (1990/1991), na entrevista semiestruturada as respostas dos sujeitos não seguem um padrão com alternativas formuladas pelo autor. O pesquisador realiza um roteiro com perguntas principais previamente, que durante a entrevista são complementadas com outras questões pertinentes no momento. O autor ainda cita que é bastante comum o uso de gravadores durante estas entrevistas, para que o sujeito possa fazer associações livremente. Desta forma, a entrevista semiestruturada realizada com a gestora da escola visitada também foi gravada para que não se perdesse nenhuma informação importante. Inicialmente a entrevista possuía 5 perguntas principais, mas ao decorrer do processo outras perguntas foram elencadas pela acadêmica.

Por fim, para a análise dos dados foi utilizado a Análise de Conteúdo de Bardin (BARDIN, 1997), que segundo o autor, acontece por meio de 3 fases. A primeira etapa é a reanálise, onde a organização acontece. Nela, há uma leitura prévia dos material, uma seleção dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação de hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final; a segunda etapa é a exploração do material, onde ocorre a “administração sistemática das decisões tomadas” (BADIN, 1997, p.101); e a terceira etapa é de tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Aqui os resultados brutos que foram coletados devem ser organizados de forma significativa e validados, para isso podem ser elencados de forma estatística





ou mais descritivos, podem ser atribuídos por meio de quadros, diagramas, figuras e modelos (BADIN, 1997).

Dessa forma, foram realizadas pesquisas prévias sobre o assunto da inclusão no ambiente escolar, assim como a educação especial e materiais de apoio para construção de portfólios. Todos os documentos foram disponibilizados pelo professor da disciplina, mas pesquisas autônomas também foram realizadas pela acadêmica. Foram elencados os objetivos, problemas de pesquisa e hipóteses. Depois, foi realizada a entrevista e visitação dos espaços. E por fim, optou-se por uma análise de dados descritiva.

2.4 RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÃO

A pesquisa deste respectivo portfólio foi efetuada com a gestora de uma escola municipal localizada no município de Herval d'Oeste, que atende os níveis da Educação Infantil - Pré-Escola (com alunos de 4 a 5 anos de idade) e o Ensino Fundamental – Anos Iniciais (com alunos de 6 à 11 anos). A partir da entrevista, obteve-se respostas mais livres, sendo longas e descritivas, portanto, optou-se por uma análise em forma de texto.

A partir da primeira questão: “Como você educador, observa e avalia a educação inclusiva no seu ambiente escolar?”, a entrevistada relatou que a unidade escolar observa que ultimamente eles vêm recebendo um número maior de crianças com dificuldades, limitações e até mesmo com laudos médicos. E que por esse motivo, estão pesquisando e estudando cada vez mais sobre o assunto para tentar melhorar o trabalho com essas crianças, para que assim elas





possam desenvolver sua aprendizagem da melhor forma possível. Dessa forma, Dalcul e Berselli (2020, p. 12) citam que as:

As atividades formativas desenvolvidas com os professores e profissionais que já atuam nos ambientes de ensino-aprendizagem, fornecendo ferramentas e favorecendo o conhecimento de práticas que promovam a interação entre estudantes com e sem deficiência parecem fundamentais para que se amplie o acesso efetivo das pessoas com deficiência aos sistemas de ensino.

É fundamental que os professores continuem o seu processo formativo, buscando sempre aprimorar seus conhecimentos e se aprofundar com as inovações que ocorrem no mundo. Assim, irão propiciar uma educação significativa a todos.

Acerca da segunda pergunta: “A escola participa de ações de formação continuada para a educação especial? Se sim, como você avalia isso?”, a gestora afirmou que sim, a escola participa de capacitações tanto no início do ano quanto nas férias de julho e que todos os professores estão envolvidos. Relatou ainda que os cursos são realizados por professores contratados pela secretária da educação do município, assim como pela mídia com professores da área da educação especial. Os professores também assistem vídeos educativos e instrutivos sobre o assunto.

Nesse sentido, Bueno (1993), acredita que há pelo menos dois tipos de formação profissional envolvidas na busca pela qualidade do ensino para crianças com necessidades educativas especiais: a primeira é a dos professores do ensino regular, que deve contar com o mínimo de conhecimento exigido, uma vez que há possibilidade de lidarem com alunos de inclusão; e a segunda é a de professores





especialistas na área, que possam atender esses alunos diretamente e para auxiliar o professor do ensino regular em sala de aula.

Em relação à terceira pergunta: “As práticas pedagógicas referentes a inclusão no seu ambiente escolar são desenvolvidas em conjunto com os alunos? Se sim, qual a importância desse contato? Se não justifique sua resposta.”, a gestora comentou que cada aluno é um ser individualizado, e que tanto os professores regentes quanto o segundo professor (contratado caso haja alguma dificuldade além e com o laudo médico), trabalham em conjunto com a criança. Além disso, é conversado com as famílias e as atividades são adaptadas com a capacidade de compreensão do aluno.

A diretora explicou ainda, que o trabalho em conjunto do professor regente e do segundo professor acontece da seguinte maneira: o regente planeja e manda o planejamento para o segundo professor e esse adapta as atividades de acordo com a capacidade do aluno. No sistema on-line o planejamento fica interligado, onde ambos possuem acesso e podem compartilhar as modificações. Esse processo “é importante porque quando se há a troca de diálogo, de informações e até de experiências, o aluno só tem a ganhar com isso” (GESTORA, 2023). Concordando com o comentário da entrevistada, Honnef (2015, p.15) diz que:

[...] uma atuação articulada precisa acontecer de forma que os fazeres e saberes, tanto dos professores de educação especial quanto dos professores da classe comum, possam se complementar na busca pelo desenvolvimento tanto dos alunos com Def/NEE como dos demais. Uma atuação conjunta dos professores no planejar suas aulas, no desenvolvê-las em conjunto em sala comum quando necessário, e no avaliar os alunos,





sendo realmente articulada, pode facilitar e potencializar o oferecimento de atividades formativas adequadas às singularidades de aprendizagem dos estudantes.

Em outras palavras, a autora afirma que o trabalho dos professores na escola precisa estar em harmonia para complementarem-se na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento dos sujeitos.

Referente à quarta questão: “Você acredita que é importante pensar em práticas pedagógicas inclusivas no ambiente escolar? Justifique.”, a gestora expôs sua opinião, alegando que considera muito importante. Segundo a mesma:

Cada criança que chega, tem aprendizagens e habilidades diferenciadas. Então, cabe a nós, quanto escola, conhecer o nosso aluno para poder trabalhar da melhor forma possível de acordo com o que eles produzem e são capazes.

Nesse sentido, “o que se espera é que o corpo docente esteja preparado para o trabalho da inclusão educacional [...] e que o meio social se adapte ao aluno incluído ao invés de buscar-se que o estudante se adapte à sociedade” (OLIVEIRA; SILVA; PADILHA; BOMFIM, 2012, p. 321)

E em relação à última questão, “A escola possui um plano de Apoio Escolar Especializado (AEE) para acompanhamento de seu aluno com deficiência? Se sim, como você avalia esse apoio? Se não, você acredita que seria importante ter esse apoio em seu ambiente de trabalho?”, a diretora comentou que não há a presença de AEE na unidade escolar, mas que em todas as salas há assistentes





para alunos que possuem dificuldades e que não possuem segundo professor. Ainda relatou que o AEE no município, é ofertado em outras duas escolas vizinhas e que os alunos matriculados na instituição pesquisada estão inseridos e podem participar no contra turno em uma dessas outras duas escolas.

A gestora avalia positivamente a presença de assistentes e segundo professores: “é muito positivo ter essas pessoas para somar e para ajudar, porque essas crianças precisam que sentem ao lado, que expliquem novamente e que usem outras estratégias”. Além disso, complementa dizendo que o segundo professor não tem o intuito de reduzir as atividades, mas de adaptar essas atividades de acordo com a necessidade de cada aluno.

Borsani (2014) complementa essa fala, pois enfatiza que a adequação curricular não deve desprestigiar o currículo e sim favorecer a construção do conhecimento, ou seja, as adaptações curriculares devem possibilitar a inclusão, impulsionar o conhecimento e não “empobrecer” o currículo.

A gestora acredita que o município não tem condição de instaurar um AEE para cada escola e também que não há a necessidade, pois não há uma quantidade tão extrema de alunos em situação de inclusão assim., no entanto, segundo Bondezan e Goulart (2013, p. 12):

O Atendimento Educacional Especializado tem sido compreendido pelas professoras da sala regular como importante serviço para a aprendizagem do aluno em processo de inclusão. As salas de recursos multifuncionais trazem a oportunidade de aquisição de conhecimentos de forma lúdica, com materiais diferenciados e professor com formação em educação especial.





Dessa forma, o AEE se caracteriza por um serviço fundamental, que deve garantir aos alunos com necessidades educacionais especiais um ambiente acolhedor, que promova a aprendizagem considerando suas limitações e singularidades. Deve ser ofertado, se não em todas as escolas, em todos os municípios, assim como citado pela gestora.

3 CONCLUSÃO

O objetivo inicial da pesquisa era verificar se a escola visitada está preparada para receber e incluir alunos com deficiências e necessidades educacionais especiais, incluindo a acessibilidade nos aspectos ambientais, metodológicos e atitudinais da mesma. Com a finalização do trabalho, conclui-se que, a escola visitada está reunindo esforços para que os ambientes da instituição estejam de acordo com a legislação vigente, sendo possível a locomoção de alunos com algum tipo de deficiência.

Além do mais, apesar de a escola não contar com o AEE, há a presença de assistentes nas salas de aula, que auxiliam os estudantes que possuem dificuldades de aprendizagem, mas que não têm laudo médico e que não possuem direito ao segundo professor. Além disso, há a presença de segundo professores, e felizmente, esses trabalham em harmonia com os professores regentes, contribuindo para um trabalho colaborativo e conseqüentemente significativo. Os alunos que possuem direito ao AEE, podem frequentá-lo em escolas vizinhas no contra turno, o que também é bastante valioso, pois é nesse espaço que eles desenvolvem ainda mais sua aprendizagem.





No entanto, ainda há um longo caminho para que a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais aconteça em sua totalidade. Por ser um assunto que ganhou destaque recentemente, não se pode dizer que a inclusão é com certeza algo que ocorre em todos os momentos. A infraestrutura dos ambientes ainda precisa ser aprimorada, assim como as práticas pedagógicas podem sempre ser melhoradas com a formação continuada dos professores e pesquisas na área.

Pessoalmente, a acadêmica acredita que apesar da existência de atendimento educacional especializado em outras escolas, se o atendimento ocorresse também na instituição de ensino visitada, seria mais fácil para os alunos que escolheram estudar ali, se locomoverem até a unidade escolar e participar do atendimento. Outro ponto relevante é a destinação de verbas do governo, que para suprir todas as exigências e tornar a aprendizagem ainda melhor, deveria ser mais valorizada, com valores maiores que condissessem com a realidade. A oferta de mais cursos na área também é um ponto a ser estudado.

A acadêmica pôde conhecer o funcionamento de uma escola com alunos de inclusão e refletir sobre o assunto, ficar ciente de que deve estar preparada para recebe-los e começar a pensar em qual metodologia de trabalho deve se basear para que sua prática pedagógica seja realmente inclusiva. Conclui-se ainda, que a educação é direito de todos os alunos e por isso, não são eles que devem se adaptar ao ambiente, mas o ambiente e os profissionais que devem acolhe-los com empatia e cuidado, fazendo com que o processo de ensino e aprendizagem seja satisfatório.





REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira. **Sala de recursos multifuncionais:** espaços para atendimento educacional especializado. Brasília, DF: Ministério da Educação : Secretaria de Educação Especial, 2006

AUGUSTO, C. A. *et al.* Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 4, p. 745–764, out. 2013.

BARDIN, L. (1977). **Análise de conteúdo**. Lisboa edições, 70, 225.

BONDEZAN, Andreia Nakamura; GOULART, Aurea Maria Paes Leme. O Atendimento Educacional Especializado: O Que Dizem As Professoras Das Salas Regulares? = Specialized Educational Attendance: What Is The Opinion Of Teachers In Regular Classes?. **CAMINE: Caminhos da Educação= Camine: Ways of Education**, v. 5, n. 1, 2013.

BORSANI, J. M. **Adequação curricular:** construindo uma escola inclusiva. Diversa - Educação Inclusiva na Prática, jan./2014. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/adequacao-curricular-escola-inclusiva/>. Acesso em: 11 de dez de 2023

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988.

BRASIL. decreto Nº 5.296 de 2 de Dezembro de 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm. Acesso em: 21 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em: 21 nov. 2023





BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

BUENO JGS. **Educação especial brasileira**: integração / segregação do aluno diferente. São Paulo, EDUC/PUCSP, 1993.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB nº 4/2009**, de 2 outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 2009a. Seção 1. p. 17.

DALCUL, Aline; BERSELLI, Marcia. Acessibilidade no ambiente escolar: problematizações e desafios baseados na observação de escolas em Santa Maria/RS. **Extensão em Foco**, n. 21, 2020.

Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. 2011. p. 12. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 20 nov. 2023.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. *In*: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas da Pesquisa Social. 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/42358979/M%C3%A9todos_e_T%C3%A9cnicas_de_Pesquisa_Social_Antonio_Carlos_Gil_6_ed_2008. Acesso em: 11 dez. 2023.





GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello. A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência. **Revista Educação Especial**. 2012;25(43):217-232. [fecha de Consulta 21 de Noviembre de 2023]. ISSN: 1808-270X. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313127405004>.

HONNEF, C. **Trabalho docente articulado**: a relação entre a educação especial e o ensino comum. *In*: 37ª Reunião Nacional da ANPEd. Florianópolis, 2015.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MOURA, Ellen Michelle Barbosa de *et al.* Adequação curricular: dispositivo pedagógico de inclusão?. **Peer Review**, v. 5, n. 5, 2023. DOI: <https://doi.org/10.53660/274.prw506>. Disponível em: <https://peerw.org/index.php/journals/article/view/274>. Acesso em: 11 dez. 2023.

OLIVEIRA, ELIZÂNGELA DE SOUZA; DA SILVA, TALITA PEPES; PADILHA, MEYRECLER AGLAIR DE OLIVEIRA; BOMFIM, RAPHAELA DA SILVA. INCLUSÃO SOCIAL: PROFESSORES PREPARADOS OU NÃO?. **POLÊMICA**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 314 a 323, 2012. DOI: 10.12957/polemica.2012.3103. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/polemica/article/view/3103>. Acesso em: 11 dez. 2023.

PEREIRA, J. A.; SARAIVA, J. M. (2017). Trajetória histórico social da população deficiente:: da exclusão a inclusão social. *SER Social*, 19(40), 168-185.

RODRIGUES, A. P. N.; LIMA, C. A. (2017). A história da pessoa com deficiência e da educação especial em tempos de inclusão. *Revista de Educação*. Pernambuco, 3(5).





SANTOS, Maylan Barbosa; CRUZ, Lilian
Moreira. FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR E SEUS REFLEXOS
NA PRÁTICA E NO AMBIENTE ESCOLAR PARA A
EDUCAÇÃO INCLUSIVA. **Revista de Estudos em Educação e
Diversidade-REED**, v. 3, n. 9, p. 1-18, 2022.

SEBASTIAN HEREDERO, E. A escola inclusiva estratégias para
fazer frente a ela: as adaptações curriculares. *Acta Scientiarum.*
Education (Print). Maringá, v. 32 n 2, p. 193-208, 2010.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho
Científico**. 2007. Disponível em: [https://www.academia.
edu/38572781/SEVERINO_Metodologia_do_Trabalho_
Cientifico_2007_pdf](https://www.academia.edu/38572781/SEVERINO_Metodologia_do_Trabalho_Cientifico_2007_pdf). Acesso em: 11 dez. 2023.

Silveira, Jader Luís da. **Abordagens Sobre Educação Inclusiva** /
Jader Luís da Silveira. – Formiga (MG): Editora MultiAtual, 2020.
– (Abordagens Sobre Educação Inclusiva; v. 1). 26 p.

THESING, Mariana Luzia Corrêa; COSTAS, Fabiane Adela
Tonetto. **Inclusão na escola regular: o que nos dizem os
professores de Educação Especial?** 2019. **Revista Educação
e Cultura Contemporânea**; Vol. 16, No 42 (2019); 8-25.
Disponível em: [https://sistema.funarte.gov.br/tainacan/
periodicos/inclusao-na-escola-regular-o-que-nos-dizem-os-
professores-de-educacao-especial/](https://sistema.funarte.gov.br/tainacan/periodicos/inclusao-na-escola-regular-o-que-nos-dizem-os-professores-de-educacao-especial/). Acesso em: 11 dez. 2023.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e enquadramento da
ação**. Salamanca/Espanha: 1994.



Yasmin Pires; Geovana Mendonça Lunardi Mendes.
ADAPTAÇÃO, FLEXIBILIZAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO
CURRICULAR: O QUE DIZEM AS PESQUISAS?. *In*:
COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E
INCLUSÃO ESCOLAR, 2019, Florianópolis. **Anais eletrônicos...**
Campinas, Galoá, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/cintedes-2019/trabalhos/adaptacao-flexibilizacao-e-diferenciacao-curricular-o-que-dizem-as-pesquisas?lang=pt-br>.
Acesso em: 05 nov. 2023

ZANATO, Caroline Borges; GIMENEZ, Roberto. Educação
Inclusiva: um olhar sobre as adaptações curriculares. **Revista@
mbienteeducação**, v. 10, n. 2, p. 289-303, 2017.



IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E ENSINO INCLUSIVO NO ÂMBITO ESCOLAR

Naeli Vivian Blotz¹

Jackson Gerson da Silva²

1 INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 58, destaca que, entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. Ou seja, a educação especial e inclusiva se dirige ao ensino voltado à pessoas com deficiências físicas, auditivas, visuais, intelectuais e múltiplas, transtornos de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

Os processos de inclusão educacional são diversos e podem consistir, em adaptação de material em áudio, braile ou caracteres ampliados; adequabilidade de um objeto (engrossar um lápis); ajustar um mobiliário (aumentar ou diminuir sua altura ou inclinação); adaptar um conteúdo; adaptar uma atividade (promover jogos com bolas com guizos na Educação Física), entre muitas estratégias e procedimentos. Parceria e colaboração são palavras-chave para uma participação eficaz nos ambientes escolares, garantindo acesso e participação.

¹ Graduanda em Letras – Inglês pela Universidade do Oeste de Santa Catarina.

² Mestre em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina.





Todos esses recursos e estratégias podem contar preferencialmente com a orientação e participação de profissionais especializados, mas o fundamental é que a inclusão dos alunos público-alvo da educação especial, e não só deles, seja um processo que envolva todos, desde funcionários, incluindo colegas, professores, diretores de escolas e órgãos centrais. A inclusão é um processo que se edifica continuamente de todos para todos. Isto significa igualdade de oportunidades, valorização da diversidade e promoção da aprendizagem com e sem deficiência.

A escola não é um lugar para aprender disciplinas curriculares tradicionais. Um espaço de interação e integração dos alunos. Este é um espaço de valorização da diversidade. Isto obviamente promove o desenvolvimento intelectual, mas também desenvolvimento social e emocional.

Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo central ratificar a importância da educação especial na perspectiva da educação inclusiva e sua contribuição como modalidade escolar que possibilita educação para todos, respeitando a peculiaridade de cada educando, a fim de promover a interação, integração e socialização no contexto educacional, refletindo de maneira crítica sobre a relevância da educação especial.

Contudo, esse trabalho foi realizado através de pesquisas bibliográficas, observação à escola selecionada e entrevista com a gestora da unidade escolar. Adiante, serão abordadas as metodologias aplicadas, perante os novos paradigmas e a legislação vigente. Portanto, a pesquisa visa a necessidade em reconhecer o significado de educação inclusiva e compreender os princípios da inclusão, a fim de mensurar eventuais propostas para que os





educadores possam desenvolver práticas pedagógicas amplas, eficazes e flexíveis.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 IMPORTÂNCIAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O tema educação é um assunto muito abrangente, com importância ímpar sobre a influência que exerce na sociedade. Pode ser tratado como um desafio a serem lapidados todos os dias, exigindo sempre muito de professores, alunos, pais e comunidade com a finalidade de transmitir conhecimento e formar cidadãos capazes de conviver em sociedade.

Quando abordamos o processo de educação especial em escolas regulares, esse tema complexo de educação torna-se ainda mais abrangente e delicado, pois os desafios aumentam significativamente levando em consideração os níveis de necessidades existentes.

A educação inclusiva de alunos com algum diagnóstico considerados como especiais conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional





especializado; formação de professores qualificada; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

O ambiente escolar é um ambiente dinâmico, movimentado, interligado de relações e sujeito a interação de fatores internos e externos. Quando passamos a analisar a questão da inclusão ela passa ser ainda mais complexa, pois conforme o grau e o tipo de inclusão abrem-se outros leques que precisam ser analisados e levados em consideração individualmente.

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A integração escolar é entendida como “especial na educação” ou a combinação da educação especial e do ensino regular que conduz a esta forma de expansão à medida que especialistas, recursos, métodos e técnicos são transferidos da educação especial para as escolas regulares. Quando se trata de inclusão interroga não apenas políticas e organizações de educação especial e regular, mas também o próprio conceito de inclusão. É incompatível com a integração, porque prevê a integração educativa de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos devem frequentar salas de aula regulares, sem exceção (Mantoan, 2003, p. 16).

Diante do exposto, percebe-se a importância da inclusão, pois o reconhecimento e a consideração da heterogeneidade no sistema educativo permitem o desenvolvimento das competências e funções cognitivas dos alunos para que não haja discriminação entre eles.





A educação inclusiva constitui um paradigma educativo baseado no conceito de direitos humanos, que combina igualdade e diversidade como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de igualdade formal, enquadrando as condições históricas de produção da exclusão dentro e fora da escola. (PAU-DE-TINTA, 2008, p. 5). Desta forma, a educação inclusiva promove atividades educacionais que fortalecem o sujeito em toda a sua diversidade, reconhecendo e respeitando a diversidade como traço distintivo inerente a cada ser humano, garantindo o direito de acesso e participação de cada indivíduo, dadas as oportunidades oferecidas pela empresa.

De acordo com o currículo Nacional da educação Infantil (1998), as atividades educacionais voltadas à cidadania e à formação de uma sociedade democrática e não excludente precisam promover a convivência com a diversidade, que é sua marca registrada. Essa diversidade inclui não apenas diferentes culturas, hábitos, costumes, mas também as capacidades e particularidades de cada pessoa. Aprender a conviver e interagir com pessoas que possuem diferentes capacidades e incompetências, que possuem locuções culturais e marcas sociais próprias, é condição necessária para o desenvolvimento de valores éticos, como a dignidade do ser humano, o respeito ao próximo, a igualdade e a igualdade, justiça e solidariedade.

Por parte das crianças com necessidades especiais, a convivência com outras crianças **é útil porque** representa um verdadeiro ajustamento ao universo social e promove o desenvolvimento e a aprendizagem, que permitem estimular relações, enfrentar diferenças e trabalhar com dificuldades. (BRASÍLIA/RCNEI, 1998, p. 35,v. 01). Nesse contexto,





o aluno desenvolve um sentimento de pertencimento, prefere o relacionamento e a comunicação com outras disciplinas. Vivendo em um ambiente que valoriza a diversidade, as crianças aprendem e entendem como respeitar o outro como um todo.

O principal desafio de uma escola inclusiva é desenvolver uma pedagogia centrada na criança, capaz de educar todas as crianças sem discriminação, respeitando às suas diferenças, uma escola que tenha em conta a diversidade das crianças e ofereça respostas que correspondam às suas características e necessidades e, se necessário, peça apoio a instituições especialistas. (BRASIL/RCNEI, 1998.36, V,01).

A educação inclusiva envolve organização e utilização de recursos, portanto requer participação dos órgãos estaduais na pré organização do espaço escolar e investimentos em infraestrutura e espaço pedagógico par acolher esses alunos. Assim, é necessário instalações físicas adequadas como salas de aula, salas de leitura, salas de estudo, ambiente recreativo, acesso com rampas e banheiros adaptados. No campo pedagógico, as escolas devem contar com materiais didáticos adequados, recursos tecnológicos e especialistas qualificados que ofereceram educação contínua a todos. (SILVA, 2011).

Embora, o que se propõe não aconteça de fato no cotidiano social e educacional, existem documentos e leis internacionais e nacionais que definem reestruturação das políticas públicas e das diretrizes pedagógicas para garantir justiça a todos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n ° 9.394\96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do





desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) para que tenham métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades, bem como terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados. Além de garantir professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. Assegurando também educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora, levando em consideração o acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, resolução CNE /CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, que instituiu as diretrizes nacionais, manifestando o compromisso do país de construir / adaptar estruturas educacionais inclusivas para atender de forma adequada à diversidade de seus alunos. O Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE (2007), que no âmbito da Educação Inclusiva, trabalha com a questão da infraestrutura das escolas, abordando a acessibilidade das edificações escolares, da formação docente e das salas de recursos multifuncionais. E a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa





com Deficiência), Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

3 DESCRIÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR

Dentre as escolas acessíveis à observação, optou-se pela escola da rede municipal de ensino, situada no município de Maravilha/SC, ficando a uma distância de 1,5km até o centro da cidade, atendendo famílias da comunidade onde se insere e seus entornos.

A escola atende atualmente o número de 160 alunos, do próprio município. Os alunos do município de Maravilha oriundos de diferentes bairros e centro, utilizam o transporte coletivo pago pela prefeitura. Os alunos da comunidade (entorno), são atendidos em transporte oferecido pela prefeitura (empresa terceirizada).

A Unidade Escolar trabalha com Educação Infantil, sendo alunos do Berçário, Maternal I, Maternal II, Maternal III e Pré-escola (manhã e tarde). Tendo como objetivo, ser uma instituição humanística, priorizando o acolhimento entre toda comunidade escolar. Levando em consideração, o papel da educação infantil é o CUIDAR da criança em espaço formal, contemplando a alimentação, a limpeza e o lazer (brincar). Também é seu papel EDUCAR, sempre respeitando o caráter lúdico das atividades, com ênfase no desenvolvimento integral da criança.

Em estrutura física, conta com cozinha, refeitório, banheiros para alunos (masculino e feminino), banheiro para funcionários,





secretaria, almoxarifado dos materiais esportivos, lavanderia, sala de professores, salas de aulas confortáveis com mobiliários adequados e de boa qualidade, passando por locais de convivência como pátios e parques.

3.1 ANÁLISE DOS DADOS

A fim de colher informações importantes, a acadêmica se deslocou até a instituição escolhida para uma conversa que durou aproximadamente uns 40 minutos, onde ela indagou a gestora em relação as práticas pedagógicas inclusivas utilizadas no âmbito escolar.

Diante desta contextualização e do caminhar metodológico, acerca da primeira questão que versava sobre o conceito de inclusão, a diretora respondeu que a inclusão é integrar todos em grupo, respeitando os limites de cada um, garantindo o acesso de a tudo, sendo um ato de amor, cuidado e proteção, bem como interagir e participar das várias dimensões de seu ambiente, sem sofrer qualquer tipo de discriminação e preconceito.

Nessa sequência, a segunda questão indagava a docente se a escola participa de ações de formação continuada para a educação especial, a mesma relatou que sim, ressaltando ainda que através dessas ações que a instituição busca mais conhecimento para trabalhar, proporcionando melhor qualidade na educação e convivência.

Adiante, a terceira questão teve como propósito questionar a educadora em relação a inclusão no ambiente escolar, se de fato acontece e qual a importância desse contato, a gestora ressaltou com





clareza que todos estão envolvidos no compromisso de respeitar as diferenças e companheirismo, possibilitando relacionamento de afeto, amor. Influenciando na autoestima e conseqüentemente na aprendizagem.

Para finalizar, tivemos a quarta questão que questionava a professora sobre o suporte pedagógico que a escola fornece ao aluno com deficiência. Em relação a isso, a diretora contribuiu para a pesquisa dizendo que a unidade escolar fornece materiais metodológicos direcionados, juntamente com treinamentos e atendimento com equipe multidisciplinar, AEE (atendimento educacional especializado).

4 CONCLUSÃO

Refletir sobre a educação especial na perspectiva de uma educação inclusiva é de suma importância, visto que reconhecer o significado de inclusão e compreender seus princípios, contribui para percebermos o quanto é essencial investirmos em ações que, de fato, fomentem a efetivação de uma educação para todos, reconhecendo a importância da diversidade no ambiente escolar, possibilitando o desenvolvimento de práticas pedagógicas diversificadas, que viabilize a aprendizagem integral não só do aluno com necessidades especiais, como também, de todos os educandos inseridos no contexto educacional.

Portanto, cabe ao educador planejar atividades que oportunizem inúmeras possibilidades de aprendizagens e de desenvolvimento das aptidões dos educandos. Nesse sentido, é fundamental, transcender os obstáculos encontrados no contexto





educacional, fomentando um ambiente favorável à inclusão, que respeite e valorize o educando num todo.

A inclusão é um tema que demanda atualização constante, muito envolvimento da classe escolar, professores, direção, conselhos, colegas de sala de aula e principalmente família, pois crianças especiais precisam de carinho, amor, empatia das pessoas que os cercam, paciência e dedicação total do profissional habilitado para auxiliá-lo no seu grande desafio diário de inserção a sociedade atual. O que se espera da sociedade é que as políticas de inclusão estejam presentes além do ambiente escolar, fornecendo as famílias um ambiente mais inclusivo nas demais áreas, como saúde, lazer, opções de trabalho, mobilidade, uma condição de vida que não seja regida pelas “restrições”.

REFERÊNCIAS

Artigo 26 da Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11691973/artigo-26-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>. Acesso em: 27 nov. 2023.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 nov. 2023.

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA . 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/Pol%C3%ADtica%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Especial.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2023.





POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Brasília, 2008. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria n° 555/2007, prorrogada pela Portaria n° 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2023.





ENSINO INCLUSIVO

Cassia Bohn¹

Jackson Gerson da Silva²

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa foi desenvolvida na disciplina de Práticas Pedagógicas – Educação Especial e Ensino Inclusivo, do 2º semestre do curso de Pedagogia, e foi administrada pelo docente Jackson Gerson da Silva. O desenvolvimento desta pesquisa, deu início em uma unidade escolar da rede municipal que atende o ensino fundamental: anos iniciais e finais, tendo também atendimento de AEE (Atendimento Educacional Especializado) e aulas de reforço. A partir da observação no ambiente escolar e da aplicação de um questionário para alguns docentes, serão descritas no decorrer, o quanto a Educação Inclusiva é fundamental e deve ser destinada a assegurar à todas as pessoas com deficiência, suprimindo as suas necessidades e assegurando os direitos de liberdade na aprendizagem, acessibilidade e visando sempre a inclusão social e de cidadania.

Podemos ter um conhecimento breve em seguida, sobre o contexto da educação especial, sobre como a inclusão vem ganhando força e que a mesma é garantida, conforme Institui a Lei Nº 13.146 de 6 de julho de 2015 (BRASÍLIA, 2015), que todas as pessoas com deficiência sejam asseguradas e amparadas, participando de uma sociedade igualitária, promovendo a igualdade e garantindo assim, os direitos à inclusão social e de cidadania.

¹ Graduanda de Pedagogia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina.

² Mestre em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina.





A inclusão vai além da sensibilização e conscientização de toda a comunidade; é proporcionar acessibilidades conforme as suas necessidades, modificando e adaptando da melhor forma para acolher essas pessoas com deficiências. Essa adaptação tem sido um grande desafio para os profissionais da educação, em superar esses obstáculos e enfrentarem desafios quanto a metodologia de ensino, por isso a necessidade de buscar a construção da inovação educacional.

Vejam em seguida uma frase que havia na parede da sala do Atendimento Educacional Especializado - AEE, a qual desenvolvi a pesquisa: “Se uma criança não pode aprender da maneira que é ensiná-la, é melhor ensiná-la da maneira que ela pode aprender” (WELCHMANN, 2012). (FIGURA 1)

A partir desta pesquisa, tenho como direção, descrever de que forma a escola se torna um ponto principal de partida para se adequar à inclusão; e a partir das necessidades do ambiente escolar, como podemos oferecer tratamento diferenciado para incluir esses alunos com necessidades educativas especiais e respeitar as diferenças de cada um, dentre as principais premissas deste trabalho, meu objetivo será destacar de que forma a escola se organiza, e atende às necessidades educacionais de todos os alunos com deficiência e/ou que possuem limitações cognitivas, sociais e de aprendizagem.





2 DESENVOLVIMENTO

2.1 INCLUSÃO: PRIORIDADES NA ACESSIBILIDADE, NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E A IMPORTÂNCIA DAS AULAS DE REFORÇO

A Inclusão, além da sensibilização e conscientização da cidadania, é proporcionar acessibilidade conforme as necessidades escolares, e a uma forma muito importante é sempre ofertar cursos de aperfeiçoamento para o corpo docente, buscando assim novas possibilidades de aprendizagem, deixando o ambiente escolar preparado para receber estes alunos com deficiência, tornando-os acolhidos. O aluno precisa se sentir incluído, se sentir importante na escola onde estuda.

Os cursos de aperfeiçoamentos são de fundamental importância, pois assim os professores podem aprender formas de produzir atividades diferenciadas que envolvam todos os alunos, para que eles, tenham a total conscientização e respeito, de que: “Ser diferente, é normal” (Segundo relato de uma professora, à quem apliquei uma entrevista).

Através do documento da Declaração de Salamanca (ESPANHA, 1994): podemos observar que a escola deve adaptar-se às especificidades dos alunos e não os alunos às especificidades da escola. Através deste, onde realizei a pesquisa, todas as ações no ambiente escolar, são realizadas e pensadas para que haja a inclusão. É um trabalho que ocorre em parceria com toda a escola, através de: reuniões pedagógicas, conselho de classe, avaliações através do Plano Educacional Individualizado – PEI e cumpre com





todas as normativas e diretrizes.

A escola possui o Atendimento Educacional Especializado e até o momento da minha pesquisa estiveram 20 (vinte) alunos matriculados, e a escola disponibiliza de: segundos professores; 1 (uma) professora do AEE, a qual também é responsável pelos segundos professores; 1 (uma) sala de AEE, o qual ocorre os atendimentos no contra turno

-2 (duas) vezes por semana. Disponibiliza também de atendimento com psicóloga, atividades inclusivas e demais ações, sempre pensando no bem estar do aluno.

A escola, sempre preocupada com o objetivo de incluir, destacou também a importância das aulas de reforço para alunos que possuem alguma dificuldade de aprendizagem, podendo melhorar e facilitar o processo de ensino desses alunos.

2.1.2 A importância dos recursos visuais no processo de aprendizagem

Usar métodos que possam ajudar o aluno a compreender melhor o conteúdo através de recursos visuais; jogos educativos; leituras; desenvolver atividades fora de sala de aula; garantem o acesso ao conhecimento e a inclusão de todos que apresentam necessidades educacionais. Para isso, o corpo docente precisa estar preparado para receber esses alunos, conhecendo cada um, podendo então desenvolver e adaptar os materiais didáticos e lúdicos; dando a importância de como é fundamental a teoria e a prática no processo de aprendizagem, que ambos devem andar juntos.





Conhecer o aluno; conhecer a sua vida e a sua história. Envolver os pais e/ou responsáveis nesse processo, também é um reforço, para buscar soluções que facilitem o seu aprendizado.

2.2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa de campo qualitativa e descritiva, respondendo às questões específicas. Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. Seguindo essa linha de raciocínio, Creswell (2007, p. 186) chama atenção para o fato de que, na perspectiva qualitativa, o ambiente natural é a fonte direta de dados e o pesquisador, o principal instrumento, sendo que os dados coletados são predominantemente descritivos. Além disso, o autor destaca que a preocupação com o processo é muito maior do que como produto, ou seja, o interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar “como” ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas.

A pesquisa foi composta por 1 (uma) profissional do AEE e 1 (uma) profissional da coordenação pedagógica da educação básica da cidade de Cunha Porã-SC. Para os procedimentos do Portfólio, inicialmente foi entrado em contato com a secretária da educação do município através de e-mail, aonde foi apresentado a pesquisa e explicado como seria desenvolvido a pesquisa. Em seguida foi





encaminhado a carta de apresentação contendo as informações sobre a entrevista.

Após a devolutiva de aceite, através de e-mail, fui orientada a me dirigir pessoalmente até a escola, sem a necessidade de agendamento de horário para a realização da entrevista. Foi conversado e levantado perguntas sobre a inclusão escolar no ensino fundamental.

Sendo assim, optou-se pela entrevista semiestruturada contendo perguntas sobre as práticas pedagógicas na educação especial no ensino regular, a serem respondidas por 1 (uma) professora do AEE e 1 (uma) coordenadora pedagógica. Segundo Manzini (1990/1991, p. 154), a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

Desta forma, optou-se por realizar a análise de conteúdo de Bardin, L. (1977), sendo que os dados foram submetidos a esta análise seguindo as etapas: a primeira corresponde a pré-análise: é a fase de organização propriamente dita. Corresponde a um período de intuições, mas, tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise sendo que, os dados foram submetidos a esta análise. A segunda se refere a exploração do material, no qual consiste em tratar procedimentos tanto manualmente como em operações direcionadas pelo ordenador. E a terceira é a interpretação do





tratamento dos resultados obtidos, o analista pode propor interferências e interpretações diante dos objetivos alcançados (BARDIN, 1977).

3 RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO

Foi entrevistado 1 (uma) professora e 1 (uma) coordenadora pedagógica. A partir das entrevistas optou-se por organizar um quadro referente as perguntas feitas aos profissionais entrevistados e suas respostas:

Quadro 1 - Pesquisa Semiestruturada

PERGUNTAS	RESPOSTAS Professora AEE	RESPOSTAS Coord. Pedagógica
1 – A escola prioriza a acessibilidade, conforme as necessidades dos alunos?	Sim	Sim
2 – Formação continuada para professores da educação especial, é uma prioridade da escola?	Sim	Sim
3 – A escola oferece aulas de reforço?	Sim	Sim
4 – Os recursos visuais são importantes no processo de ensino aprendizagem?	Sim	Sim

Fonte: os autores.

Através deste quadro, podemos observar segundo as respostas das profissionais, que apontam estarem satisfeitas com





a forma que a escola conduz e desenvolve o trabalho em equipe. Foi encontrado pontos positivos em relação a inclusão escolar no ensino fundamental. No que se refere à prioridades na acessibilidade as entrevistadas apontam:

A escola fornece acessibilidade para todos os alunos conforme as necessidades educacionais especiais, sempre pensando no seu bem-estar (Professora do AEE).

A inclusão tem um olhar especial, por isso proporcionamos um ambiente com acessibilidade e acolhedor, além de serem oferecidas diversas formas de melhorar o dia a dia dos alunos na escola (Coordenadora Pedagógica).

Conforme institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei N° 13.146, Art. 53). A acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social.

A professora do AEE destaca a importância da acessibilidade e do bem estar dos alunos. Desta forma, a acessibilidade pode ser compreendida como um direito a ser garantido através do acesso a participação em espaços, práticas e comunicações para todos. A acessibilidade funciona como uma condição para o acesso a participação, ao desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos com deficiência.

A coordenadora pedagógica evidencia que para de fato a inclusão e a acessibilidade ocorram no ambiente escolar, é necessário possibilitar à todos a garantia dos direitos com um olhar especial, devendo articular as condições dos espaços e as condições individuais dos alunos com deficiência. No que se refere





às prioridades no Atendimento Educacional Especializado – AEE, as entrevistadas apontam:

A escola oferece também, cursos de aperfeiçoamento na formação continuada da educação especial para os professores, buscando assim novas possibilidades de aprendizagem (Professora do AEE).

Conforme as necessidades, é ofertado formação continuada para que os professores possam desenvolver atividades diferenciadas e assim compreender melhor o aluno (Coordenadora Pedagógica).

Institui as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE, regulamentado pelo do Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008. O atendimento educacional especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

A professora do AEE aponta a formação continuada dos professores na educação especial, como importante recurso pedagógico, podendo através dessa busca de novas possibilidades de aprendizagem, identificar os métodos de ensino que sejam adequados para cada aluno.

A coordenadora pedagógica, em relação a formação continuada para melhor acolher o aluno que possui alguma dificuldade na aprendizagem, é ofertar sempre que necessário a formação aos professores, podendo desenvolver através de atividades diferenciadas, a participação do aluno e a compreensão do processo de ensino aprendizagem, eliminando as barreiras





encontradas. No que se refere à importância das aulas de reforço, as entrevistadas apontam:

Pensando sempre no objetivo de incluir, a escola disponibiliza de aulas de reforço para todos os alunos que possuem alguma dificuldade de aprendizagem, facilitando e reforçando assim o processo de ensino aprendizagem (Professora do AEE).

As aulas de reforço acontecem no contra turno, para alunos que tenham alguma dificuldade de aprendizagem, são trabalhadas e desenvolvidas diversas atividades que auxiliam o aluno nesse processo, para que possam acompanhar da melhor forma sua vida na escola (Coordenadora Pedagógica).

No que se refere à importância dos recursos visuais no processo de aprendizagem, a entrevistada aponta:

Os recursos visuais são ferramentas adaptadas, que auxiliam os alunos que possuem necessidades educacionais especiais. É necessário conhecer as dificuldades dos alunos; conhecer a sua história; a sua vida e as suas limitações, e então ir em busca de materiais atrativos para esses alunos, que possam facilitar e estimular esse processo que é aprender (Professora do AEE).

Conforme a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), por se acreditar que alunos com limitações sensoriais, físicas, mentais, múltiplas ou ainda com altas habilidades, possam frequentar salas regulares e, na mesma escola, receber apoio específico e, assim como eles, as professoras no tocante às orientações sobre as adequações necessárias.



A professora do AEE destaca a necessidade de utilizar recursos adaptados para facilitar a aquisição de conhecimentos por parte de alunos com necessidades especiais. Conhecer a vida desses alunos e a sua história, conhecer as suas dificuldades. Usar métodos com o uso de imagens, torna atraente o processo de ensino aprendizagem, estimulando assim a atenção e a sua imaginação.

4 CONCLUSÃO

A partir dos resultados encontrados nessa pesquisa, concluímos que a escola deve adequar o ambiente de ensino; promover acessibilidade; e ações pensadas em conjunto com toda a equipe escolar; buscando atender a todos os alunos com necessidades educacionais especiais, respeitando sempre a individualidade de cada um.

Para atender as necessidades educacionais especiais dos alunos, é preciso compreender e proporcionar a eles o desenvolvimento de suas potencialidades através de alternativas pedagógicas; modificações na organização do planejamento e estratégias de ensino. Essas alternativas pedagógicas envolvem melhorias e adaptações necessárias para que os objetivos no processo de ensino aprendizagem possam ser alcançados.

O acesso à educação de qualidade é um direito de todos, deste modo, a inclusão escolar é tornar o ambiente escolar acolhedor para que todos os alunos que possuem deficiência e/ou que possuem limitações cognitivas, sociais e de aprendizagem possam se desenvolver.



Figura 1 - Frase (Sala de AEE)



Fonte: os autores.

Figura 2 - Sala de AEE e Reforço



Fonte: os autores.





Figura 3 - Recursos Visuais (Sala de AEE)



Fonte: os autores.

REFERÊNCIAS

A Importância Dos Recursos Didáticos Adaptados No Processo De Inclusão De Alunos Com Necessidades Especiais. Disponível em: [file:///C:/Users/user/Downloads/aimportanciadosrecdidaticos%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/aimportanciadosrecdidaticos%20(1).pdf) Acesso em 09 de dezembro de 2023.

Acessibilidade como Condição de Acesso, Participação, Desenvolvimento e Aprendizagem de Alunos com Deficiência. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/nyPrDHWvjKSTTHQ5WZxrnqb/?format=pdf> Acesso em 08 de dezembro de 2023.





Análise de Conteúdo. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7684991/mod_resource/content/1/BARDIN L. 1977. Análise de conteúdo. Lisboa edicoes 70 225.20191102-5693-11evk0e-with-cover-page-v2.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7684991/mod_resource/content/1/BARDIN_L_1977_Analise_de_conteudo_Lisboa_edicoes_70_225.20191102-5693-11evk0e-with-cover-page-v2.pdf) Acesso em 07 de dezembro de 2023.

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). Brasília, 2015.

BRASIL. Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica, regulamentado pelo do Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192 Acesso em: 15 de novembro de 2023. Acesso em 09 de dezembro de 2023.

BRASIL. Lei Nº 13.146, Art. 53º. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm Acesso em 08 de dezembro de 2023.

Entrevista Semi-Estruturada: Análise De Objetivos E De Roteiros. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3145622/mod_resource/content/1/Entrevista% 20semi%20estruturada%20estudo%20UNESP%20Mari%CC%81lia.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3145622/mod_resource/content/1/Entrevista%20semi%20estruturada%20estudo%20UNESP%20Mari%CC%81lia.pdf) Acesso em 07 de dezembro de 2023. Acesso em: 08 de novembro de 2023.

Pesquisa Qualitativa: Rigor Metodológico no Tratamento da Teoria dos Custos de Transação em Artigos Apresentados nos Congressos da Saber (2007-2011). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/zYRKvNGKXjbDHtWhqjxMyZQ/> Acesso em 08 de dezembro de 2023.

Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 18 de novembro de 2023.





OS DESAFIOS DO ENSINO INCLUSIVO NA REDE REGULAR

Júlia Rodrigues¹
Jackson Gerson da Silva²

1 INTRODUÇÃO

A educação especial é um tema de muita importância para a sociedade, e principalmente para as pessoas que fazem parte desse grupo. Ela tem como objetivo incluir, e fornecer uma educação de qualidade para esses alunos especiais. Incluir essas pessoas, principalmente as crianças, na rede regular é muito importante para o seu desenvolvimento, socialização, e desenvolvimento emocional. No Brasil, temos leis que defendem esse direito, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e o Estatuto da Pessoa com deficiência:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (Brasil,2015, Art.5)

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação (Brasil,2015, Art.5)

¹ Graduanda de Pedagogia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina.

² Mestre em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina.





Art. 5º A pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante (Brasil,2015, Art.5)

Os Desafios do ensino inclusivo é um tema muito importante, pois é necessário entender o que é esse ensino, e quais as suas dificuldades para assim encontrar uma solução e bons resultados. Os desafios se encontram não apenas no ensino, mas também nas condições da escola, infraestrutura, e falta de recursos. Em escolas de rede regular, o maior desafio é desenvolver um plano de ensino focado no aluno, lembrando que tem uma turma inteira com outras crianças, e desenvolver estratégias que tornem essa inclusão no ensino possível. Professores, diretores e profissionais especializados precisam trabalhar juntos, para desenvolver um plano, analisar se a infraestrutura escolar é boa para receber esse aluno, e desenvolver essa inclusão nos outros alunos também. Entender esses desafios, é entender o quão necessário é incluir alunos especiais, e fornecer um ensino de qualidade para eles.

Para falar sobre ensino inclusivo em redes regular, foi feito uma pesquisa em uma escola do ensino infantil, com questionário, conversa com professores, registros e muita observação no ambiente escolar. O foco principal era analisar se a escola possui a sala do AEE (Atendimento Educacional Especializado), como funciona, e também entender o trabalho dos professores em sala de aula com alunos especiais. Pesquisas em artigos e notícias, também foi muito importante para a construção desse trabalho, assim como conhecer os desafios e pesquisar soluções.

Ao decorrer desse portfólio ele irá apresentar o desenvolvimento abordando o tema que está sendo discutido.





Dentro do desenvolvimento será apresentada a importância do ensino inclusivo em redes regulares, pois ajuda no crescimento de alunos com necessidades especiais, e a importância da sala do AEE (Atendimento Educacional Especializado). Sendo assim, o objetivo dessa pesquisa é compreender a realidade da Educação especial, sua importância e suas dificuldades. Analisar onde é encontrada a educação especial, e através da pesquisa mostrar e entender os desafios, e a didática utilizada para trabalhar com essas crianças especiais.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 OS DESAFIOS NO ENSINO INCLUSIVO

O ensino Inclusivo é um assunto contemporâneo em nossa sociedade, e de grande importância para pessoas com necessidades especiais, pois é através dele que elas conseguem ter acesso a um ensino de qualidade e socialização com outras pessoas. A diferença entre o ensino inclusivo e educação especial é justamente não separar esse aluno do convívio e do direito a educação nas escolas regulares. Para que isso seja possível, as escolas precisam ter acessibilidade e professores capacitados, e fornecer a sala do AEE (Atendimento Educacional Especializado). A função dessa sala segundo o MEC (Ministério da educação e cultura), “é identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (Ministério da Educação). Isso significa que, além das atividades estimuladoras e inclusivas dentro da sala





de aula, o AEE é uma ferramenta de auxílio e desenvolvimento para esse aluno, do qual irá ajudar na sua independência escolar.

O Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Especial, considerando a Constituição Federal de 1988, que estabelece o direito de todos a educação; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de janeiro de 2008; e o Decreto Legislativo nº186, de julho de 2008, que ratifica a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU,2006), institui as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o entendimento Educacional. Especializado – AEE na educação básica, regulamentado pelo Decreto nº6.571, de 18 de Setembro de 2008. (Brasil, p.1, 2008)

A luta para a inclusão vem sendo travada a muitos anos e umas das leis que promove esse direito é a lei: Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecido como Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A lei é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Para entender melhor quais são os alunos da educação especial, a definição segundo a LDBEN, entre outros documentos, são os estudantes com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), e os que possuem altas habilidades ou superdotação. (BNCC- base nacional comum curricular). Entendendo com quais alunos a escola vai trabalhar, fica mais fácil para entender às suas necessidades e quais desafios serão enfrentados. Muitos desafios são enfrentados diariamente na vida do aluno e professor, e com base nisso essa





pesquisa foi feita. Cada professor precisa desenvolver atividades adequadas para a necessidade de cada aluno, buscar se aperfeiçoar nessas dificuldades. Desenvolver um plano de organização para as suas aulas, e formas de incluir o aluno em questão na turma. Falta de recursos, falta de instalações adequadas, apoio e incentivo das famílias e etc, são algumas das dificuldades encontradas frequentemente.

É necessário flexibilizar o currículo, adaptando-o às necessidades e realidades de cada estudante. Sabemos que não é uma tarefa fácil, principalmente quando faltam recursos, mas é um passo essencial na construção de aprendizagem destes alunos. Preservar a diversidade no contexto escolar representa uma oportunidade para o atendimento das necessidades educacionais, com ênfase nas competências e habilidades dos estudantes, incentivando uma pedagógica humanizadora que desenvolve capacidades interpessoais. A educação inclusiva é um caminho para contemplar a diversidade mediante a construção de uma escola que ofereça propostas e que atenda as reais necessidades de cada um, criando espaços de convivência. São muitos os desafios a serem enfrentados, mas as iniciativas e alternativas realizadas pelos professores são fundamentais a este processo (GARAFALO. P. 3. 2018).

Quando o tema desafios no ensino inclusivo foi abordado, era justamente para promover uma pesquisa em escolas e observar como funciona quando possui alunos com necessidades especiais e os seus respectivos desafios. A pesquisa foi feita em uma escola de ensino infantil da cidade da acadêmica de pedagogia, Júlia Rodrigues. O objetivo era conhecer o funcionamento da escola, se possui ensino inclusivo, sala do AEE (Atendimento Educacional Especializado), observar e conversar com profissionais da escola.





Para Rodrigo Mendes (2023), A implementação do direito a inclusão deve contemplar 3 fatores: garantia do convívio; garantia do acesso ao conhecimento; existência de altas expectativas para os alunos. Assim, o aluno é desafiado a desenvolver o seu potencial máximo, sendo assim, as condições especiais de cada aluno não podem o limitar em sua vida acadêmica. Ele pode, e com o desenvolvimento correto, procurar estar sempre alcançando o seu potencial. Todas as pessoas devem ter o direito a inclusão, e principalmente ao ensino e aprendizagem. Por isso, a importância dessa pesquisa, trazer conhecimento sobre esse tema que é tão importante em nossa sociedade, e que independente das dificuldades enfrentadas os alunos têm direito e merecem um ensino inclusivo de qualidade.

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste estudo, o método utilizado para realizar a pesquisa, foi a pesquisa de campo qualitativa e descritiva. Para Arilda Godoy Schmidt (1995) a pesquisa qualitativa parte de questões amplas, que se definem ao longo do estudo, não havendo hipóteses estabelecidas... Este tipo de abordagem se caracteriza pela obtenção de dados descritivos, procurando compreender os fenômenos estudados. A abordagem qualitativa não precisa necessariamente se apresentar como uma pesquisa estruturada, sendo assim, a imaginação e a criatividade dos indivíduos, podem gerar novos trabalhos, apresentando inovações. Para Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa apresenta em sua abordagem, caráter interpretativo do mundo, no qual os pesquisadores vão estudar o cenário natural das coisas e vão tentar entender os seus fenômenos.



A pesquisa foi realizada apenas com a supervisora de educação, que é responsável pela escola de ensino infantil. Para a realização da pesquisa, inicialmente foi entrado em contato com a direção da escola, apresentando a pesquisa e seu objetivo. Após esclarecimentos de dúvidas, a direção concedeu a autorização, que foi através de uma declaração fornecida pelo orientador dessa pesquisa, logo em seguida já foi agendado o dia e horário para a visitação na unidade escolar. O questionário da pesquisa foi enviado de maneira virtual, através do WhatsApp e respondido da mesma forma.

Sendo assim, optou-se pela entrevista semiestruturada na realização desta pesquisa. A entrevista pode ser caracterizada como semiestruturada, apontando a maneira em que o entrevistador irá adotar a sua abordagem. Assim, para a realização da pesquisa, será utilizado um roteiro, do qual será flexível para que o entrevistado possa fazer ajustes se assim for necessário (LUDKE E ANDRÉ, 2004). Para Fraser e Gondim (2004), outro ponto importante a ser destacado dentro da entrevista semiestruturada junto com a pesquisa qualitativa é uma abordagem que busca compreender uma realidade particular, e tem compromisso com a transformação social, através de reflexões.

Com isso, optou-se por realizar esse estudo com base na análise de conteúdo de Bardin (1977), conforme as suas etapas apresentadas: pré análise; exploração do material; interpretação. A pré análise é onde a pesquisa se forma, é a etapa em que ela é organizada e planejada, e ocorre a sistematização das ideias. É aqui que pode analisar o material que já possui, e se é necessário coletar mais. É importante ler o material, escolher os documentos para serem analisados e formular hipóteses e objetivos. A segunda parte, a exploração do material, onde se encontra a codificação e



categorização do material. Aqui é realizada a unidade de registro e a identificação da categorização. A interpretação dos resultados, é a última parte, na qual pode ser feita por meio da inferência.

Apoiar-se nos elementos constitutivos do mecanismo clássico da comunicação: por um lado, a mensagem (significação e código) e o seu suporte ou canal; por outro, o emissor é o receptor. (Bardin, 1977, p.133)

3 RESULTADO, ANÁLISE E DISCUSSÃO

Na escola onde a pesquisa foi realizada não possui sala do AEE, mas sim um centro especializado onde às crianças são levadas, e assim recebem o auxílio de profissionais qualificados. A seguir, temos uma das salas que fazem parte do centro, em que está preparada para receber os alunos.

Figura 1 – Sala preprada para receber os alunos



Fonte: os autores.





Em todas as salas desta escola de ensino infantil possui uma segunda professora, que auxilia a professora responsável pela turma. Em conversa com alguns profissionais, foi relatado que às crianças recebem atividades iguais, mas sempre tem outras alternativas para os alunos com necessidades especiais, com por exemplo alunos que precisam de mais tempo para realizar as atividades, ou alunos que precisem de mais atividades pois realizam muito rapidamente os exercícios oferecidos. Durante a visita, foi realizado registros de alguns ambientes das escolas que possuem acessibilidade e espaços lúdicos para as crianças. Aqui é uma área ampla, de socialização e que não possui degraus facilitando para crianças com dificuldade motora ou deficiências físicas.

Figura 2 – Sala de socialização



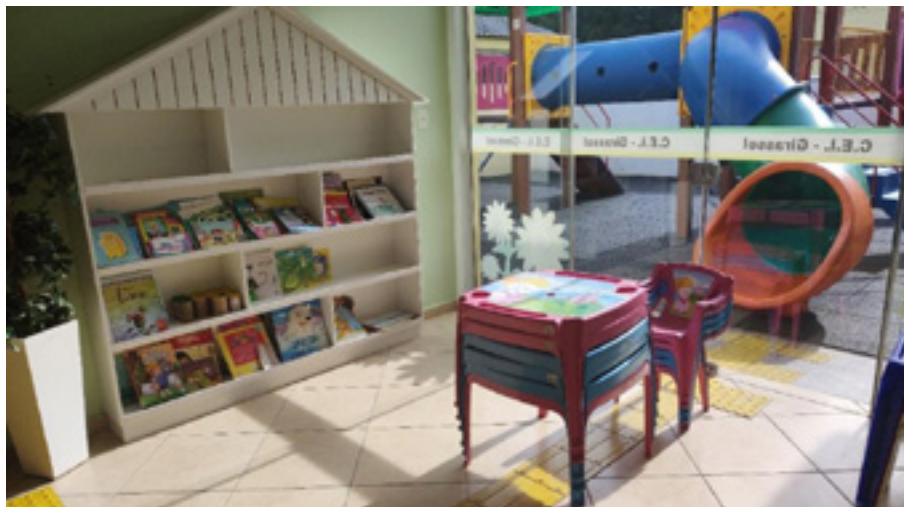
Fonte: os autores.

A escola também possui espaços com livros e brinquedos que ajudam no desenvolvimento das crianças:





Figura 3 – Espaço de livros



Fonte: os autores.

Figura 4 – Espaço de livros



Fonte: os autores.

A entrevista foi realizada com a Supervisora de educação da escola de ensino infantil, onde foi realizada a pesquisa e observação.





O modelo utilizado para esta entrevista, foi semiestruturado, que possui 5 perguntas, apresentadas a seguir.

Quadro 1 – Perguntas utilizadas na entrevista

Perguntas	Respostas
1 Como você educador observa e avalia a educação inclusiva no seu ambiente escolar?	Dentro da limitação de cada aluno, procuramos proporcionar as mesmas experiências que toda a turma, acontecendo efetivamente a inclusão.
2- A escola participa de ações de formação continuada para a educação especial? Se sim, como você avalia isso?	Sim, buscamos estar aperfeiçoando os conhecimentos e as práticas sempre que possível.
3- As práticas Pedagógicas referentes a inclusão no seu ambiente escolar são desenvolvidas em conjunto com os alunos? Se sim, qual a importância desse contato? Se não justifique sua resposta.	Sim, a mesma experiência, as mesmas vivências, porém dando uma atenção especial no desenvolvimento.
4- Você acredita que é importante pensar em práticas inclusivas no ambiente escolar? Justifique	Com certeza, a inclusão só é realizada com êxito se o aluno estiver inserido ao grupo como um todo e não limitando suas habilidades.
5- A escola possui um plano de Apoio Escolar Especializado (AEE) para acompanhamento do aluno com deficiência? Se sim, como você avalia esse apoio? Se não, você acredita que seria importante ter esse apoio no seu ambiente de trabalho?	O CEI possui atendimentos no Centro de atendimento municipal com psicopedagoga, psicóloga, fonoaudióloga, psicomotricidade e pedagoga.

Fonte: os autores.

As perguntas feitas nesta pesquisa possuem o objetivo de entender, na visão dos profissionais da área de educação, o que é a inclusão no ambiente escolar. A Supervisora de educação relata que mesmo com a limitação de cada aluno, eles procuram





oferecer as mesmas vivências que os demais, mas sempre dando a assistência necessária. Segundo ela, a inclusão só acontece se o aluno estiver inserido ao grupo, participando juntamente com a turma das atividades. Ao longo desta pesquisa pudemos observar que realmente incluir alunos com necessidades especiais, é essencial para o desenvolvimento emocional, social e intelectual do aluno. No programa de educação inclusiva: Direito a Diversidade, do Ministério da Educação e Secretaria de Educação Especial, encontra-se justamente o que a supervisora de educação relatou na entrevista:

É no dia a dia escolar que crianças e jovens, enquanto atores sociais, têm acesso aos diferentes conteúdos curriculares, os quais devem ser organizados de forma a efetivar a aprendizagem. Para que este objetivo seja alcançado, a escola precisa ser organizada de forma a garantir que cada ação pedagógica resulte em uma contribuição para o acesso de aprendizagem de cada aluno (Secretaria de Educação Especial, p.7, 2004).

É importante ressaltar que a existência do AEE, ou de centros de atendimentos especiais, é essencial para o desenvolvimento dos alunos. Outro fator importante, é ter profissionais capacitados e que estejam dispostos a estar sempre se aperfeiçoando para trabalhar com alunos especiais em suas salas de aula. Assim como a supervisora falou, em sua escola de ensino infantil, os profissionais estão sempre tentando se atualizar e se aperfeiçoar, para assim oferecer uma educação de qualidade para os alunos. Segundo o Ministério de educação e Secretaria de Educação Especial (2004), para que uma escola seja considerada e se torne inclusiva, é necessário a participação de todos que fazem parte desse sistema





educacional:gestores; professores; familiares e membros da comunidade na qual cada aluno vive.

4 CONCLUSÃO

Através desta pesquisa, dos dados apresentados e às análises, é possível entender a real importância da inclusão. Tema contemporâneo, que faz parte da nossa sociedade e que cada vez mais será abordado dentro das escolas. A inclusão, como podemos ver, é um tema que não é de hoje que vem sendo tratado, possui uma história muito grande de lutas e conquistas. Conhecendo essa importância, é dever de cada um não deixar essa luta acabar e perder o seu sentido. Incluir, é dever de todos, e principalmente das escolas.

Ao analisar esta pesquisa, é possível compreender a necessidade de incluir as crianças dentro das escolas de ensino regular, é um direito garantido por lei, que mostra que todos têm direito a um ensino de qualidade. A pesquisa foi realizada em uma escola de ensino infantil, onde o foco principal era observar a realidade escolar e se possui sala do AEE. Com a pesquisa, a entrevista e a construção deste portfólio, a questão dos desafios na educação especial no ensino regular, foi levantada. É possível compreender que mesmo com as adversidades e dificuldades, o ensino regular só contribui para a formação intelectual, social e emocional dos alunos com necessidades especiais. A inclusão só oferece benefícios para essas pessoas, ainda mais quando são inseridas na vida escolar, tendo o convívio em grupo e acesso a educação de qualidade.





Outro fator de grande importância que foi estudado e apresentado é a sala do AEE(Atendimento Educacional Especializado), que tem como objetivo auxiliar no crescimento emocional e intelectual desses alunos. Esta sala os alunos são atendidos por profissionais preparados e capacitados, que vão reforçar os estudos. Com isso, pode-se entender que crianças especiais têm sim o direito a um ensino de qualidade, direito a inclusão e socialização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de inclusão da Pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 16 nov.2023.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Decreto. nº 6.571, de 18 de setembro de 2008. <http://portal.mec.gov.br/docman/documentos-pdf/428-diretrizes-publicacao>. Acesso em 08 dez.2023.

BRASIL. Educação inclusiva na rede regular. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-depraticas/aprofundamentos/196-educacao-inclusiva-na-escola-regular>. Acesso em 16 nov.2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aescola.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2023.





Educação inclusiva: importância, princípios e desafios. TOTVS. Disponível em: <https://www.totvs.com/blog/instituicao-de-ensino/educacao-inclusiva/#:~:text=A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20inclusiva%20%C3%A9%20importante,como%20parte%20integrante%20da%20sociedade>. Acesso em: 16 nov. 2023.

GAROFALO, D. Os desafios da Educação inclusiva.2018. Disponível em: <https://livredetrabalho infantil.org.br/noticias/colunas/os-desafios-da-educacao-inclusiva/>. Acesso em: 08 dez. 2023

YOSHIDA, S. Desafios na inclusão dos alunos com deficiência na escola pública.2018. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1972/desafios-na-inclusao-dos-alunos-com-deficiencia-na-escola-publica>. Acesso em: 08 dez. 2023.





PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: EDUCAÇÃO ESPECIAL E ENSINO INCLUSIVO

Michelli Ornieski Borges Seixas¹

Jackson Gerson Rodrigues²

1 INTRODUÇÃO

O portfólio intitulado “Práticas Pedagógicas: Educação Especial e Ensino Inclusivo” surgiu a partir da disciplina de Práticas Pedagógicas em Educação Especial e Ensino Inclusivo. Esta disciplina tem como objetivo investigar e compreender as características, desafios e estratégias relacionadas ao ensino voltado para a diversidade de necessidades dos alunos. Ao abordar temas fundamentais como inclusão, adaptação curricular e métodos pedagógicos específicos, o portfólio busca consolidar o aprendizado adquirido durante a disciplina, oferecendo uma reflexão aprofundada sobre as práticas pedagógicas na educação especial e inclusiva.

A Educação Especial e o Ensino Inclusivo representam pilares fundamentais na construção de uma sociedade que valoriza a diversidade e reconhece a singularidade de cada indivíduo. Em um mundo onde as diferenças são inerentes, a educação torna-se a ferramenta crucial para moldar um futuro em que todos, independentemente de suas habilidades ou características,

¹ Graduanda de Pedagogia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina.

² Mestre em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina.





tenham acesso a oportunidades igualitárias de aprendizado e desenvolvimento.

Este trabalho tem como tema principal a investigação sobre a implementação da Educação Especial e do Ensino Inclusivo em uma escola pública de Educação Básica. A escolha desse tema é motivada pela importância crescente de promover ambientes educacionais inclusivos, nos quais cada aluno, independentemente de suas características individuais, tenha acesso a oportunidades equitativas de aprendizado. A Educação Especial e o Ensino Inclusivo desempenham um papel vital na construção de uma sociedade mais justa e acolhedora, valorizando a diversidade e reconhecendo a singularidade de cada indivíduo. Neste contexto, a pesquisa pretende compreender a aplicação prática em um ambiente da atual realidade da educação básica. O problema de pesquisa que orientará esta investigação é: “Como a Educação Especial e o Ensino Inclusivo são implementados em uma escola pública de educação básica, e de que maneira essas práticas impactam o processo educacional e o desenvolvimento dos alunos?”.

As seções deste portfólio serão estruturadas da seguinte forma: a “Introdução” proporcionará uma abordagem inicial ao tema da Educação Especial e Ensino Inclusivo.

Em seguida, a seção de “Desenvolvimento” será subdividida em tópicos para formar uma visão abrangente da pesquisa. Logo após, será descrita a metodologia adotada, seguida da coleta e análise de dados. Os resultados, baseados nas respostas obtidas na entrevista com os educadores, serão apresentados em seguida. Na última seção, intitulada “Conclusão”, será recapitulado o propósito da pesquisa, sintetizando os principais pontos abordados durante





a pesquisa e destacando as descobertas feitas ao longo do estudo, fornecendo uma visão abrangente e coerente.

As práticas e abordagens na Educação Especial estão em constante evolução, impulsionadas por pesquisas, avanços tecnológicos e uma compreensão cada vez mais profunda das necessidades individuais dos alunos. O compromisso com a inclusão e a aceitação da diversidade tornam-se, assim, os alicerces para criar um ambiente educacional verdadeiramente enriquecedor para todos. Assim, o objetivo geral deste portfólio é explorar a dinâmica da Educação Especial e do Ensino Inclusivo em uma escola pública de Educação Básica. A proposta é compreender como essas práticas são implementadas no ambiente escolar, investigando diretamente por meio de uma entrevista com os responsáveis, coletando dados e examinando a realidade desse contexto educacional específico. O intuito é não apenas analisar teoricamente, mas também compreender a aplicação prática dessas abordagens, identificando os desafios, sucessos e impactos no desenvolvimento dos alunos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL E ENSINO INCLUSIVO

A Educação Especial constitui uma área dedicada a atender às demandas específicas de alunos que enfrentam deficiências ou desafios de aprendizagem, abrangendo aspectos físicos, sensoriais, intelectuais, emocionais ou de desenvolvimento (MACHADO, Maria Letícia Cautela de Almeida; WALTER, Cátia Crivelenti de Figueiredo, 2023). Seu propósito é proporcionar um suporte





personalizado, ajustando métodos de ensino, materiais didáticos e ambientes para assegurar que cada aluno tenha acesso a uma educação de alta qualidade, independentemente de suas características individuais (MASCARO, et al, 2017).

Por outro lado, o Ensino Inclusivo representa uma abordagem educacional que defende a ideia de que todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou deficiências, merecem a oportunidade de aprender conjuntamente na mesma sala de aula, compartilhando experiências educacionais (GLAT, Rosana, 2007). Em um ambiente inclusivo, as diferenças individuais são não apenas reconhecidas, mas também respeitadas e celebradas. Isso implica na adaptação de práticas pedagógicas, materiais e recursos para atender às diversas necessidades dos alunos. De acordo com FREITAS (2022), o Ensino Inclusivo visa criar ambientes que fomentem a diversidade, aceitação e igualdade de oportunidades. Ao invés de separar os alunos com necessidades especiais, a ideia central é integrá-los nas turmas regulares, enriquecendo o ambiente com a presença de estudantes com variadas habilidades e características. Embora ambos os conceitos, Educação Especial e Ensino Inclusivo, compartilhem o objetivo de garantir uma educação de qualidade para todos os alunos.

A história da Educação Especial e do Ensino Inclusivo é marcada por uma evolução significativa ao longo do tempo, refletindo mudanças nas percepções sociais, nas políticas educacionais e nas abordagens pedagógicas. Na Antiguidade, pessoas com deficiências muitas vezes eram excluídas da sociedade ou, em alguns casos, eram cuidadas por suas famílias (CARVALHO, Bruna Vidal Teixeira). As civilizações antigas, como a grega e a romana, porém, registraram alguns esforços para apoiar indivíduos com necessidades especiais.





Durante a Idade Média, a visão predominante era muitas vezes de que as deficiências eram castigos divinos (CAMPOS, Penélope Machado Ximenes, 2008). No entanto, algumas instituições religiosas ofereciam cuidados a pessoas com deficiência. Ao decorrer do tempo, já na década de 1990 e além, a concepção de ensino inclusivo ganhou força, promovendo a ideia de que todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades especiais, deveriam receber educação em ambientes regulares sempre que possível. A Declaração de Salamanca (1994) foi um marco internacional em prol da educação inclusiva (BREITENBACH, et.al., 2016). O século XXI trouxe avanços tecnológicos que facilitaram ainda mais a inclusão, com o desenvolvimento de tecnologias assistivas e a personalização do ensino.

A história da Educação Especial e do Ensino Inclusivo reflete uma mudança significativa de perspectivas, passando de uma visão segregacionista para um compromisso crescente com a inclusão e a igualdade de oportunidades (DE AGUIAR FREIRE, Kátia Maria et al, 2023). No entanto, desafios ainda persistem, e o trabalho contínuo é necessário para garantir que todos os alunos possam participar plenamente do ambiente educacional,

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa adotou a metodologia de pesquisa qualitativa de campo e descritiva, fundamentada nas perspectivas de renomados autores. De acordo com Minayo (2014), a pesquisa qualitativa busca compreender a complexidade de um fenômeno, valorizando o significado que os sujeitos atribuem às suas





experiências. Já Silva (2014) destaca que a pesquisa descritiva visa descrever características de determinado fenômeno ou a relação entre variáveis, contribuindo para a compreensão aprofundada do contexto investigado.

Para contatar o profissional da educação para responder a pesquisa, a acadêmica estabeleceu contato com a escola, formalizando uma solicitação para a observação e aplicação das perguntas no ambiente escolar. A gestora, ao receber a proposta, demonstrou receptividade e abertura para participar da pesquisa. A dinâmica da prática da pesquisa foi elogiada, e a gestora mostrou-se disposta a colaborar integralmente, compartilhando sua visão sobre a educação especial e o ensino inclusivo.

No processo de obtenção de documentos necessários, a acadêmica solicitou à escola a emissão de uma declaração e a autorização formal para realizar visitas à instituição.

A estratégia de coleta de dados adotada foi a entrevista semiestruturada, baseada nas orientações de Bogdan e Biklen (1994), que salientam a importância de perguntas abertas para permitir a expressão livre do entrevistado. A entrevista foi composta por um único participante, uma experiente pedagoga com 33 anos de atuação na área da educação, que ocupou diferentes papéis, incluindo diretora e professora, e atualmente desempenha a função de pedagoga.

A coleta de dados foi realizada de forma presencial, proporcionando um ambiente propício para uma interação mais rica e aprofundada. Essa abordagem permitiu não apenas a obtenção de respostas às perguntas formuladas, mas também a oportunidade de vivenciar o ambiente escolar.





2.3 ANÁLISE DE DADOS

No âmbito da educação, a busca por práticas pedagógicas que promovam a inclusão e o ensino especializado é essencial para assegurar um ambiente escolar acolhedor e efetivo para todos os alunos. Nesse contexto, a presente pesquisa semiestruturada visa compreender as perspectivas e experiências de educadores em relação à educação inclusiva. Abaixo, destaca-se as respostas obtidas por meio de entrevistas realizadas com um profissional da educação.

1. Observação e Avaliação da Educação Inclusiva: quando questionada sobre como observa e avalia a educação inclusiva em seu ambiente escolar, a educadora destacou a importância de um olhar atencioso às práticas de ensino-aprendizagem. Ressaltou que a promoção do respeito às diferenças, seja entre pessoas com ou sem deficiência, é fundamental para o avanço de todos os alunos.
2. Participação em Ações de Formação Continuada: a educadora afirmou que a escola realiza encontros regulares e, nessas ocasiões, os profissionais têm a oportunidade de discutir processos de avaliação, desenvolvimento de habilidades na inclusão escolar, adaptação do currículo e planejamento de atividades adaptadas.
3. Desenvolvimento de Práticas Pedagógicas em Conjunto com os Alunos: ao ser questionada se as práticas pedagógicas relativas à inclusão são desenvolvidas em conjunto com os alunos, a resposta foi afirmativa





e evidenciou a importância do contato direto com os estudantes. A profissional destacou a realização de atividades que atendem às necessidades individuais, promovendo projetos de avaliação tanto individuais quanto coletivos.

4. Importância das Práticas Inclusivas: ao questioná-la sobre a importância de pensar em práticas inclusivas no ambiente escolar, a educadora enfatizou que a inclusão escolar contribui para a diversidade no ambiente educacional. Destacou que isso possibilita que alunos com diferentes origens, habilidades e características compartilhem experiências, construindo uma cultura de tolerância e respeito às diferenças desde cedo.
5. Existência de Plano de Apoio Escolar Especializado (AEE): a educadora confirmou que a escola implementa tal plano. Salientou que os docentes são capacitados, o projeto político-pedagógico é adaptado e há mediadores de desempenho escolar. Destacou também que a parceria entre a escola e a família é essencial para o bom andamento das atividades e ressaltou a importância desse apoio no ambiente de trabalho.

3 RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO

A partir das entrevistas realizadas com os educadores, foi possível obter uma visão abrangente e esclarecedora sobre as práticas pedagógicas relacionadas à Educação Especial e ao Ensino Inclusivo no ambiente escolar. As respostas refletem um comprometimento





significativo com a promoção de uma educação que seja acessível e acolhedora para todos os alunos, independentemente de suas diferenças individuais.

Observou-se uma consciência clara da importância de um olhar atencioso para as práticas de ensino-aprendizagem, visando respeitar e valorizar as diversas singularidades presentes na sala de aula. A educação inclusiva foi percebida não apenas como um conceito, mas como uma prática diária que contribui para o avanço de todos os estudantes.

A participação ativa em ações de formação continuada evidenciou o compromisso da escola em manter seus profissionais atualizados e preparados para lidar com os desafios da inclusão escolar. Os encontros proporcionam um espaço valioso para a discussão de processos de avaliação, desenvolvimento de habilidades e adaptação curricular, refletindo um esforço coletivo em aprimorar constantemente as práticas pedagógicas.

A interação direta com os alunos na elaboração e execução de práticas pedagógicas inclusivas demonstrou a valorização do contato próximo com os estudantes. A realização de atividades adaptadas e projetos individuais e coletivos de avaliação ressalta o compromisso em atender às necessidades específicas de cada aluno, promovendo uma educação personalizada e centrada no aprendizado significativo.

A importância atribuída à inclusão escolar como promotora da diversidade no ambiente educacional foi uma constante nas respostas dos educadores. Eles reconhecem que esse enfoque contribui para a construção de uma cultura de tolerância e respeito





às diferenças desde cedo, preparando os alunos para a convivência em sociedade.

A existência de um Plano de Apoio Escolar Especializado (AEE) foi destacada como um fator crucial para o sucesso das práticas pedagógicas inclusivas. A capacitação dos docentes, a adaptação do projeto político-pedagógico, a presença de mediadores de desempenho escolar e a parceria com as famílias são elementos que compõem uma estrutura sólida para garantir o bom andamento das atividades inclusivas.

4 CONCLUSÃO

A entrevista revelou um cenário de comprometimento, reflexão e ação, indicando que as práticas pedagógicas na Educação Especial e no Ensino Inclusivo não são apenas conceitos teóricos, mas uma realidade palpável e em constante evolução, moldada pelo empenho e dedicação dos educadores e da comunidade escolar como um todo. A conscientização sobre a importância da diversidade e a participação ativa em formação continuada refletem um ambiente escolar preparado para desafios de inclusão. A interação direta com os alunos, projetos personalizados e a presença de um Plano de Apoio Escolar Especializado evidenciam uma abordagem prática e eficaz. Em conjunto, esses elementos formam uma base robusta para a promoção de uma educação acessível e enriquecedora para todos os estudantes.





REFERÊNCIAS

BREITENBACH, Fabiane Vanessa; HONNEF, Cláucia; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. **Educação inclusiva: as implicações das traduções e das interpretações da Declaração de Salamanca no Brasil**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 24, p. 359-379, 2016.

CAMPOS, Penélope Machado Ximenes. **Deficiência e preconceito: a visão do deficiente**. 2008.

CARVALHO, Bruna Vidal Teixeira. Os Tratamentos Atribuídos Às Pessoas Com Deficiência: Breve Contexto Histórico. **Diversidade e Inclusão**, p. 54.

DE AGUIAR FREIRE, Kátia Maria et al. **O uso da tecnologia na construção de ambientes de aprendizagem colaborativos e inclusivos**. Revista Internacional de Estudos Científicos, v. 1, n. 2, p. 51-70, 2023.

FREITAS, Cinara Aline de *et al.* **O processo de construção da identidade docente no contexto da educação inclusive**. 2022.

GLAT, Rosana. **Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano Escolar**. 7letras, 2007.

MACHADO, Maria Letícia Cautela de Almeida; WALTER, Cátia Crivelenti de Figueiredo. A contemporaneidade da produção de conhecimento em educação especial e inclusiva no Brasil. **Revista Teias**, v. 24, n. 73, p. 2-17, 2023.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho *et al.* **O atendimento pedagógico na sala de recursos sob o viés do plano educacional individualizado para o aluno com deficiência intelectual: um estudo de caso**. 2017.





MINAYO, Maria Cecília de Souza; GUERRIERO, Iara Coelho Zito. Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 1103-1112, 2014.

SILVA, Antônio João Hocayen da. **Metodologia de pesquisa: conceitos gerais**. 2014.





EDUCAÇÃO ESPECIAL E ENSINO INCLUSIVO

Andriele Becker¹

Jackson Gerson da Silva²

1 INTRODUÇÃO

A educação, como um todo, é um direito fundamental de todo cidadão, independentemente de suas habilidades, necessidades ou características individuais. Nesse contexto, o sistema educacional deve ser estruturado de forma a acolher e atender as diversidades, promovendo um ambiente de aprendizado que valorize a singularidade de cada estudante, além de pensar e agir de forma que todos se sintam incluídos em todas as interações e atividades, independentemente de sua cor, raça, gênero, dificuldade ou deficiência. Porém, na questão de pessoas com deficiências, nem sempre foi/é assim, pensando no contexto histórico, é possível encontrar relatos, não muito distantes, de que as pessoas com deficiências eram ensinadas em escolas exclusivas para elas, nunca eram incluídas com as pessoas ditas “normais”, e apenas em 1994 que a educação inclusiva começou ser discutida, na declaração de Salamanca, onde foi definido políticas, princípios e práticas da educação especial.

A inclusão não se limita apenas à presença física na sala de aula, mas engloba a adaptação de práticas pedagógicas, materiais didáticos e ambientes para garantir que todos tenham igualdade de oportunidades e acesso ao conhecimento. Este paradigma não apenas fortalece a coesão social, mas também prepara os indivíduos para um

¹ Graduanda de Pedagogia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina.

² Mestre em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina.





mundo cada vez mais diversificado e interconectado, e assim como diz Jaíne Hellen Machnicki (2023) em uma entrevista, estimular a inclusão educacional é uma base crucial para forjar uma sociedade mais igualitária e justa, já que, graças a um bom desenvolvimento crítico social e de socialização dentro da escola, os alunos serão melhores pessoas fora dela. E por este motivo, o problema pesquisado será sobre quais são as barreiras que os professores têm na implementação da educação inclusiva?

Inicialmente os pesquisadores foram até as escolas escolhidas para realizar uma pesquisa de campo e coletar dados sobre as mesmas, com fotos e observações sobre o espaço, conversando principalmente com a direção e coordenação, além de analisar alguns materiais bibliográficos sobre o assunto geral, após alguns dias, voltou-se novamente a escola para uma entrevista, sendo a mesma realizada com a professora do AEE da instituição pesquisada, entrevista essa com um roteiro semiestruturado pelo orientador do componente, professor Jackson Gerson da Silva. Já na questão de organização, o presente portfólio apresentado está estruturado em três seções distintas: introdução, desenvolvimento e conclusão e o seu objetivo será analisar quais são as barreiras que os professores têm na implementação da educação inclusiva.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 CAMINHOS PARA A APRENDIZAGEM PARA TODOS: UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Segundo Helena Castro, no artigo, Inclusive Education: a brief look on inclusive education, blindness, educational resources



and the biological área, a integração surgiu como um termo comum na década de 70, centrado no desafio das crianças excepcionais que, de acordo com suas características, deveriam ou não ser incluídas no ensino básico. Ou seja, as crianças deveriam ser inseridas no meio para que fossem capazes de se adaptar, se assim fosse possível. Sendo assim, uma escola inclusiva seria uma escola que fornece apoio para qualquer aluno portador de qualquer deficiência, que pensa e trabalha de forma igualitária, sendo na questão de acessibilidades físicas ou nas questões curriculares. Castro ainda destaca que

“Muitas vezes, a inclusão educativa é tratada como uma utopia, a ‘ideologia da Inclusão’, não há necessidade de distanciar algo que vem se concretizando aos poucos, mesmo que a passos curtos, em nível de programas políticos e promessas organizacionais de escolas” (CASTRO, 2015, p. 63).

Isso se deve ao fato de, muitas vezes, infelizmente, os profissionais da educação não receberem as formações adequadas, para saber o que fazer e como agir em certas situações ao lidarem com alunos portadores de alguma deficiência, seja ela intelectual ou física, e quando se é referido a esses profissionais, inclui-se não apenas professores, mas também gestores e todos os outros colaboradores das escolas, algo que atualmente vem se agravando cada vez mais, se tornando um empecilho para uma educação de qualidade.

Outro artigo interessante de destacar é “Educação Inclusiva” que ressalta, “incluir não significa homogeneizar, mas dar espaço para a expressão das diferenças”. Uma diversidade que se revela não



como disparidade, mas como afirmativa vigorosa do princípio de que todos são iguais no domínio dos direitos humanos, da liberdade de expressão, da subsistência com dignidade e das possibilidades. E é nisso que toda e qualquer escola deveria se basear, em que todos tem seus direitos e os mesmos devem ser sempre garantidos, mas, como é citado no artigo, isso tem sido uma grande dificuldade, por muitos profissionais e até mesmo a escola no geral, não saberem como implementar essa educação inclusiva na escola, ainda que todos concordem quanto ao desejo do fazer pedagógico mais inclusivo.

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente investigação constitui um estudo de natureza fundamental, marcado por uma abordagem que combina aspectos qualitativos e descritivos. De acordo com Denzin e Lincoln (2006, p. 747-48), o termo qualitativo implica uma ênfase nas características das entidades e nos processos que não podem ser examinados ou medidos experimentalmente em termos de quantidade, volume, intensidade ou frequência. A pesquisa qualitativa também incorpora uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores examinam os fenômenos em seus ambientes naturais, buscando compreender os significados que as pessoas atribuem a eles.

Primeiramente os pesquisadores foram até as escolas escolhidas para realizar uma pesquisa de campo e coletar dados sobre as mesmas, com fotos, entrevistas e observações, conversando principalmente com a direção e coordenação, para conseguir a



autorização para a pesquisa, documento chamado, declaração. Além disso, foi analisado alguns materiais bibliográficos sobre o assunto, também foi escolhido e definido o tema e objetivo do portfólio.

Posteriormente, o orientador prescreveu um roteiro semiestruturado, que segundo De Souza Minayo, essa modalidade, baseia-se em seguir um manual que seja fisicamente adequado e empregado pelo pesquisador durante a interlocução. Ao contar com um apoio sólido na sequência organizada de um guia, a abordagem dos entrevistados é garantida, especialmente para os pesquisadores menos experientes. Isso permite que suas hipóteses ou pressupostos sejam considerados de maneira mais efetiva durante o diálogo intencional. O mesmo, contendo questões relacionadas ao tema de educação especial e ensino inclusivo e cada pesquisador teve a liberdade de estruturar essas perguntas em formato de questionário ou entrevista, podendo ainda incluir outras questões relevantes de seu tema/objetivo. Em seguida, os acadêmicos deveriam retornar às escolas com o objetivo de conduzir entrevistas, focalizando a atenção em indivíduos ligados à gestão administrativa ou professores especializados na área de educação especial.

Nesse sentido, a pesquisadora optou por realizar entrevistas/conversa com a professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na escola pesquisada, buscando compreender mais profundamente o funcionamento desse serviço no ambiente escolar. Além disso, elaborou um questionário utilizando o roteiro semiestruturado fornecido pelo orientador, utilizando a plataforma Google Formulários. Este método permitiu uma abordagem mais abrangente e estruturada para coletar dados sobre a realidade específica da instituição em estudo.



A receptividade por parte da escola pesquisada, da coordenação e dos professores em relação à pesquisadora foi calorosa. Inicialmente, os participantes demonstraram grande interesse e motivação em contribuir para este estudo, e esforçaram-se para compartilhar seus conhecimentos diante das perguntas e observações feitas. Esses sentimentos também, e principalmente, é compartilhado pela entrevistada, que, a todo momento, revelou uma vivacidade notável ao descrever seus alunos, metodologias de ensino e materiais, ela não apenas falou com paixão sobre seu trabalho, mas também envolveu a pesquisadora, compartilhando experiências específicas que ilustraram seu comprometimento e dedicação ao ensino. Essa interação não apenas enriqueceu a pesquisa, mas também evidenciou a genuína paixão da entrevistada pelo seu ofício, cativando o interesse da pesquisadora ao longo do processo. Após todo esse processo de entrevista foi feita uma análise de dados, que segundo Bardin (2011, p. 47) é

“Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47)”.

Conforme ele, a análise adotada para este estudo compreende três fases cruciais: a pré análise, a exploração do material e a interpretação. Estas etapas foram integralmente incorporadas durante a elaboração deste portfólio. Inicialmente, na fase de pré análise, realizou-se uma avaliação criteriosa do conjunto de dados coletados, estabelecendo-se um alicerce sólido para as etapas



subsequentes. Em seguida, a exploração do material envolveu uma imersão profunda nas informações obtidas por meio das entrevistas e questionários, buscando identificar padrões, tendências e nuances relevantes.

Na fase subsequente, dedicada ao tratamento dos resultados, as técnicas de inferência e interpretação foram habilmente aplicadas. A inferência permitiu a extração de conclusões e generalizações a partir dos dados coletados, enquanto a interpretação proporcionou uma compreensão mais profunda do significado e das implicações dessas conclusões. Vale ressaltar que essas fases não representam uma abordagem linear, mas sim um processo dinâmico e interconectado que enriqueceu a análise ao longo do desenvolvimento deste portfólio.

2.3 ANÁLISE DE DADOS

A educação inclusiva emerge como um paradigma transformador no contexto educacional contemporâneo, promovendo a equidade e a participação de todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou características. A Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) na escola desempenha um papel crucial, auxiliando no reconhecimento, criação e estruturação de materiais pedagógicos e ferramentas de acessibilidade. De acordo com as diretrizes do Ministério da Educação (MEC), seu propósito é remover obstáculos para a completa integração dos estudantes, considerando suas necessidades particulares. A sala da escola pesquisa foi estabelecida neste ano e já conta com 24 alunos, todos devidamente laudados



e matriculados na escola, sendo que os mesmos frequentam a sala durante o contraturno.

Apesar de estar em fase inicial e ainda não dispor de muitos recursos, a professora responsável pela sala demonstra um comprometimento notável. Ela desenvolve atividades direcionadas para melhorar a coordenação motora e trabalhar diferentes habilidades específicas dos alunos. Além disso, aborda as dificuldades destacadas pelas professoras das salas regulares, incluindo temas como contas, números, adjetivos, escrita, entre outros.

A escola, ao investir nesse ambiente inclusivo, reconhece a importância de adaptar os métodos de ensino para atender às diversas necessidades dos estudantes. O uso do contraturno oferece uma abordagem individualizada, proporcionando atenção especializada aos alunos. Mesmo com recursos limitados, a sala já se destaca pela qualidade das atividades desenvolvidas. Conforme a sala amadurece, é possível buscar mais recursos e parcerias para enriquecer ainda mais as experiências dos alunos.

Nessa perspectiva, a presente análise se concentra em dados obtidos por meio de entrevistas com um profissional engajado na prática da educação inclusiva. Diante da indagação que solicitava a avaliação da professora sobre a implementação da educação inclusiva em seu ambiente escolar, ela afirmou que na instituição em que leciona, a inclusão é amplamente acolhida, destacando que a escola se fundamenta em “princípios de valores, respeito e aceitação”.

A valorização da inclusão por parte da escola assume extrema relevância, conforme observa De Sousa Nascimento (2016, p. 38):





“A escola é o espaço fundamental para a construção dos cidadãos do amanhã, os quais devem ser orientados a conviver com as diferenças, respeitando aqueles que estão ao seu lado, contribuindo para edificar uma sociedade digna, democrática e, sobretudo, inclusiva. Ressaltamos que ‘Inclusão’ abrange uma educação para todos, centrada no respeito e valorização das diferenças.”

Portanto, uma inclusão efetiva e aceita, conforme proposta pela escola, é vital para a preparação dos alunos, capacitando-os a viverem em uma sociedade onde saibam aceitar e respeitar as diversas pessoas ao seu redor.

Na sequência, questionada sobre, se a escola possui um plano de Apoio Escolar Especializado (AEE) para acompanhamento do aluno com deficiência, e se sim, como avaliava esse apoio ela afirmou que,

“Sim, e isso é de suma importância pois trabalha o todo como: atenção, concentração, memória, coordenação motora, percepção, raciocínio lógico, autoestima, autonomia, persistência, respeito, entre outros.”
(PROFESSORA ENTREVISTADA, 2023)

Essa importância realmente se mostra real quando Garcia, Daguiel e Francisco (2012) afirmam em suas pesquisas que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) representa uma estratégia para criar chances de inclusão, funcionando como um ambiente de transição para o desenvolvimento de hábitos e atitudes que facilitam a integração social, tanto em salas de aula convencionais quanto em ambientes especializados. Vale ressaltar que a promoção da autonomia é um aspecto de grande importância





durante esses atendimentos, tanto dentro como fora do contexto da sala de aula.

As autoras ainda destacam que, “o atendimento educacional especializado tem grande importância para ajudar o aluno com deficiência se desenvolver na vida escolar, pessoal, social e favorecer a sua inclusão na escola.” Mostrando que este suporte vai além do aprimoramento de habilidades intelectuais, abrangendo também o desenvolvimento de competências socioemocionais e de atenção. Essa abordagem destaca a significativa importância do AEE para alunos com deficiências, que frequentemente necessitam de assistência específica para fortalecer essas áreas fundamentais do desenvolvimento.

Por fim, ao ser perguntada sobre quais são as barreiras que os professores tem na implementação da educação inclusiva, a professora relata que é a falta de recursos e o número elevado de alunos por turma. A resposta da professora entra em consonância com várias outras pesquisas, como defende Capellini (2009), segundo ela, ao longo do tempo, os desafios enfrentados pelos educadores eram frequentemente relacionados às particularidades dos alunos e ao ambiente de origem, que não propiciavam o desenvolvimento das habilidades pré-acadêmicas valorizadas pela instituição escolar. Hoje, as principais barreiras encontram-se nas condições da própria escola, tais como a sobrecarga de alunos por sala de aula e a falta de suporte técnico. Além disso, destacam-se as características dos professores, com ênfase em sua formação inicial e/ou continuada, que, por vezes, se apresenta de maneira deficitária.





2.4 FOTOS DA EXPERIÊNCIA DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Figura 1 - Jogos utilizados como recursos pedagógicos, mais utilizados pela professora

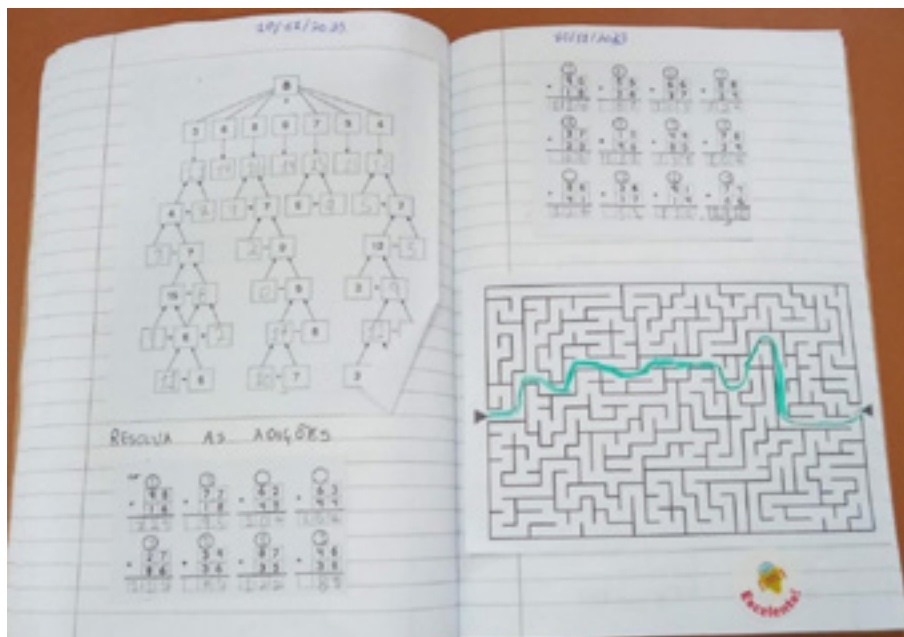


Fonte: os autores.





Figura 2 - Atividades realizadas pela professora com alguns alunos do AEE, atividades essas, que se baseiam nas maiores dificuldades dos mesmos dentro de sala de aula



Fonte: os autores.





Figura 3 - Atividades realizadas pela professora com alguns alunos do AEE, atividades essas, que se baseiam nas maiores dificuldades dos mesmos dentro de sala de aula



Fonte: os autores.





Figura 5 - Atividades realizadas pela professora com alguns alunos do AEE, atividades essas, que se baseiam nas maiores dificuldades dos mesmos dentro de sala de aula



Fonte: os autores.

Figura 5 - Sala de aula do AEE, com os recursos utilizados e organização do espaço



Fonte: os autores.





Figura 6 - Sala de aula do AEE, com os recursos utilizados e organização do espaço



Fonte: os autores.

Figura 7 - Sala de aula do AEE, com os recursos utilizados e organização do espaço



Fonte: os autores.





3 CONCLUSÃO

A importância de uma escola inclusiva, vem da fundamentação de promover a equidade, a diversidade e o desenvolvimento pleno de todos os estudantes, independentemente de suas habilidades, origens ou características individuais, uma educação inclusiva de qualidade reconhece e valoriza a diversidade como um ativo, proporcionando um ambiente que atenda às necessidades variadas dos alunos, ela desempenha, ainda um papel crucial na construção de uma sociedade mais justa, tolerante e preparada para enfrentar os desafios da diversidade.

Perante a isso, a sala do AEE, tem como papel fundamental oferecer suporte especializado, promover a inclusão e garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial educacional, independentemente de suas características individuais. Certamente, a efetivação da Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) em uma escola requer um compromisso significativo por parte dos educadores e da instituição como um todo. A atitude positiva e o engajamento dos professores são elementos-chave para o sucesso desse processo.

A escola pesquisada apresenta estar no caminho certo ao reconhecer a importância do desenvolvimento da Sala do AEE e ao buscar constantemente recursos para aprimorar sua atuação, além do compromisso contínuo com a inclusão e a adaptação às necessidades em evolução dos alunos são componentes essenciais para criar um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo.

Durante a pesquisa, a confiança e orgulho expressos pela professora e pela escola em relação à Sala do AEE, ficou bem





aparente, isso são reflexos tangíveis dos progressos alcançados. Esses avanços não apenas se refletem na melhoria das condições de aprendizagem para os alunos que utilizam a sala de recursos, mas também evidenciam a transformação mais ampla em direção a um ambiente educacional inclusivo. O compromisso visível com a adaptação contínua às necessidades dos alunos e a busca incessante por recursos destacam a postura proativa da escola, ao testemunhar as notáveis evoluções nos alunos, que abrangem desde desenvolvimentos intelectuais e motores até aspectos comportamentais, de atenção e socioemocionais, torna-se evidente que a escola está, de fato, trilhando o caminho certo na promoção de uma educação inclusiva e abrangente para todos.

REFERÊNCIAS

APRENDIZAGEM E INCLUSÃO. **RELPE**: Revista Leituras em Pedagogia e Educação.

AUGUSTO, Cleicle Albuquerque et al. Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, p. 745-764, 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BLOG, Redação Bett. **“Educação inclusiva é o pilar fundamental para construção de uma sociedade mais justa e igualitária”, afirma Jaíne Hellen Machnicki**. Disponível em: <https://brasil.bettshow.com/bett-blog/educacao-inclusiva-e-o-pilar-fundamentalpara-construcao-de-uma-sociedade-mais-justa-e-igualitaria-afirma-jaine-hellenmachnicki>. Acesso em: 02 nov. 2023.



BRASIL. Ministério da Educação/SETEC. **Currículo Referência:** políticas públicas para a educação profissional e tecnológica. Brasília: MEC, 2004.

CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. Gerais: **Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 6, n. 2, p. 179-191, 2013.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. Concepções de professores acerca dos fatores que dificultam o processo da educação inclusiva. **Educação**, v. 32, n. 03, p. 355-364, 2009.

CASTRO, Helena Carla *et al.* Ensino Inclusivo: um breve olhar sobre a educação inclusiva, a cegueira, os recursos didáticos e a área de biologia. **Revista Práxis**, v. 7, n. 13, 2015.

DE SOUZA MINAYO, Maria Cecília; COSTA, António Pedro. Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, n. 40, p. 11-25, 2018.

DE SOUZA NASCIMENTO, Alexandre *et al.* A ESCOLA COMO ESPAÇO DE GARCIA, Aleksandra Debom; DAGUIEL, Fatima Gomes Nogueira; FRANCISCO, Fernanda Pereira Santana. **Atendimento Educacional Especializado** (AEE). Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

SILVA, Claudia Lopes; GARCEZ, Liliane. Educação inclusiva. **A escola**, v. 3, 2019.v. 2, n. 1, p. 38-47, 2016.



O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Claudia Regina Mota ¹
Jackson Gerson da Silva ²

1 INTRODUÇÃO

Este portfólio é requisito para a aprovação no componente curricular de “Práticas Pedagógicas: Educação Especial e Ensino Inclusivo”, do curso de Pedagogia, modalidade On-line, da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). Documento elaborado durante as 10 semanas de aula do componente curricular citado anteriormente. Nele contém um breve contexto histórico sobre a educação especial e o ensino inclusivo; estudo do Projeto Político Pedagógico (PPP) da unidade escolar pesquisada, com foco na educação inclusiva; observação e pesquisa da escola.

Documentar o aprendizado do componente curricular em questão; aprofundar os estudos sobre os temas indicados pelo professor orientador Jackson Gerson da Silva; relatar a observação feita in loco em unidade escolar de educação básica; e registrar a pesquisa com a responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) da Educação Básica. Tudo isso associado à prática pedagógica são objetivos deste portfólio.

¹ Graduanda de Pedagogia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina.

² Mestre em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina.





O tema da pesquisa é “O Projeto Político Pedagógico, o Atendimento Educacional Especializado e a Prática Pedagógica na Educação Básica”. O assunto busca verificar a aproximação entre o que propõe o Projeto Político Pedagógico (PPP) da unidade escolar, as atividades desenvolvidas no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a Prática Pedagógica das professoras que atuam com a Educação Especial na Educação Infantil e do Ensino Fundamental. A proposta é relevante para averiguar se a teoria proposta no PPP condiz com a prática pedagógica na sala de aula.

Esta pesquisa visa responder o quanto a prática pedagógica com foco na educação especial e ensino inclusivo abordados no Projeto Político Pedagógico (PPP) da unidade escolar pesquisada, corresponde aos métodos aplicados no processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência matriculados na Educação Infantil e do Ensino Fundamental da mesma escola.

O procedimento metodológico utilizado foi a pesquisa documental (Projeto Político Pedagógico), webconferências do componente curricular de Prática Pedagógica: Educação Especial e Ensino Inclusivo, literatura sobre o tema e levantamento de dados, por meio da aplicação de um questionário. Este último contém ao todo 20 questões, divididas em perguntas objetivas e discursivas para traçar o perfil da entrevistada; sobre o conhecimento das orientações do PPP para o ensino inclusivo; e sobre a atuação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a prática pedagógica das professoras que atuam na Educação Especial. O questionário foi aplicado por meio impresso com um total de uma resposta, com a professora responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) de todos os alunos com deficiências que estudam na escola pesquisada, que oferece Educação Infantil



e Ensino Fundamental (pré ao 9º ano), de uma escola pública municipal localizada no Meio-Oeste de Santa Catarina. Neste portfólio, a escola pesquisada será denominada ESCOLA 1 e a professora questionada será denominada PROFE 1, para preservar a identidade de ambas.

Este documento começa abordando as etapas do componente curricular que se dividiu em duas unidades ao longo de 10 semanas. A “Unidade 1: Educação Especial e Ensino Inclusivo” foi abordada da Semana 1 até a Semana 5 e a “Unidade 2: Adaptação e Avaliações na Educação”, da Semana 6 até a Semana 10”. Nas Semanas 4 e 6, a acadêmica visitou uma unidade escolar municipal, localizada no Meio-Oeste de Santa Catarina, para observação do ambiente e sua acessibilidade. Também foi aplicado um questionário com a professora responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE). A socialização desta pesquisa acontece na Semana 10, no dia 15 de dezembro.

Depois é descrita a organização e dinâmica da escola de educação básica. Na sequência, é relatada toda a pesquisa na escola. Neste item é detalhada a organização do PPP da escola estudada, tema, justificativa, problema de pesquisa e objetivo.

O próximo item trata da metodologia aplicada, tipo de pesquisa, caracterização da escola, acessibilidade e perfil dos alunos com deficiência; participantes e instrumentos, procedimentos para coleta de dados e análise dos dados e apresentação dos resultados da pesquisa. Segue a conclusão, referências bibliográficas e apêndice, com o questionário completo que foi aplicado por meio impresso.



2 DESENVOLVIMENTO

2.1 ETAPAS DO COMPONENTE CURRICULAR

O estudo do componente curricular “Práticas Pedagógicas: Educação Especial e Ensino Inclusivo” dividiu-se em duas unidades ao longo de 10 semanas. A “Unidade 1: Educação Especial e Ensino Inclusivo” foi abordada da Semana 1 até a Semana 5 e a “Unidade 2: Adaptação e Avaliações na Educação”, da Semana 6 até a Semana 10”. Nas Semanas 4 e 6, a acadêmica visitou uma unidade escolar municipal, localizada no Meio-Oeste de Santa Catarina, para observação do ambiente e sua acessibilidade. Também foi aplicado um questionário com a professora responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE). Na Semana 10, dia 15 de dezembro, acontece a socialização da pesquisa.

2.1.2 Organização e dinâmica da escola de educação básica

A Constituição Federal (1988) garante, no artigo 205, que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Pode-se citar também os artigos 12 a 15 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que conferem às instituições de ensino a responsabilidade de elaborar e executar, de forma democrática, seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPP). “Este documento deve nortear todas as ações





pedagógicas de cada instituição e se mantém em permanente discussão e reformulação, na busca de alternativas que possam viabilizar a melhoria da qualidade do ensino” (BRASIL, 2021).

Destaque para o artigo 14, da LDB:

Artigo 14 - Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 2012).

É papel da gestão escolar convidar todos os atores envolvidos e interessados, direta ou indiretamente, para elaboração do Projeto Político Pedagógico e Regimento da unidade. A redação final do PPP é incumbência do diretor e deve estar alinhado às competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O documento traz todas as informações e regras a seguir pela comunidade escolar visando oferecer um ensino de qualidade aos discentes e um caminho para a efetivação do processo de ensino-aprendizagem. O PPP é um documento em construção, o qual pode e deve ser revisto com frequência visando a melhora constante da educação básica. No livro Projeto político-pedagógico (PPP): guia prática para construção participativa, de Nilbo Ribeiro Nogueira, no capítulo 1, das páginas 16 a 27, o autor aborda os aspectos gerais do PPP e o divide em dois itens: justificativa das escolhas e dos caminhos adotados e um panorama geral.





[...] neste livro, centramos o foco na metodologia e nas estratégias, discutindo e apresentando alternativas que possam contribuir para que a escola tire seus projetos, planos e ideais de dentro da gaveta e coloque-os em prática. Apresentamos ferramentas e conceitos que ajudam a viabilizar e operacionalizar os projetos da escola (NOGUEIRA, 2009, p. 17).

O livro fundamenta sua trajetória em hipóteses e métodos da área educacional preexistentes e conceitos da área corporativa. Algumas propostas do livro estão apoiadas nos conceitos de: planejamento participativo, planejamento estratégico, visão compartilhada e visão sistêmica. A obra segue afirmando que “atualmente podemos verificar que qualquer escola possui um PPP, assim este não é o problema” (NOGUEIRA, 2009, p. 20).

Ele cita como problema comum quando o documento foi elaborado de forma não coletiva ou apenas para cumprir a função burocrática e fica guardado no fundo de uma gaveta nem função. Mas o livro foca quando os planos de ação, as metas, não são cumpridas. No mundo corporativo, quando as metas não são cumpridas, o empregado pode ser demitido. Mas isso geralmente não acontece nas escolas.

[...] como saber que, ao término do ano, formamos o cidadão integral, se as múltiplas inteligências foram desenvolvidas e se foi desenvolvida a consciência dos alunos? Embora algumas dessas capacidades possam ser notadas, tudo fica muito no campo da sutileza e da subjetividade, sem termos como realmente saber se atingimos satisfatoriamente ou não esses objetivos (NOGUEIRA, 2009, p. 22).





Para resolver a questão, uma sugestão é o tipo e quantidade de avaliação a ser aplicada com os alunos. Embora, “[...] adicionar números aos objetivos não é o suficiente para resolver a questão”, afirma Nogueira (2009, p. 23). O item “um panorama geral”, o autor aponta “algumas considerações para o PPP na escola privada” e “algumas considerações para o PPP na escola pública”.

Na escola privada, o PPP precisa ressaltar “metas e/ou objetivos que a façam ser uma instituição que consiga ter recursos para sobreviver.” (Nogueira, 2009, p. 25). Além de “um conjunto de ações pedagógicas pode ajudar a instituição a se manter competitivamente no mercado” (NOGUEIRA, 2009, p. 26).

Sobre o PPP na escola pública, Nogueira (2009, p. 26 e 27) afirma que encarar a escola pública como organização, pode ampliar a visão e ser parte do planejamento do PPP, a busca de parcerias com empresas e órgãos da comunidade. Ações que visam alcançar “os objetivos pedagógicos e que direta ou indiretamente possam auxiliar na formação dos alunos.” O vídeo do canal Conviva Educação, no *Youtube*, conta que o Projeto Político Pedagógica das escolas é elaborado seguindo as orientações da BNCC, após sua homologação em 2017, com o apoio das Secretarias Municipais de Educação. Sobre o PPP (Conviva Educação, 2018) afirma que “[...] O PPP é, portanto, um PROJETO porque reúne propostas de ações concretas. POLÍTICO porque a escola é um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos. E é PEDAGÓGICO porque define e organiza as atividades e os projetos educativos.”

O PPP é um documento obrigatório para qualquer instituição de ensino brasileira, conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Ele orienta as atividades no decorrer do ano letivo da Educação Básica. As etapas da Educação Básica





são: Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º ano), Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º ano) e Ensino Médio (Novo).

O PPP deve estar alinhado às competências da BNCC. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - documento que norteia a construção do PPP, a ação do professor, a construção dos currículos de cada estado - é nacional. Por que é importante? É importante para direcionar a atuação da direção, da coordenação pedagógica e dos professores da unidade escolar. O PPP é um documento que tem uma base textual, mas deve ser atualizado periodicamente, principalmente questões como a realizada do público atendido, ações junto à comunidade, dados sobre os recursos da escola, regras de avaliação. Nogueira (2009, p. 41) ressalta que “o PPP deve se destinar a analisar, detectar, mexer e projetar ações para prevenir as situações referentes à formação do aluno e não ser um documento que visa apenas atender uma necessidade burocrática.”

A Base Nacional Comum Curricular é um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (BNCC, 2018, p. 7).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) organiza a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, em torno



de seis direitos de aprendizagem de todas as crianças. São elas: conviver, brincar, participar, explorar, conhecer-se e expressar. A BNCC estabelece cinco campos de experiências que as crianças devem desenvolver: 1) Eu, o outro e nós; 2) Corpo, gestos e movimentos; 3) Traços, sons, cores e formas; 4) Escuta, fala, pensamento e imaginação; e 5) Espaços, tempos quantidades, relações e transformações.

A segunda etapa da Educação Básica é o Ensino Fundamental, que é dividido em Anos Iniciais (1º ao 5º ano) e Anos Finais (6º ao 9º ano). O Ensino Médio, que recentemente mudou para Novo Ensino Médio, é a terceira e última etapa da Educação Básica.

No Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º ano), as competências específicas tratam de cada área do conhecimento - exemplos: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso - e de cada componente curricular - exemplos: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, Língua Inglesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Ensino Religioso.

No Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º ano), as competências específicas tratam de cada área do conhecimento: Linguagens (Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e, Língua Inglesa); Matemática; Ciências da Natureza (Ciências); Ciências Humanas (História e Geografia), Ensino Religioso. O Artigo 205, da Constituição Federal, afirma que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).



O foco pedagógico da BNCC é no desenvolvimento de competências com o compromisso com a educação integral do aluno.

2.1.3 Concepções de Referências no Projeto Político Pedagógico da Escola 1

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola traz no item cinco as concepções de referência (p. 6-11). Elas estão subdivididas em: concepções filosóficas, concepções pedagógicas, concepção de transversalidade, concepção de inclusão, concepção de diversidade e concepção de tecnologia.

Em concepções filosóficas, o PPP (2021, p. 6-7) cita Morin, BNCC, Vygotsky e o Currículo do Território Catarinense. Nas concepções pedagógicas, o PPP cita Vygotsky e sua abordagem sócio-interacionista e Girardelo, e como linha de pensamento convergente, o documento cita Augusto Cury e sua teoria de inteligência multifocal e H. Gardner e suas múltiplas inteligências. Essas abordagens contemplam aspectos psíquicos e emocionais, às vezes suprimidos da percepção no fazer pedagógico, diz o PPP. Em concepções filosóficas, o PPP diz:

No contexto atual as práticas educativas exigem um olhar diferenciado frente a sociedade contemporânea. É preciso perceber e proporcionar a interligação dos saberes, produzir e disseminar conhecimentos, conscientizando os sujeitos da necessidade de serem os protagonistas da sociedade. Contudo, é necessário redirecionar nossa educação para ir ao encontro das





necessidades do futuro, a fim de prover aos alunos as competências para uma ação responsável (PPP, 2021, p. 6).

Em concepções pedagógicas, o documento afirma que:

[...] na formação do indivíduo é fundamental considerar os aspectos naturais, sociais, psíquicos e espirituais que compõem integralmente o ser humano. Diante dessa realidade e para contemplar esta percepção global e multifocal, entende-se que não se deve limitar o fazer pedagógico a uma abordagem ou corrente de pensamento e sim permitir o dialogar e interagir com algumas abordagens que favorecem e auxiliam no planejamento e execução da rotina pedagógica (PPP, 2021, p. 7).

Alunos como protagonistas. Esta é a linha apresentada no PPP (2021), que também defende não limitar a abordagem pedagógica. Mas, segundo a coordenadora do Ensino Fundamental Anos Iniciais, a escola, até então, segue na linha pedagógica tradicional, em especial, na alfabetização. Segundo a coordenadora, o sistema de ensino municipal passa por uma consultoria da professora T.M.M., que atua com Programação Neurolinguística (PNL), para mudar a linha pedagógica do tradicional (exemplo: ensino das famílias silábicas) para o método fonético (sons das letras). A coordenadora definiu o novo método como “método da boquinha”.

A coordenadora também citou características do Método Montessori, como desenvolver a autonomia e independência dos alunos, que devem ser estimuladas nos estudantes. A consultoria abrange treinamentos presenciais, on-line e pesquisa por meio de teste e atividades aplicadas para os estudantes.





Figura 1 - As vogais, nos quatro tipos de letras e representação fonética com a imagem da boca ao pronunciar cada vogal, na parede da sala de aula de uma turma de 1º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais



Fonte: os autores.

Analisando Morin (2000), o PPP afirma que “as mudanças serão constantes, por isso precisamos investir na capacitação de um sujeito crítico, criativo e consciente que saiba lidar com as emoções e com as pessoas.” Citado a BNCC, o documento afirma que “[...] devemos enfatizar as habilidades socioemocionais, entre as cognitivas e de cunho comunicativo” (PPP, 2021, p. 6).

O PPP (2021, p. 6 apud Vygotsky, 1994), “o desenvolvimento intelectual das crianças ocorre em função das interações sociais [...] que agem sobre o organismo, controlando seu comportamento [...]”. Em conversa com uma das diretoras da ESCOLA 1, ela contou que um aluno estudioso, com boas notas, ao chegar ao sétimo ano do Ensino Fundamental, deixou-se influenciar pelos colegas de classe e baixou seu rendimento. O bom aluno era constantemente elogiado pelos professores e criticado pelos colegas. Para não ser deixado de





lado e pelo anelo de pertencer ao grupo, o bom aluno diminuiu sua dedicação aos estudos e começou a tirar notas baixas como colegas. Um exemplo de como o meio pode influenciar nossas atitudes de acordo com as teorias socioconstrutivistas.

No item 6, do PPP (2021), sobre concepções de ser humano e sociedade, o documento afirma que:

[...] o homem é um ser natural e social, ele age na natureza transformando-a segundo suas necessidades. [...] norteará suas ações com o objetivo de formar seres humanos que tenham conhecimento, limites e valores familiares, educandos e docentes responsáveis, organizados, mais sensíveis e humanos, que valorizem e respeitem o ambiente e a organização escolar, os profissionais da educação: professores, funcionários e os alunos da Escola (PPP, 2021, p. 11).

No item 7, concepção educacional, o documento sintetiza que:

A educação consiste em ensinar a viver e deve determinar as mudanças na sociedade, deve possibilitar o desenvolvimento amplo, como resultado de uma interação na qual o sujeito é o elemento ativo, que procura compreender o mundo que o cerca e busca resolver com autonomia os questionamentos que esse mundo provoca (PPP, 2021, p. 12).

Embora o discurso teórico direcione a prática pedagógica para uma abordagem com mais autonomia para os alunos, esta breve observação na escola mostrou que a linha tradicional predomina em muitas situações, principalmente para conter as atitudes de mau comportamento de alguns alunos.





Toda segunda-feira, antes do início das aulas, os alunos formam fila na quadra de esportes, separados e em ordem de turmas, para acompanhar o Hino Nacional e o Hino Municipal. Depois, cada professora regente ou da disciplina da primeira aula acompanha a turma para a sala de aula. Os hinos são tocados apenas nas segundas-feiras. No mais, a dinâmica para a sala de aula é a mesma no início do período e após o recreio.

Figura 2 - Quadra de esportes coberta



Fonte: os autores.

2.1.3.1 Concepção de inclusão

No item 5.4, o PPP (2021, p. 9-10) traz o conceito da “Concepção de Inclusão” para a unidade escolar.

A inclusão, no campo educacional, trata-se de uma aprendizagem pessoal e de mudança de paradigmas no que se refere às diferenças individuais e aponta reflexões





sobre como os educadores lidam com a diversidade. É, na realidade, um processo contínuo de desenvolvimento pedagógico e organizacional dentro das escolas regulares que requer a participação e o esforço de todos (PPP, 2021, p. 9).

O documento ressalta que a Educação Especial ganha destaque no Sistema Nacional de Educação com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996, Art. 58), ao determinar a Educação Especial como “[...] a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 2013, p. 2).

Nesse contexto, o processo educacional se enriquece com a pluralidade de ideias, comportamentos e atitudes dos que participam do espaço escolar. Assim, elementos de ordem física, intelectual, emocional ou sociocultural, intervêm nesse movimento, exigindo uma educação voltada para a inclusão (PPP, 2021, p. 10).

O PPP da ESCOLA 1 apud Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense (2019): “Construir práticas com vias a garantir a equidade é compreender as múltiplas identidades sociais que posicionam o sujeito em um contexto social, especificamente, nesse caso, no contexto escolar” (SANTA CATARINA, 2019, p. 96). A partir [...] da vivência da educação inclusiva no cotidiano escolar, docentes e discentes estarão preparados para disseminar na sociedade a cultura da tolerância, do respeito, do acolhimento e da valorização da diversidade (PPP, 2021, p. 10).





2.1.4 Professores na educação especial e ensino inclusivo

No item 10 “Da organização escolar”, do Projeto Político Pedagógico da unidade escolar pesquisada, é listado os profissionais que atuam na instituição de ensino e suas atribuições. Entre eles, destaque para o Professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Segundo Professor.

As atribuições do professor do AEE estão previstas no documento Política de Educação Especial (PPP, 2021, p. 19 apud SANTA CATARINA, 2018):

- a) Realizar avaliação inicial do estudante para planejamento do atendimento. Essa avaliação deve identificar o nível de desenvolvimento real do estudante, quanto à estrutura da percepção, atenção, pensamento e linguagem. Identificar ainda os recursos de acessibilidade utilizados pelo estudante, bem como as competências para a realização das atividades de vida prática escolar;
- b) Elaborar e executar planejamento de atividades, conforme as especificidades dos estudantes;
- c) Elaborar relatório pedagógico descritivo do desenvolvimento de cada estudante;
- d) Realizar avaliação processual para analisar o desenvolvimento do estudante e revisão do planejamento;
- e) Organizar os agrupamentos por área de deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) ou altas habilidades, considerando a necessidade de metodologias diferenciadas para o atendimento de cada uma destas áreas;
- f) Avaliar e decidir, em articulação com equipe técnico-pedagógica da escola, o desligamento do(s) estudante(s) deste serviço (SANTA CATARINA, 2018, p. 47).





O professor de AEE também possui atribuições relacionadas às assessorias e orientações na escola (PPP, 2021, p. 20 apud SANTA CATARINA, 2018):

- a) Promover, sistematicamente, junto à equipe gestora e docente da unidade escolar, repasses técnicos referentes ao atendimento;
- b) Realizar assessorias sistemáticas na escola em que o estudante do Atendimento Educacional Especializado (AEE) está matriculado, registrando as questões elencadas, as orientações e os encaminhamentos realizados durante a assessoria;
- c) Orientar e subsidiar, quando solicitado, a equipe gestora e docente da unidade escolar onde está implantado o AEE, a respeito dos estudantes considerados da Educação Especial, matriculados na escola, mas que não são atendidos por este serviço;
- d) Registrar por escrito as orientações realizadas durante a assessoria deixando uma cópia com a escola e outra no arquivo do estudante no AEE;
- e) Realizar reuniões com as famílias, com o objetivo de informar sobre a finalidade do atendimento e orientar sobre a importância da participação da família neste trabalho, realizando registros escritos das orientações realizadas, com a assinatura de todos os envolvidos;
- f) Participar de reuniões e conselhos de classes na unidade escolar onde o estudante está matriculado;
- g) Participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP);
- h) Participar de reuniões com o profissional responsável pela Educação Especial da Coordenadoria/Supervisão Regional de Educação, para estudo e orientação técnica referente ao trabalho realizado no AEE;
- i) Orientar o professor da classe regular quanto às adequações curriculares no contexto da metodologia avaliação (SANTA CATARINA, 2018, p. 48).
- j) Atribuições quanto à organização do espaço e da documentação dos estudantes:





- k) Zelar para que os materiais da sala de recursos multifuncionais cedidos pelo Ministério da Educação (MEC) sejam de uso exclusivo dos estudantes, público da Educação Especial, os quais devem permanecer na sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE), bem como pela sua preservação. Caso algum material seja emprestado para uso na sala de aula dos demais estudantes, cabe ao professor do AEE controlar esta movimentação;
- l) Realizar um levantamento, a cada início e final de ano letivo, dos materiais e recursos da sala do AEE, que deverá ser entregue à direção da unidade escolar;
- m) Organizar a sala do AEE de acordo com as especificidades de cada grupo de atendimento, procurando evitar a exposição do estudante a muitos estímulos que podem interferir no desenvolvimento das atividades;

Sobre a presença do segundo professor, o PPP (2021, p. 20) salienta a Resolução Estadual nº 112 de 2006, “que trata sobre a normativa da inclusão das pessoas com deficiência, [...], em específico dos alunos que possuem laudos médicos têm direito no que está disposto no art. 4, parágrafo único, inciso IV a presença do 2º professor”.

IV. Segundo Professor em Turma – professor com habilitação em Educação Especial – área 5 (cinco) que atua com o professor regente nas turmas onde exista matrícula de educandos, de que trata esta resolução, que requeiram dois professores na turma (SANTA CATARINA, 2006).

O PPP deixa claro a função do segundo professor que é:

“acompanhar a prática pedagógica do professor regente, dando suporte e subsídios para auxiliar o aluno com deficiências, condutas típicas ou altas habilidades, para





que o mesmo seja incluído no ambiente escolar, como também as relações que se estabelecem em sala de aula. Seu papel não é de cuidador do aluno que necessita de 2º professor, mas de auxiliar pedagógico no contexto da sala de aula” (PPP, 2021, p. 21).

Para atender os artigos 2, 3 e 7 da Lei Ordinária 5106 2017, do município, a unidade escolar adota alguns deveres e atribuições do Segundo Professor de Turma:

- Tomar conhecimento antecipado do planejamento do(s) professor(es) regente(s) para organizar e ou propor adequações curriculares e procedimentos metodológicos diferenciados, para as atividades pedagógicas planejadas pelo(s) professor(es) regente(s);
- Sugerir ajudas técnicas que facilitem o processo de aprendizagem do aluno da educação especial;
- Acompanhamento das atividades e na avaliação diferenciada para estes alunos;
- Auxiliar o(s) professor(es) regente(s) no processo de aprendizagem de todos os alunos;
- Auxiliar o(s) professor(es) regente(s) em todas as disciplinas e nas atividades extraclases, promovidas pela escola;
- Elaborar o relatório pedagógico descritivo do(s) aluno(s);
- Participar do conselho de classe;
- Participar com o(s) professor(es) regente(s) das orientações (assessorias) prestadas pelo professor do atendimento educacional especializado e pelos profissionais que atuam no atendimento especializado de caráter reabilitatório e ou habilitatório;
- Cumprir a carga horária de trabalho, permanecendo e participando em sala de aula, mesmo na eventual ausência de aluno(s) com deficiência;
- Participar de capacitações na área de educação (PPP, 2021, p. 21-22).





2.1.5 Avaliação dos alunos com deficiência

A organização didática e pedagógica por nível de ensino é abordada no item 12 do PPP. O subitem 12.2.5 trata do Sistema de Avaliação no Ensino Fundamental que detalha no subitem 12.2.5.6 a Avaliação dos Alunos Portadores de deficiência, Condutas Típicas e Altas Habilidades.

Para os alunos que possuem laudo médico fornecido por especialistas (neurologista, psicopedagogo, fonoaudiólogo, psicólogo), a avaliação segue as normativas contidas na resolução 112/2006 no que tange a avaliação, no artigo 6º §2º: “II – a avaliação do processo ensino e aprendizagem deverá contemplar adequações de instrumentos e procedimentos que atendam a diversidade dos educandos” (PPP, 2021, p. 46).

Com base na diretriz citada, a ESCOLA 1 orienta que:

[...] seu corpo docente aplique para estes alunos provas orais, quando for necessário, redução do número de questões ou aumento da temporalidade, aumento do tamanho da fonte (letra), observação sistemática e registro escrito da evolução de aprendizagem. Este parecer descritivo deve ser anexado juntamente com os trabalhos desenvolvidos durante o trimestre, sendo arquivados num sistema de portfólio como boletim escolar (PPP, 2021, p. 46).

O PPP recomenda que o segundo professor adote um “Caderno de Registro Diário”, no qual anotarà diariamente as atividades realizadas, interações do aluno, provas, etc. Esse será enviado para conhecimento da família todas as sextas-feiras,





devendo retornar com assinatura do responsável” (PPP, 2021, p. 46). O PPP (2021, p. 47) ainda cita que:

[...] os alunos Portadores de Deficiência, Condutas Típicas e Altas Habilidades terão direito a três formas de avaliação diferenciadas até que atinjam os conhecimentos mínimos esperados. As avaliações serão elaboradas conjuntamente com o professor regente e segundo professor (auxiliar). É necessário ressaltar que adoção de instrumentos diferenciados de avaliação fica a critério do professor juntamente com a Coordenação Pedagógica da Escola (PPP, 2021, p. 47).

2.1.6 Atendimento Educacional Especializado – AEE

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem como objetivo, de acordo com a Resolução CEE/SC n. 100/2016, complementar ou suplementar o processo de aprendizagem dos estudantes com deficiências, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) e Altas Habilidades e Síndrome de Down, matriculados na rede regular de ensino de Santa Catarina (PPP, 2021, p. 48 apud SANTA CATARINA, 2016).

Na instituição de ensino pesquisada, o serviço de Atendimento Educacional Especializado “é uma atividade de caráter pedagógico, prestada por profissional da educação, voltado ao atendimento das especificidades dos alunos com deficiência, TEA e TDAH, ou com altas habilidades, matriculados na unidade escolar” (PPP, 2021, p. 48). O Projeto Político Pedagógico ressalta que a frequência do aluno no AEE deve acontecer no contraturno ao da frequência no ensino regular (PPP, 2021, p. 48).





Figura 3 - cantinho da leitura e imaginação na sala do AEE na ESCOLA



Fonte: os autores.





Figuras 4, 5, 6 e 7 - espaços na sala do AEE na ESCOLA 1



Fonte: os autores.

2.2 PESQUISA NA ESCOLA

2.2.1 Tema

O Projeto Político Pedagógico, o Atendimento Educacional Especializado e a prática pedagógica na Educação Básica.





2.2.2 Justificativa

Os artigos 12, 13, 14 e 15 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei 9394/1996, referem-se à elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP). A lei prevê a unidade escolar como responsável pela elaboração e execução do documento. E a participação dos docentes da instituição e da comunidade escolar na construção do PPP. Os docentes também são responsáveis pela execução do PPP. Além de apresentar a instituição, o documento é um norteador das atividades da escola, serve como base para os conselhos de classe e orienta a comunidade escolar nas ações pedagógicas e disciplinares.

Esta pesquisa busca saber se as instituições estão cumprindo a lei, não só na elaboração do PPP, mas visa entender se na prática as orientações do documento são de conhecimento dos educadores que lecionam na unidade, em particular, pelos professores que atuam na Educação Especial e Ensino Inclusivo. Além disso, este estudo irá analisar se a instrução de ensino inclusivo apresentada no PPP é aplicada na prática pedagógica da instituição escolar.

A chance de conhecer esta relação entre o PPP e as práticas pedagógicas dos professores da Educação Básica foi oportunizada durante o componente curricular de Práticas Pedagógicas: Educação Especial e Ensino Inclusivo, do curso de Pedagogia, da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). Para a elaboração deste portfólio, a acadêmica-pesquisadora visitou uma escola pública municipal, localizada no Meio-Oeste de Santa Catarina. Até o dia 23 de novembro de 2023, a unidade escolar registra 871 alunos, distribuídos em 6 turmas da Educação Infantil (Pré I e Pré II), 21





turmas do Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º ano), e 14 turmas do Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º ano).

2.2.3 Problema de Pesquisa

Qual a relação do Projeto Político Pedagógico, o Atendimento Educacional Especializado e a prática pedagógica inclusiva na Educação Básica?

2.2.4 Objetivos Gerais e Específicos

A pesquisa analisa a organização da escola a partir do Projeto Político Pedagógico (PPP), sua concepção de inclusão, sua acessibilidade e a prática pedagógica inclusiva na Educação Básica. Para explicar o assunto foram abordados alguns autores que já debateram o tema, legislação sobre a elaboração do documento (PPP), analisado o PPP da unidade escolar pesquisada e a visão de profissional que vivencia em seu dia a dia os desafios da profissão. Dessa forma, o objetivo da pesquisa é identificar a relação do PPP com as práticas pedagógicas inclusivas na Educação Básica.

Neste sentido, os objetivos específicos da pesquisa são: a) dialogar com a literatura acerca da organização da escola e do Projeto Político Pedagógico (PPP); b) explicitar o Projeto Político Pedagógico (PPP) em município do Meio-Oeste de Santa Catarina; c) identificar os elementos de inclusão da escola citados no PPP de município do Meio-Oeste de Santa Catarina; d) apontar as concepções de inclusão e tipos de avaliação descritas no PPP; e)





apresentar o perfil dos alunos com deficiência em escola pública municipal de Educação Básica.

3 METOLOGIA

3.1 PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa básica de abordagem quantitativa e qualitativa. A abordagem quantitativa será mensurada em números sobre os equipamentos de acessibilidade disponíveis na escola. Na abordagem qualitativa, a pesquisa mostrará a narrativa e experiência individual da professora responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Para demonstrar os objetivos, a pesquisa documental descreve as ideias de autores que já exploraram os temas em livros e conceitos e, principalmente, dados do próprio Projeto Político Pedagógico e Regimento Interno da escola estudada. A pesquisa também tem apoio nos documentos oficiais como Leis e a BNCC. Para Severino (2007, p. 122-123), na pesquisa documental “tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como [...] documentos legais.”

A parte prática deste estudo, na qual a acadêmica como pesquisadora, começa com a solicitação da autorização para a Secretaria Municipal de Educação. A pasta autorizou e comunicou a gestão da escola sobre o estudo. Depois, a acadêmica-pesquisadora foi até a escola e conversou com a diretora que assinou a declaração de estar ciente do trabalho. Assim, a acadêmica iniciou as atividades





práticas para a elaboração deste portfólio. Observa o espaço escolar, levantamento de dados pelo documento oficial da escola - o PPP - que é o grande norteador deste portfólio, conversar com as segundas professoras e com a secretária da escola, foram os primeiros passos. Também foi aplicado um questionário, com 20 questões, com a professora responsável pelo AEE para analisar a prática pedagógica aplicada na Educação Especial e Ensino Inclusiva na unidade escolar selecionada para este estudo.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

Neste item, a pesquisadora detalha as características da escola selecionada para este estudo com base no Projeto Político Pedagógico (PPP), de 2021, com 52 páginas, e no Regimento Interno, anexo ao PPP, com 22 páginas. Também traz informações atuais coletadas a partir de conversas com as diretoras, os coordenadores e a secretária da escola.

Uma escola de Educação Básica municipal, localizada em um município do Meio-Oeste de Santa Catarina, com 30.146 habitantes (IBGE/2022), foi o espaço de pesquisa para a elaboração deste portfólio. Ela será aqui identificada como ESCOLA 1. De acordo com o PPP, a escola tem data de inauguração em 1935 como escola pública estadual. Após algumas mudanças de local e nome, em 1998, a escola passa a ser Escola Municipal. Em 2000, a escola passa a ter o nome atual.

A ESCOLA 1 registra 871 alunos, até o dia 23 de novembro de 2023, distribuídos em 6 turmas da Educação Infantil, 21 turmas do Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º a 5º anos), e 14 turmas do





Ensino Fundamental Anos Finais (6º a 9º anos). A informação foi repassada pela secretária da instituição.

“Dos horários de início e final da aula. Matutino: 07h30 às 11h30 - Vespertino: 13h20 às 17h20. Dos horários de abertura dos portões para entrada dos alunos. Matutino: 07h20 - Vespertino: 13h10. [...] apresenta responsabilidade sobre os estudantes somente após a abertura dos portões, assim sendo, antes disso os alunos devem estar sob os cuidados dos pais e/ou responsáveis (PPP. 2021, p. 25).

A escola conta com 81 profissionais, sendo 33 professores efetivos, entre eles a diretora, a diretora adjunta e três coordenadores pedagógicos (um para a Educação Infantil, um para o Ensino Fundamental Anos Iniciais e um para o Ensino Fundamental Anos Finais); 20 professores ACT (Admissão em Caráter Temporário); 11 segundo-professores de educação especial; 1 professor de apoio pedagógico; 7 estagiários auxiliares em sala de aula; 4 estagiários na recepção e administrativo; e 5 servidores públicos (secretária, professor sem habilitação, auxiliar administrativo e cozinha). Além de 5 pessoas na equipe de limpeza de empresa terceirizada.

Na Educação Infantil, a unidade escolar atende 115 alunos, sendo 54 alunos distribuídos em três turmas (uma turma de Pré 1 e duas turmas de Pré 2) no período matutino e 61 alunos distribuídos em três turmas (duas turmas de Pré 1 e uma turma de Pré 2) no período vespertino. O PPP (2021, p. 24) informa que o Pré 1 atende às crianças com 4 anos completos até 31 de março e o Pré 2 atende às crianças com 5 anos completos até 31 de março.





Figura 8 - Sala de uma turma de Pré II, da Educação Infantil



Fonte: os autores.

Figura 9 - Sala de uma turma de Pré II, da Educação Infantil



Fonte: os autores.

No Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º ano), a escola atende 431 alunos, entre 6 e 11 anos, sendo 197 alunos no período





matutino e 234 alunos no período vespertino. Em cada período há duas turmas de cada ano, com exceção do segundo ano que tem três turmas no vespertino.

Figura 10 - Sala do 1º ano do Ensino Fundamental



Fonte: os autores.

Figura 11 - Sala do 1º ano do Ensino Fundamental



Fonte: os autores.





Figura 12 - Sala do 1º ano do Ensino Fundamental - Sala do 3º ano do Ensino Fundamental



Fonte: os autores.

Figura 13 - Sala do 5º ano do Ensino Fundamental



Fonte: os autores.





No Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º ano), a escola atende 325 alunos, entre 11 e 15 anos, sendo 192 alunos no período matutino e 133 alunos no período vespertino. Em cada período há duas turmas de cada ano, com exceção do nono ano que não há turma no vespertino.

A escola 1 não permite o uso do celular pelos alunos. O acesso à internet que a escola possui é destinado para o uso administrativo e pedagógico. A proibição está prevista no Artigo 10, do Regimento Interno da escola, documento anexo ao PPP (2021, p. 59):

Art. 10 - Com vistas à proteção dos estudantes e a garantia de sua educação integral, não será permitido ao educando:

VI. Utilizar, em salas de aula ou demais locais de aprendizado escolar, equipamentos eletrônicos como telefones celulares, pagers, jogos portáteis, tocadores de música ou outros dispositivos de comunicação e entretenimento que perturbem o ambiente escolar ou prejudiquem o aprendizado, proibição prevista na Lei Estadual 14.363/08 que não sejam em momentos solicitados previamente pelo professor para fim educativo. Os usos pedagógicos permitidos são aqueles solicitados e/ou orientados pelos professores, coordenação, direção.

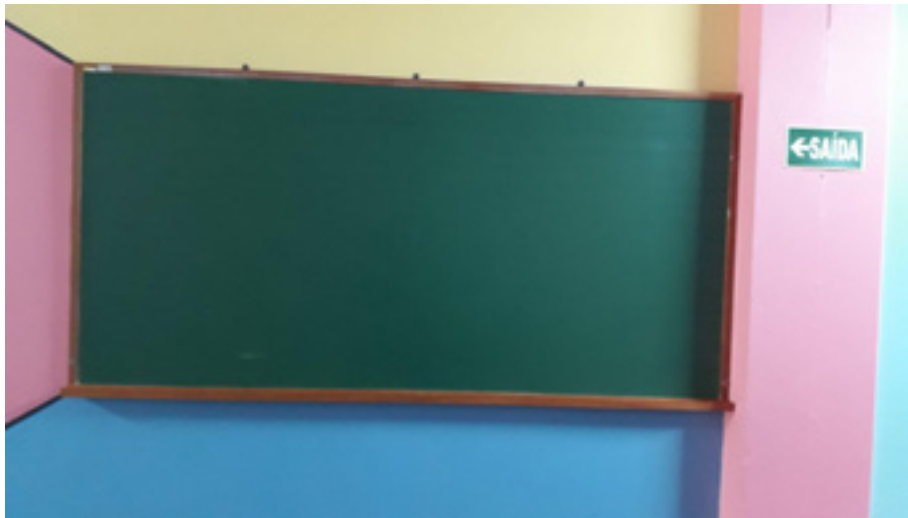
As diretoras, coordenadores e a secretária da escola possuem telefone - iPhone - para comunicação com os diversos setores da Prefeitura, com os pais e professores. Os docentes também têm acesso à internet para uso pedagógico e os alunos, quando permitido, usam para o manuseio de alguma tecnologia em sala de aula. A comunicação entre escola e pais dos alunos das turmas dos prés até os 5º anos também é feita via agenda, como solicitação de reunião, permissão para o aluno sair mais cedo, entre outras questões.





As diretoras, coordenadores e secretária são administradores de grupos de whatsapp para recados com os pais dos alunos. Cada turma tem um grupo. Também há grupos só com os professores para recados e informações gerais sobre o dia a dia da sala de aula. Também há um mural na sala dos professores com informações como o cronograma de aula, agenda de datas de provas e reunião (conselho de classe, por exemplo), entre outros recados relevantes para facilitar a rotina escolar. Em algumas salas de aula há mural com recados e lembretes para a professora regente, no caso das turmas do pré ao quinto ano. Nas salas dos anos finais, os lembretes importantes são fixados na parede ao lado do quadro-branco. Quando a administração municipal trocou o quadro-negro e o giz pelo quadro-branco e canetão, alguns dos quadros antigos foram para o corredor e, atualmente, serve de mural para expor os trabalhos dos estudantes. Essa troca foi há uns 10 anos, segundo uma das professoras regentes no Ensino Fundamental Anos Iniciais.

Figura 14 - Quadro-negro nos corredores das turmas do Ensino Fundamental



Fonte: os autores.





A escola 1 dispõe de: 8 TVs de 43 polegadas; 6 projetores; 3 multimídias (equipamento governo federal); 1 impressora colorida; 5 notebooks Acer Aspire i5; 3 notebooks Acer Aspire i3; 2 notebooks positivo (AEE); 35 climatizadores de ar; 2 fotocopiadoras (mantidas pela Secretaria Municipal de Educação); 6 smartphones; 27 microcomputadores no laboratório de informática; 1 microcomputador na secretaria; 300 tabletes; 40 chromebooks; e 2 JBL multimídias. Esta lista, do PPP, foi atualizada pela direção.

Figura 15 - Auditório da ESCOLA 1, equipado com projetor, caixa de som e televisão



Fonte: os autores.

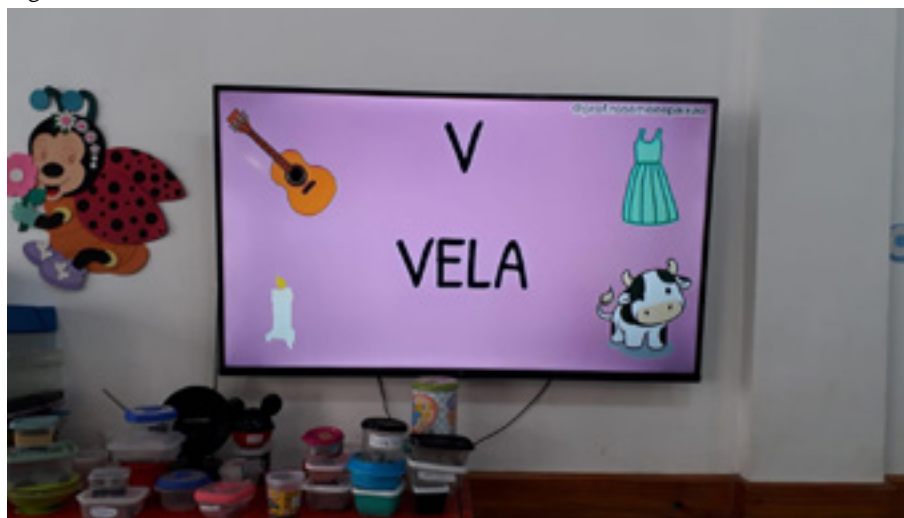
Das oito televisões, três estão instaladas nas salas dos prés, pela qual as professoras passam vídeos para introduzir ou reforçar um conteúdo. Observando uma destas aulas, os alunos prestaram atenção, respondiam quando a interlocutora no vídeo falava (tema:





rimas), além de acompanhar cantando e com gestos as músicas apresentadas em outro vídeo.

Figura 16 - Televisão em uma das salas do Pré na ESCOLA 1



Fonte: Claudia Regina Mota.

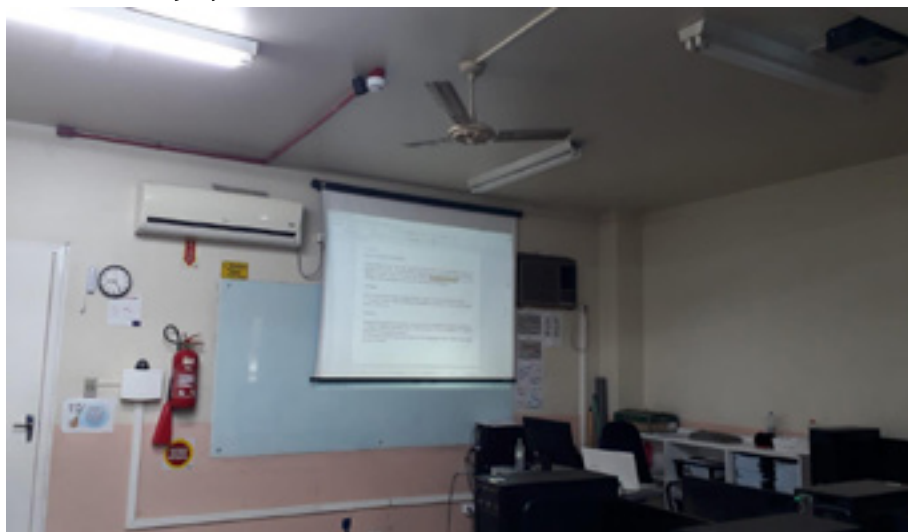
Este ano, os novos tablets foram utilizados para os alunos incluírem o gabarito das Avaliações Integradas (3º ao 9º ano), englobando o conteúdo no primeiro trimestre via Socrative Student. E em novas provas com o conteúdo do segundo trimestre. Além de pesquisas em sala de aula. Os professores do Ensino Fundamental Anos Finais são os que mais utilizam os equipamentos tecnológicos em sala de aula. Porém, em algumas turmas, isso não é possível devido ao fraco sinal de internet.

No turno normal, todos os discentes - do pré ao nono ano - há na grade curricular o componente de Informática. As aulas de Informática são ministradas no Laboratório de Informática, equipado com 27 microcomputadores, além de um projetor e climatizador de ar.





Figuras 17 e 18 - Laboratório de Informática, além de microcomputadores tem um projetor, na ESCOLA 1



Fonte: os autores.

No contraturno, em parceria com o Senai/Sesi, a ESCOLA 1 oferece aulas opcionais do Projeto Marker. Estas aulas acontecem na instituição parceira, todas as quintas-feiras, para alunos dos 5º





e 6º anos. Os alunos têm transporte gratuito da ESCOLA 1 até o Senai/Sesi e vice-versa. São quase 3 horas de aula semanal.

O Movimento Maker está relacionado com a proposta de aprendizado baseado na autonomia (faça você mesmo) e criatividade. Esse movimento explora o exercício da criatividade, o trabalho em equipe, a postura empreendedora e o desenvolvimento da capacidade de inovação que são aspectos importantes na formação (RODRIGUES; CÂMARA; NUNES, 2016, p. 1).

Em tempos em que a tecnologia avança “num piscar de olhos”, a aproximação da cultura Maker com as escolas é compatível com a prática pedagógica construtivista, ou seja, na qual o aluno é o protagonista, sob a orientação do professor. A autonomia do Maker corrobora com a “Pirâmide de William Glasser” ao afirmar que aprendemos 80% quando fazemos, além de ser um bom exemplo de metodologia ativa, sobre o que declara Santos (2022, p. 89): “Um dos principais benefícios de utilizar as metodologias ativas de ensino em sala de aula é instigar o desenvolvimento de cada indivíduo como ser humano, cidadão e profissional.”

Aulas de Xadrez, Dança, Música também são opções de atividades extraclasse. Estas aulas são oferecidas na unidade escolar.





Figuras 19 e 20 - Sala de Música para alunos do 3º ao 9º ano do Ensino Fundamental



Fonte: os autores.





Figura 21 - Biblioteca. Fotos Claudia Regina Mota



Fonte: os autores.

Figura 22 - Biblioteca. Fotos Claudia Regina Mota



Fonte: os autores.





3.2.1 Acessibilidade e Perfil dos Alunos com Deficiências

Na infraestrutura, a ESCOLA 1 conta com quatro banheiros adaptados (sendo três localizados no térreo), um elevador no prédio principal e um balanço para alunos com deficiência.

Figura 23 - Parque infantil para alunos do Pré e do 1º ano. Com balanço acessível para alunos com deficiência, incluindo cadeirantes



Fonte: os autores.





Figuras 24 e 25 - Parque infantil para alunos do Pré e do 1º ano. Com balanço acessível para alunos com deficiência, incluindo cadeirantes



Fonte: os autores.

Figura 26 - Elevador que, no primeiro andar, da construção principal da escola, fica ao lado da sala do AEE



Fonte: os autores.





Figura 27 - Banheiro adaptado, no segundo andar, da construção principal da escola



Fonte: os autores.





Figura 28 - Banheiro adaptado, no segundo andar, da construção principal da escola



Fonte: os autores.

Na área pedagógica, a ESCOLA 1 oferece Atendimento Educacional Especializado (AEE). Ao todo, são 35 alunos, sendo 5 do sexo feminino e 30 de sexo masculino, com laudo médico, sendo: 4 estudantes na Educação Infantil (Pré 1 e 2); 24, no Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º ano); e 7, no Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º ano). Confira o perfil dos alunos com deficiência e seus diagnósticos na Tabela 1, nas páginas 32-35.





3.3 PARTICIPANTES E INSTRUMENTOS

Coleta bibliográfica, coleta documental, questionário impresso, entrevista *in loco* e técnicas de observação foram os instrumentos utilizados para desenvolver este portfólio. A análise do estudo teve como base escola regular municipal, que oferece ensino do pré ao 9º ano, contemplando duas etapas da Educação Básica: Educação Infantil (pré) e o Ensino Fundamental completo de nove anos (Anos Iniciais e Anos Finais).

A acadêmica conversou com a secretária da escola, direção, coordenação e professoras para entender a dinâmica da instituição e, com isso, fez coleta de dados. O questionário, com 20 perguntas, foi disponibilizado impresso para a professora responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE). A professora entrevistada é efetiva na escola pública municipal, localizada no Meio-Oeste de Santa Catarina.

3.4 PROCEDIMENTO E COLETA DE DADOS

O procedimento metodológico utilizado foi a pesquisa de levantamento de dados, por meio de entrevista/conversa com a direção, coordenação e secretaria da unidade escolar. Além da aplicação de um questionário contendo 20 questões, múltipla escolha e abertas, para traçar o perfil da entrevistada, sobre a aplicação do PPP e as práticas pedagógicas no que se refere à Educação Especial e Ensino Inclusão. Além de traçar o perfil do aluno com deficiência.





O questionário foi aplicado por meio impresso, obteve-se uma resposta em uma escola pública municipal de Educação Básica entre os dias 9 e 24 de novembro de 2023. Nesta pesquisa, a entrevistada será nomeada como PROFE 1 para preservar a sua identidade.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

O questionário, com 20 perguntas, começa com questões para traçar um perfil da professora entrevistada, que será aqui denominada PROFE 1 para preservar sua identidade, bem como a escola observada será denominada ESCOLA 1. O questionário foi disponibilizado de forma impressa, a pedido da PROFE 1. Ele foi entregue no dia 9 de novembro e sua devolutiva total aconteceu no dia 24 de novembro. Alguns dias antes, a PROFE 1 entregou informações sobre os alunos com deficiência.

A entrevistada é uma professora, de 46 anos, efetiva em escola pública em município localizado no Meio-Oeste de Santa Catarina. Ela é graduada em Pedagogia Anos Iniciais, com complementação em Educação Infantil e Educação Especial e pós-graduada em Anos Iniciais, Educação Infantil e Educação Especial. Há 20 anos, a PROFE 1 atua na Educação Básica e há 10, na Educação Especial. Sobre sua experiência, a PROFE 1 declarou que: “Trabalhar com Educação Especial é um grande desafio, em atender e respeitar as características individuais de cada um e dar atenção ao aluno no processo de inclusão. Trabalhar com a inclusão, fez com que eu mudasse todos os meus paradigmas, pois percebi que, às vezes, as minhas estratégias, que sempre deram resultados, agora não mais





serviam e eu tinha que encontrar uma outra forma para resolver. A cada dia aprendo mais com os alunos, a respeitar cada um, sem qualquer preconceito e diferença.”

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), no Artigo 4º, garante que: “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

Sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP) da ESCOLA 1, a PROFE 1 afirmou conhecer. Ela acredita que os itens referentes à Educação Especial e Ensino Inclusivo descritos no PPP estão alinhados à prática pedagógica da unidade escolar. Para a PROFE 1, “oferecer condições de acessibilidade, recursos pedagógicos e equipamentos para garantir ao educando acesso à aprendizagem” são atribuições da escola. De acordo com o Decreto nº 6571, de 17 de setembro de 2008:

Art. 1º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

§ 1º Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.



Sobre as práticas pedagógicas, a PROFE 1 afirma que estas são desenvolvidas, em conjunto, pelos professores da Educação Especial e a responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) da ESCOLA 1. Esse processo, ela garante ser: “de suma importância, para identificar, elaborar e organizar recursos e práticas pedagógicas para eliminar as barreiras e efetivar a plena participação dos alunos, para garantir que as crianças alcancem os resultados esperados na aprendizagem, considerando as necessidades específicas de cada um, de forma a facilitar o ensino-aprendizagem.”

Ainda sobre o processo de planejamento das atividades, a PROFE 1 afirma que a participação dos alunos ajuda a “promover aproximação entre o conhecimento e o aluno, o mesmo tende a se identificar mais com o conteúdo, onde ganha novos sentidos e respondam aos seus interesses de vida, tornando ativo na construção de seu conhecimento.”

Sobre o desafio do docente na prática pedagógica, Lakomy (2014, p. 7) diz: “O desafio reside em o educador entender e articular os conceitos teórico-práticos expostos pelas teorias como instrumentos para a construção de uma prática pedagógica individual, crítica, criativa e condizente com as necessidades dos alunos.

Segundo a observação e avaliação da PROFE 1, a educação inclusiva na ESCOLA 1 “precisa melhorar muito”. Ela ressalta que “a comunidade escolar precisa envolver todos, pois os alunos da educação inclusiva são de todos os professores, sobretudo a educação com caráter inclusivo, deve ser capaz de compreender as singularidades do processo de aprendizagem da cada aluno,



respeitado e criar situações para que todos se desenvolvam e se sintam incluídos no ambiente escolar.” Para Oliveira e Campos (2005):

“[...] não ocorreram diferenças significativas entre os diferentes professores, o que nos permite inferir que seja nas instituições especializadas, nas classes especiais ou classes comuns, ao avaliar os alunos, as preocupações dos professores parecem transitar sobre os mesmos aspectos, salvo pequenas diferenças marcadas pelos objetivos específicos dos recursos educacionais dos quais os alunos são usuários” (OLIVIERA E CAMPOS, 2005, p. 51)

Oliveira e Campos (2005, p. 72-73) afirmam que: “a busca de procedimentos adequados para acompanhar a escolaridade do aluno com deficiência está na pauta das preocupações dos professores, uma vez que depende disto para que o atendimento educacional melhore e responda às suas necessidades específicas”. Preocupações estas que se justificam pela constante mudança no processo de ensino-aprendizagem.

A escola 1 não participa de ações de formação continuada para a Educação Especial. Sobre a formação dos professores que atuam na Educação Especial na ESCOLA 1, a PROFE 1 conta que nem todos têm especialização na área. A influência disso é a dificuldade da prática pedagógica. “Dificulta a prática pedagógica, em utilizar métodos para melhor atender o aluno, a fim de proceder a mediação do aluno com necessidade especial. A formação docente é essencial, pois a mesma oferece a compreensão da prática pedagógica de maneira inclusiva e eficiente, a partir de um olhar inclusivo.”

A formação continuada deve estar alinhada com as demandas do ambiente escolar, afirmam Ferreira e Toman (2020, p. 381): “a





importância de que as iniciativas de formação continuada voltadas para perspectiva inclusiva tenham como ponto de partida as necessidades observadas no cotidiano das escolas e se mobilizem para atender a essas necessidades”.

A professora 1 acredita ser importante a prática pedagógica inclusiva no ambiente escolar. “A prática pedagógica inclusiva pressupõe a participação de todos os envolvidos com a escola, é uma construção coletiva, com objetivo de favorecer a diversidade e integrar todos os alunos”. Sobre o relacionamento entre docente e discente, Bassedas (1999) afirma que:

A relação ótima entre a professora e as crianças é aquela que se estabelece por meio de situações de comunicação real, que permite à menina ou ao menino criarem novos significados, com os quais poderão dar sentido a suas novas aprendizagens. É importante utilizar metodologias diversas que incorporem diferentes tipos de situações de interação; nesses momentos, a professora poderá proporcionar a ajuda que cada criança necessita, considerando as suas capacidades e as suas dificuldades (BASSEDAS, 1999, p. 64).

Na escola 1, há uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) para acompanhamento do aluno com deficiência. “Este apoio é importante para garantir, aos alunos com deficiência, acesso à educação; acompanhar a trajetória dos alunos, no ensino regular; para atuar com autonomia na escola e em outros espaços de sua vida social”, salienta a PROFE 1.

Não todos, mas a maioria dos alunos com deficiência, da unidade escolar, frequentam o AEE no contraturno para atividades de reforço. Sobre a avaliação dos alunos com deficiência, a PROFE 1 explica que eles são avaliados de forma contínua. “A avaliação





é realizada de forma contínua, deve ser inclusiva, com finalidade de verificar os conhecimentos de cada aluno, no seu tempo, a participação, comportamento, buscando ver, no processo, seus avanços e suas dificuldades.”

O Atendimento Educacional Especializado acompanha a trajetória do estudante, no ensino regular e auxilia para que este possa se desenvolver e acompanhar o processo educacional que lhe é oferecido com tranquilidade e aproveitamento, considerando as peculiaridades de cada aluno e construindo estratégia para seu pleno desenvolvimento (ZANATTA (2020, p. 7)

A última questão do questionário solicita uma lista com informações para traçar o perfil dos alunos com deficiência matriculados na escola1, em todas as etapas da Educação Básica oferecida pela unidade escolar. A lista os identifica como menino ou menina, para preservar suas identidades; traz o período e o ano que estuda; seu diagnóstico e professor (segundo professor ou professor de apoio). Confira abaixo, na Quadro 1, o perfil dos alunos com deficiência matriculados na escola 1 em 2023.

Quadro 1 - Perfil dos alunos com deficiências na escola 1

ALUNO	TURMA	TURNO	DIAGNÓSTICO	PROFESSOR
Feminino	Pré	Vespertino	F91.3/F41.1/F84.8 Transtorno Opositor Desafiador (TOD), ansiedade e outros transtornos globais de desenvolvimento de Transtorno do Espectro Autista (TEA).	segundo-professor





ALUNO	TURMA	TURNO	DIAGNÓSTICO	PROFESSOR
Masculino	Pré	Vespertino	F90.0/F80.9 Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), transtorno do desenvolvimento da fala e da linguagem.	professor de apoio
Masculino	Pré	Matutino	G40.4/Q90 Síndrome de Down, epilepsia refratária, Síndrome de West, crises convulsivas. Cadeirante. Não verbal.	segundo-professor, atendimento em domicílio.
Masculino	Pré	Matutino	Q90 Síndrome de Down. Não verbal.	segundo-professor
Masculino	1º	Matutino	CID 10: F84.0 Transtorno do Espectro Autista (TEA) nível 1.	professor de apoio
Masculino	1º	Vespertino	CID 10: F90.0 Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).	segundo-professor
Masculino	1º	Vespertino	F84.0 Transtorno do Espectro Autista (TEA) Leve.	professor de apoio
Masculino	1º	Vespertino	F84.0 Atraso global do desenvolvimento e Transtorno do Espectro Autista (TEA). Não verbal.	segundo-professor





ALUNO	TURMA	TURNO	DIAGNÓSTICO	PROFESSOR
Masculino	1º	Matutino	F84/F90 Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e investigação Transtorno do Espectro Autista (TEA).	professor de apoio
Masculino	1º	Vespertino	CID 10 F90.0 Hiperatividade e associado a dificuldade de aprendizado.	professor de apoio
Masculino	2º	Vespertino	F84.0 Transtorno do Espectro Autista (TEA).	segundo-professor
Masculino	2º	Vespertino	CID 10: F90.0/ F91.3 Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) associado ao Transtorno Opositor Desafiador (TOD).	segundo-professor
Masculino	2º	Matutino	F84.0 e F90 Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Não verbal.	segundo-professor





ALUNO	TURMA	TURNO	DIAGNÓSTICO	PROFESSOR
Masculino	2º	Matutino	F84.0 - Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno Global do Desenvolvimento.	segundo-professor
Feminino	3º	Vespertino	Dificuldade de atenção e hiperatividade.	não tem professor de apoio, nem segundo professor
Masculino	3º	Matutino	CID F81.3/F90/F70 Dislexia e Déficit de atenção associado a atraso intelectual.	segundo-professor
Feminino	3º	Matutino	CID 10 F90.0 Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).	segundo-professor
Masculino	4º	Matutino	Q90 Síndrome de Down.	segundo-professor
Masculino	4º	Matutino	CID 10 F91.3 F41.1 Transtornos Hipercinéticos com sintomas típicos de Transtorno Opositor Desafiador (TOD).	segundo-professor
Feminino	4º	Vespertino	F84.0 Transtorno do Espectro Autista (TEA), sem comprometimento de linguagem e intelectual.	segundo-professor





ALUNO	TURMA	TURNO	DIAGNÓSTICO	PROFESSOR
Masculino	4º	Vespertino	CID 10: F71 Deficiência Intelectual Moderada.	segundo- professor
Masculino	5º	Matutino	G40 R48 Epilepsia e Dislexia	segundo- professor
Masculino	5º	Matutino	F84.0 F91.3 Transtorno do Espectro Autista (TEA) nível 1 e com condição associada ao Transtorno Opositor Desafiador (TOD) e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).	segundo- professor
Feminino	5º	Matutino	CID 11: 6A02.0 Transtorno do Espectro Autista (TEA) nível 1 de suporte associado a QI total muito superior.	segundo- professor
Masculino	5º	Matutino	F 90.0 Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), dislexia e psoríase capilar.	segundo- professor
Masculino	5º	Matutino	F70, R48, F90 Atraso intelectual leve associado à dislexia e déficit de atenção.	segundo- professor





ALUNO	TURMA	TURNO	DIAGNÓSTICO	PROFESSOR
Masculino	5º	Vespertino	CID 10 F70 F84.0 Transtorno do Espectro Autista (TEA) e deficiência intelectual leve.	segundo-professor
Masculino	5º	Vespertino	F84.0 F90.0 Transtorno do Espectro Autista (TEA) nível 1 e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).	segundo-professor
Masculino	6º	Vespertino	F 90.0 Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).	segundo-professor
Masculino	6º	Matutino	R48 F90 Dislexia, discalculia e déficit de atenção.	segundo-professor
Masculino	6º	Vespertino	F81.3 Transtorno específico de aprendizagem com deficiência em matemática e dificuldade ortográfica.	professor de apoio
Masculino	7º	Vespertino	F90.0 Desatenção e Hiperatividade.	segundo-professor
Masculino	7º	Matutino	Altas Habilidades. (não tem CID, porque não é transtorno, doença ou síndrome)	segundo-professor





ALUNO	TURMA	TURNO	DIAGNÓSTICO	PROFESSOR
Masculino	7º	Vespertino	CID 10: R48/F70/F90 Dislexia e Discalculia/ Déficit de atenção/ Atraso Intelectual Leve.	Professor de apoio
Masculino	9º	Matutino	F81.3 R48 G80 Transtorno misto de habilidades escolares, dislexia, transtorno neurológico de desenvolvimento - paralisia cerebral.	professor de apoio

Fonte: os autores.

Ao todo, são 35 alunos, sendo 5 do sexo feminino e 30 de sexo masculino, com laudo médico, sendo: 4 estudantes na Educação Infantil (Pré 1 e 2); 24, no Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º ano); e 7, no Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º ano).

Dos 35 alunos com deficiência, 25 têm segundo-professor, 8 contam com professores de apoio e 2 não têm professor, sendo um deles por ter Altas Habilidades que não é considerado transtorno, doença ou síndrome, logo não têm laudo médico e um por vontade da mãe. Um aluno da Educação Infantil tem aulas em casa, pois, de acordo com a segunda-professora dele, a médica não o liberou para frequentar o ambiente escolar devido a baixa imunidade. Ela também informou que no próximo ano, este aluno irá frequentar somente a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), localizada no mesmo município da escola pública municipal pesquisada.



Fundada em 1970, a instituição atende a aproximadamente 150 pessoas desde os primeiros meses de vida até quando necessário. Com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, deficiência intelectual e múltipla e autismo. Oferece atendimentos nas áreas de saúde, educação e assistência social. Atualmente, a APAE mantém em seu quadro mais de 50 profissionais nas áreas da direção, financeiro, clínico, pedagógico, limpeza e cozinha.

A PROFE 1 afirma que todos os segundos-professores ou professor de apoio são ACT - Admissão de Professores em Caráter Temporário. Todos têm cursos na área da Educação Especial, alguns estão cursando a graduação e quatro professoras têm graduação e pós em Educação Especial.

Vasques (2015, p. 52), traz no artigo “Formas de conhecer em educação especial: o diagnóstico como escudo e lista” que: “Na recente produção acadêmico-científica brasileira, o diagnóstico médico-psicológico é central ao determinar as práticas pedagógicas e, sobretudo, limitar as formas de conhecer em educação especial’.

Como escudo, o diagnóstico representa uma forma circular de conhecer, que tudo contempla, prevê e antecipa. Um dizer que se manifesta em práticas objetivadoras do humano. Um escudo contra a alteridade. Por outra via enunciativa, pode-se pensar o diagnóstico como lista. Trata-se de uma possibilidade alternativa de conhecer e dizer que dá visibilidade a determinados elementos, deixando outros à sombra (VASQUES, 2015, p. 58).

Certamente, o diagnóstico é um ponto de partida importante para conhecer o aluno com deficiência, mas não devemos esquecer que na prática pedagógica conhecer o aluno, em seu dia a dia, é fundamental para o planejamento escolar, pois cada indivíduo é único.



4 CONCLUSÃO

O objetivo do presente trabalho foi analisar a organização da escola a partir do Projeto Político Pedagógico (PPP), sua concepção de inclusão, sua acessibilidade e a prática pedagógica inclusiva na Educação Básica. Desta forma, foi possível observar que na escola pública municipal estudada o documento apresenta orientações para a atuação dos professores que atuam diretamente com a Educação Especial. A pesquisa mostrou que a professora do AEE conhece o documento e atua em parceria com todos os professores da unidade escolar, que atuam na Educação Especial.

Com a aplicação da pesquisa e os estudos realizados na disciplina, foi possível compreender a relevância do Atendimento Educacional Especializado (AEE), alinhado com o Projeto Político Pedagógico (PPP), na dinâmica das ações pedagógicas da unidade escolar. O documento é um guia para a gestão escolar e professores, e pode ser consultado a qualquer momento. Nesse contexto, e com os estudos no decorrer da disciplina compreendeu-se a importância do educador conhecer o documento que norteia a Educação Básica, em especial, os pontos sobre o ensino inclusivo e buscar formação continuada na área.

Percebeu-se que a ESCOLA 1 segue a legislação da educação especial, bem como as orientações do PPP para o ensino inclusivo, porém há pontos a serem melhorados. Com isso, também surge a necessidade de formação continuada na área do ensino-aprendizagem inclusivo. Sobre a prática pedagógica, a existência de uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), na





ESCOLA 1, garante, acompanhamento individual da trajetória dos alunos com deficiência, no ensino regular, para atuar com autonomia na escola e em outros espaços sociais.

REFERÊNCIAS

BASSEDAS, Eulália. Aprender e ensinar na educação infantil, tradução: Cristina Maria de Oliveira; Porto Alegre: Artmed, 1999.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 4 nov. 2023.

BRASIL. Projeto Político Pedagógico - PPP. Ministério da Educação, 27/10/2021. Disponível em: <https://www.gov.br/ines/pt-br/aceso-a-informacao-1/acoes-e-programas/programas-projetos-e-acoes/projeto-politico-pedagogico-ppp#:~:text=A%20Lei%20de%20Diretrizes%20e,forma%20democr%C3%A1tica%2C%20seus%20Projetos%20Pedag%C3%B3gicos>. Acesso em: 4 nov. 2023.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 4 nov. 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 11 nov.. 2023.

Conviva Educação. Construção dos Projetos Político Pedagógicos (PPP). Youtube, 22 de jun. de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WVp2qC8HGAQ>. Acesso em: 10 nov. 2023.





Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Diário Oficial da União - Seção 1 - 18/9/2008, Página 26 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6571-17-setembro-2008-580775-publicacaooriginal-103645-pe.html>. Acesso em: 9 dez. 2023.

FERREIRA, Giselle Coutinho; TOMAN, Alexandre. Educação especial e inclusão: o que mostram as iniciativas de formação continuada? **Revista Docência e Cibercultura**, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 367–386, 2020. DOI: 10.12957/redoc.2020.54811. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/54811>. Acesso em: 9 dez. 2023.

LAKOMY, Ana Maria. **Teorias Cognitivas da Aprendizagem**. Série Construção Histórica da Educação. Curitiba: InterSaberes, 2014.

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 9 dez. 2023

NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. Alguns princípios. *In*: NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. **Projeto Político-Pedagógico (PPP)**: guia prático para construção participativa. 1ª ed. São Paulo: Érica, 2009. cap. 1, p. 15-26. 1 recurso online.

NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. Os marcos do PPP. *In*: NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. **Projeto Político-Pedagógico (PPP)**: guia prático para construção participativa. 1ª ed. São Paulo: Érica, 2009. cap. 3, p. 37-56. 1 recurso online.





OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio e CAMPOS, Thaís Emilia
Avaliação em Educação Especial: o ponto de vista do professor de alunos com deficiência. *Est. Aval. Educ.* [online]. 2005, vol.16, n.31, pp.51-78. ISSN 0103-6831. Acesso em: 9 dez. 2023.

PROJETO Político Pedagógico e Regimento Interno do [...]. [...], Joaçaba, 2021.

RODRIGUES, Adriana Machado Pinna; CÂMARA, Juliana Figueiredo; NUNES, Vicente Wilians. Movimento Maker: uma proposta educacional inovadora. **Revista do Seminário Mídias & Educação do Colégio Pedro II.** Edição Número 2 - Ano 2016. Disponível em: https://web.archive.org/web/20180512185900id_/http://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/midiaseeducacao/article/viewFile/942/676. Acesso em: 11 nov. 2023.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo base da educação infantil e do ensino fundamental do território catarinense/Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação.** Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2019. ISBN 978-85-66172-36-2.

SANTOS, Érica Raquel Marchesine dos. Metodologia Ativas na Educação Básica. In: SOUZA, Eliane Alves (org), *et al.* **Metodologias e Práticas de Ensino:** (re) Contextualizações Contemporâneas. Volume 1. Rio de Janeiro: Instituto Ideias, 2022. p. 85-91. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/19360/1/Metodologias%20e%20praticas%20v.1.pdf#page=85>. Acesso em: 11 nov. 2023.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina. Resolução nº 112. Florianópolis, de 12 de dezembro de 2006. Disponível em: [file:///C:/Users/jor_c/Downloads/RESOLU%C3%87%C3%83O%20No%20112%20atualizada%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/jor_c/Downloads/RESOLU%C3%87%C3%83O%20No%20112%20atualizada%20(2).pdf). Acesso em: 12 nov. 2023





SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual São Paulo: Cortez, 2007.

VASQUES, Carla Karnoppi (2015). Formas de conhecer em educação especial: o diagnóstico como escudo e lista. **Revista de Educação PUC-Campinas**, 20(1), jan. a abr., 2015, p. 51–59. <https://doi.org/10.24220/2318-0870v20n1a2943>. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reveducao/article/view/2943/1972>. Acesso em: 9 dez. 2023.

ZANATTA, Michele Fiametti. A importância da implementação da sala de recursos nas escolas e a atuação do profissional de atendimento educacional especializado (AEE). **Caderno Marista De Educação**, 11(1), e37761, 2020. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/caderno-marista-de-educacao/article/view/3776>. Acesso em: 9 dez, 2023.





APÊNDICE A – PROTOCOLO DA PESQUISA



**UNOESC - UNIVERSIDADE DO
OESTE DE SANTA CATARINA**

Curso: Pedagogia

PESQUISA DO COMPONENTE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: EDUCAÇÃO ESPECIAL E ENSINO INCLUSIVO

Pesquisa integrante do componente curricular Práticas Pedagógicas: Educação Especial e Ensino Inclusivo, desenvolvida pela acadêmica Claudia Regina Mota, com orientação do professor Jackson Gerson da Silva, da Universidade do Oeste do Estado de Santa Catarina (Unoesc), modalidade On-line. Este questionário destina-se a desenvolver um estudo didático sobre a Educação Especial e o Ensino Inclusivo na Educação Básica. A pesquisadora ressalta o anonimato dos entrevistados, bem como da unidade escolar que atuam. Sua participação é muito importante!

Agradeço a colaboração.

1. Qual o seu gênero?

Feminino

Masculino

Outro





2. Qual a sua idade?

.....

3. Você trabalha em qual tipo de unidade escolar?

- Escola Pública Municipal (mantida pela Prefeitura)
- Escola Pública Estadual (mantida pelo Governo do Estado de Santa Catarina)
- Escola Particular (Instituição Particular)

4. Qual a sua função na escola?

.....

.....

5. Qual sua formação acadêmica (graduação e especializações)?

.....

.....

6. Qual é o seu vínculo empregatício com a unidade escolar?

- Efetiva ACT

7. Há quanto tempo atua na Educação Básica/Educação Especial? Fala sobre sua experiência.

.....

.....

.....

.....





.....
.....

8. Você conhece o Projeto Político Pedagógico de sua escola?

() Sim () Não

9. Se respondeu sim, na questão anterior, você acredita que os itens que se referem a Educação Especial e Ensino Inclusivo no PPP estão alinhados à prática pedagógica na sua unidade escolar? Exemplifique. Justifique.

.....
.....
.....
.....
.....

10. As práticas pedagógicas referentes à inclusão no seu ambiente escolar são desenvolvidas em conjunto com a responsável do AEE e as segundas-professoras? Se sim, qual a importância desse processo da prática pedagógica? Como ele é feito? Se não, justifique sua resposta.

.....
.....
.....
.....
.....





11. Qual a participação dos alunos no processo de planejamento das atividades?

.....
.....
.....
.....
.....
.....

12. Como você observa e avalia a educação inclusiva no seu ambiente escolar?

.....
.....
.....
.....
.....
.....

13. A escola participa de ações de formação continuada para a educação especial? Se sim, como é esta formação e como você a analisa?

.....
.....
.....
.....
.....
.....





14. Todas as segundas-professoras são especialistas em Educação Especial? Qual a influência disso na prática pedagógica?

.....

.....

.....

.....

.....

.....

15. Você acredita que é importante pensar em práticas inclusivas no ambiente escolar? Justifique.

.....

.....

.....

.....

.....

.....

16. A escola possui um plano de Atendimento Educacional Especializado (AEE) para acompanhamento do aluno com deficiência? Quais suas considerações sobre esse apoio?

.....

.....

.....

.....

.....

.....





17. Todos os alunos com deficiência, da unidade escolar, frequentam o AEE no contraturno para atividades de reforço?

.....
.....
.....
.....
.....
.....

18. Numa escala de zero a cem por cento, o quanto você acredita que há inclusão no seu ambiente escolar?

.....
.....
.....
.....
.....
.....

19. Como os alunos com deficiência são avaliados?

.....
.....
.....
.....
.....
.....

20. Anexar lista de alunos com deficiência (identificar Menino ou Menina); em que ano estuda; qual(is) a(s) sua(s)





**deficiência(s); se a deficiência é leve, moderado ou severa;
se o aluno é verbal ou não verbal.**

.....
.....
.....
.....
.....
.....



